

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA
Patrimônio Cultural da Humanidade**

APRESENTADA POR

ADRIANA MARIA FERREIRA MARTINS

**PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO
DRA. LUCIA MARIA LIPPI DE OLIVEIRA**

Rio de Janeiro, Agosto 2011.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA
Patrimônio Cultural da Humanidade**

APRESENTADA POR

ADRIANA MARIA FERREIRA MARTINS

Rio de Janeiro, Agosto 2011.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO LUCIA MARIA LIPPI DE OLIVEIRA

ADRIANA MARIA FERREIRA MARTINS

PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA
Patrimônio Cultural da Humanidade

Dissertação de Curso apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Rio de Janeiro, Agosto 2011.

À Letícia, minha filha. Que esse trabalho possa ajudar a despertar o seu amor pelos estudos.
A Tiago, meu marido, sempre imprescindível.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho só foi concretizado graças à colaboração de muitas pessoas.

Gostaria de particularizar alguns dos meus sinceros agradecimentos:

- à professora Lúcia Lippi, pela orientação sempre estimulante e cuidadosa;
- aos demais professores do CPDOC: Ângela Maria de Castro Gomes, Marieta de Moraes Ferreira, João Marcelo Maia, Paulo Fontes, Marcelo Milano, Mariana Cavalcanti e Verena Alberti, pelas reflexões e por compartilharem seu imenso conhecimento social e cultural;
- ao professor Adauto Araújo, pela leitura atenta do texto e pelas grandes contribuições ao meu trabalho;
- aos meus entrevistados, cujos testemunhos foram valiosos;
- aos colegas da turma de mestrado, que tornaram esse percurso ainda mais agradável;
- aos colegas da Petrobras que muito me incentivaram a realizar esse curso;
- à Rosa Trakalo, pela paciência e atenção com que forneceu todas as informações solicitadas sobre o Parque;
- à Niéde Guidon, não só pelo tempo e pela disposição dedicados às entrevistas, mas, principalmente, pelo seu exemplo de vida.

Ao longo da vida, descobri que quem realiza, quem empreende, paga um preço muito caro: torna-se mais facilmente criticável, simplesmente porque deu a cara à tapa. Por isso, muitos preferem ter uma relação apenas burocrática com a vida. Ledo engano! A felicidade demanda coragem. De um jeito ou de outro. E se a coragem tem nome, então ele deve ser Niéde Guidon.

Walter Neves

SUMÁRIO

RESUMO.....	2
ABSTRACT.....	3
INTRODUÇÃO	4
1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO NO BRASIL.....	10
1.1 Perspectivas do Patrimônio	10
1.1.1 Rodrigo Melo Franco de Andrade	12
1.1.2 Aloísio Magalhães	16
1.2 Perspectivas da Arqueologia	20
1.2.1 Inserção da arqueologia no universo do patrimônio	22
1.2.2 Gestão do patrimônio arqueológico	27
1.2.3 Patrimônio arqueológico e política cultural.....	33
2 PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	40
2.1 Retrospecto.....	40
2.2 Criação	49
2.3 Fundação Museu do Homem Americano.....	54
2.4 Estrutura	62
2.5 Potencial Turístico	74
2.6 Relacionamento com a comunidade.....	89
2.7 Orçamento	99
3. ATORES.....	101
3.1 Niéde Guidon	101
3.1.1 A missão: primeiras visitas	106
3.1.2 Moradores	109
3.1.3 As ocupações e a caça.....	118
3.1.4 Pesquisadores.....	127
3.1.5 Críticos.....	136
3.1.6 Parceiros.....	143
CONCLUSÃO	158
BIBLIOGRAFIA	174
ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS PARA ESTE TRABALHO	177
FILME EM DVD.....	178

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Parque Nacional Serra da Capivara desde sua criação à situação atual a fim de compreender as razões que até hoje impedem o seu pleno funcionamento. Para tanto, foram analisados aspectos anteriores à constituição do Parque, desde as primeiras expedições da Missão Franco-Brasileira no Piauí, até itens como infraestrutura, equipamentos e potencial turístico oferecidos pelo Parque atualmente. Aliado a esse estudo, foram colhidos depoimentos, entre eles, de alguns dos atores diretamente envolvidos no desenvolvimento do Parque. O resultado é um panorama histórico que explica as circunstâncias que fazem do Parque Nacional Serra da Capivara Patrimônio Cultural da Humanidade.

Palavras-chave: Parque Nacional Serra da Capivara; Patrimônio Cultural; Piauí; Niéde Guidon; Arqueologia.

ABSTRACT

The scope of this work is to make an analysis of Serra da Capivara National Park, covering the period from its foundation to today aiming to understand the main issues that impact park full development. For that, different aspects were analyzed, including the situation before parks creation, since French-Brazilian first's expeditions in Piauí, and items like infrastructure, equipments, touristic potential currently offered by the park. Combined with this study, testimonies were collected, among them, from the actors directing involved with park development. The result is a historical panorama which explains the circumstances that make Serra da Capivara National Park a UNESCO World Heritage Site.

Keywords: Serra da Capivara National Park; Cultural Heritage; Piauí; Niéde Guidon; Archeology.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo é o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). Criado em 1979, ele está localizado no sudeste do Estado do Piauí. Foi inscrito como patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em 1991 e foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 1993. Ele pode ser considerado como o maior conjunto de sítios arqueológicos do mundo com pintura rupestre numa região tropical de vegetação de caatinga.

A caatinga é um tipo de vegetação que ocupa 11% do território nacional e 70% do Estado do Piauí. O PNSC, com seus aproximadamente 130.000 hectares, é a única Unidade de Conservação do país destinada à preservação desse bioma, extremamente importante pela sua biodiversidade, mas que corre sério risco de extinção.

A criação do Parque, localizado a 20 km do município de São Raimundo Nonato (PI), está associada às primeiras pesquisas arqueológicas na região, iniciadas em 1973 pela arqueóloga Niède Guidon que liderava equipe multidisciplinar de especialistas da Missão Franco-Brasileira. A história do Parque permite entender uma certa inversão: ter sido primeiro reconhecido como patrimônio cultural da humanidade e só depois ter sido tombado pelo órgão nacional, o IPHAN.

A região como um todo apresenta aspectos arqueológicos bastante significativos e teve em outras épocas a presença de povos indígenas que foram dizimados pelos colonizadores portugueses. O Parque foi declarado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em função do acervo arqueológico ali encontrado. As aproximadamente 30 mil pinturas rupestres retratam aspectos do dia-a-dia dos habitantes daquela região, como sexo, guerra, cenas domésticas, rituais e cerimônias em meio a imponentes cânions, encostas e formações rochosas. Mais de 1400 sítios já foram cadastrados. No sítio do Boqueirão da Pedra Furada foram feitas as mais antigas datações que atestam a presença do homem no continente americano entre 50.000 e 60.000 anos antes do presente¹, ao contrário do que diz a arqueologia ortodoxa que avalia que a chegada do homem ao continente ocorreu há cerca de 12 mil anos.

Em sua origem subordinado à Diretoria de Ecossistemas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) da Secretaria do Meio Ambiente, antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), continua, hoje, sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – órgão do Ministério destinado a cuidar das Unidades de Conservação do país. Na prática, o Instituto mantém um escritório em São Raimundo Nonato e é responsável pela segurança e vigilância do Parque. Mantém 28 funcionários responsáveis pela vigilância armada e 21 funcionários responsáveis pela prevenção de fogo.

Dessa forma, a gestão do Parque é de responsabilidade do ICMBio que tem acordo de cooperação técnica com a FUMDHAM – Fundação Museu do Homem

¹ Antes do presente – AP é uma datação muito utilizada na Arqueologia. A designação “presente” é convencionada a partir de 1950 e refere-se à descoberta do método do Carbono 14 em 1949.

Americano da FUMDHAM – Fundação Museu do Homem Americano - entidade da sociedade civil, científica, filantrópica, sem fins lucrativos e cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social. Ela foi criada em 1986 pelos pesquisadores da cooperação científica bi-nacional (França-Brasil). Sua diretora-presidente é Niéde Guidon. A FUMDHAM atua formalmente ligada às instituições dos governos federal, estadual e municipal. Na área de pesquisa e desenvolvimento, mantém parcerias com instituições como Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal de Pernambuco e Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

Por situar-se em zona extremamente carente, onde as pessoas enfrentam as dificuldades típicas das regiões semi-áridas do nordeste brasileiro, a constituição do Parque e a criação da FUMDHAM contribuíram sensivelmente para a melhoria das condições de vida das populações locais, embora ainda haja muitas melhorias a fazer. Diante dessa situação e do grande potencial do Parque, ele pode vir a constituir um pólo de desenvolvimento com vocação nacional e internacional. Todo investimento em infraestrutura foi feito através de parcerias internacionais e ele é hoje referência nas Américas. Contudo, apenas 14 mil pessoas por ano visitam o Parque, sendo que ele tem capacidade para receber pelo menos três milhões de turista ao ano. A taxa de ingresso é de R\$10,00 e esse montante é enviado integralmente para Brasília. Os recursos repassados pelo governo federal são irregulares e o acesso ao Parque ainda é muito difícil.

O interesse pelo tema deve-se à experiência profissional da autora que acompanhou, de 2004 a 2010, projetos da área de patrimônio e, entre eles, o projeto do Parque Nacional Serra da Capivara pela Gerência de Patrocínios Culturais da Petrobras.

Nesse período de patrocínio continuado da Petrobras ao projeto foi possível avaliar a importância cultural do Parque e também sua fragilidade econômica, uma vez que o governo federal não destina recursos permanentes para o seu funcionamento. As atividades básicas de manutenção do Parque são realizadas a partir da captação de recursos advindos de renúncia fiscal junto à iniciativa privada através da Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet.

Grande parte do que já se escreveu sobre o objeto em questão está relacionado a estudos de Biologia ou de Ciências Naturais em geral, como por exemplo: infecção e morbidade da doença de Chagas na região; estudo da vegetação de caatinga; estudo da flora específica etc. Boa parte dos trabalhos de pesquisa realizados no Parque, bem como diversos artigos sobre ele estão disponíveis na Revista Fundamentos publicada pela FUMDHAM. Outros trabalhos existem relacionados à pré-história; usos da água e sua relação com a saúde da população no entorno do Parque; estilos tecnológicos da cerâmica na pré-história; conflitos e práticas territoriais; processo de constituição do Parque; atividade ecoturística no Parque.

O trabalho aqui apresentado procurou trazer outras visões sobre o processo de institucionalização do Parque. Espera-se que possa contribuir como um registro de sua história e servir de instrumento para superação das dificuldades, políticas e econômicas, que ainda o assolam e que podem estar relacionadas a uma política pública de cultura para a área de patrimônio arqueológico com abrangência interministerial.

Estudos sobre política cultural, patrimônio e bens culturais, com foco em questões como identidade nacional e construção do conceito de nação, foram tratados no primeiro capítulo. Na mesma ocasião, fez-se referência a alguns aspectos relativos à Arqueologia: conceitos, atividade e panorama de bens arqueológicos tombados.

O segundo capítulo refere-se à apresentação do Parque Nacional Serra da Capivara. A intenção é explicitar aspectos naturais, paisagísticos, culturais e históricos do Parque. O capítulo traz considerações de pesquisadoras que acompanharam o processo de demarcação da área do Parque e desapropriações, bem como aspectos relativos ao universo rural dos camponeses dos povoados vizinhos ao PNSC.

A infraestrutura turística e os equipamentos disponíveis no Parque são explicitados ainda no capítulo dois, acompanhados de considerações sobre o seu potencial turístico. Com base no inegável valor patrimonial do Parque, o Ministério do Turismo solicitou estudo do potencial turístico nacional e internacional do Parque Nacional Serra da Capivara à Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável (IBERTUR) e à Universidade de Barcelona. Esse estudo foi realizado nos anos de 2005, 2006 e 2007 e concluído em 2008. Foi feito diagnóstico e caracterização dos atrativos do Parque a fim de propor seu posicionamento como destino internacional e traçar linhas estratégicas para sua promoção. Detalhes desse estudo são enriquecidos com reportagens publicadas sobre o assunto também no segundo capítulo.

O terceiro capítulo, denominado “Atores”, procura explicar a participação de indivíduos, comunidades e instituições na história do Parque. A sessão inicia com um traçado breve da trajetória de vida de Niéde Guidon, a primeira a desenvolver estudos científicos sobre a região onde hoje se encontra o Parque. A partir de sua chegada foram criadas a Missão Arqueológica Franco-Brasileira no Piauí, a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) e as parcerias necessárias ao desenvolvimento do PNSC. Não seria possível falar de atores sem mencionar as comunidades do entorno do Parque: modos de vida, primeiros contatos com os pesquisadores, resistência à criação do Parque, envolvimento com os projetos desenvolvidos pela FUMDHAM etc.

As pesquisas desenvolvidas na região e a própria constituição do Parque Nacional Serra da Capivara foram, e ainda são, alvo de críticas e de discussões acadêmicas que também foram registradas nesse terceiro e último capítulo. Contudo, a maior contribuição dessa sessão está em procurar demonstrar a superação das dificuldades e os avanços e conquistas já obtidos naquela região, no sertão do Piauí.

Por fim, a conclusão faz um apanhado dos pontos principais desenvolvidos nesse trabalho. Espera-se também, em última análise, que esse trabalho possa servir de subsídio para novas pesquisas sobre o tema.

1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO NO BRASIL

1.1 Perspectivas do Patrimônio

Antes de se traçar o panorama histórico das políticas de preservação do patrimônio no Brasil convém citar o antropólogo Nestor Garcia Canclini (1994, p. 97): “Se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se estude também como espaço de luta material e simbólica entre as classes...”. Ainda segundo ele, o patrimônio cultural serve como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens.

O Brasil foi, na América Latina, pioneiro na institucionalização da proteção aos bens culturais. Essa política teve concretude durante o Estado Novo, que se estendeu pelo período de 1937 a 1945. Foram intelectuais vinculados ao movimento modernista que, na década de 1930, assumiram a tarefa de trazer esse tema para a esfera da administração pública. Era maciça a presença de intelectuais em diferentes órgãos do Estado Novo.

Nesse período, esse grupo passa a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado e passa a identificá-lo como a representação máxima da nação, da ordem e da unidade. Houve então o aumento das atividades do Estado no campo da cultura, que, de

acordo com Velloso (2003), aparece como o núcleo organizatório mais sólido do regime. Com a criação do Ministério da Educação e da Saúde quase imediatamente após a Revolução de 1930, o Estado mostrou-se preocupado com a reorganização da sociedade e com a formação de uma cultura erudita através da educação formal. Para tomar a frente desse Ministério foi designado Gustavo Capanema, que o dirigiu de 1934 a 1945. No campo da propaganda, procurava-se mostrar como o Estado Novo representava a continuidade da Revolução de 1930 e, esta, por sua vez, a renovação iniciada com o movimento modernista de 1922. Esse movimento conseguiu converter valores da nossa cultura não cosmopolita até então tidos como negativos, em positivos. O Estado era considerado Novo porque era nacional, rejeitava a cópia, valorizava a descoberta do Brasil, buscava, assim, legitimidade. O controle dos meios de comunicação era utilizado para orientar as manifestações da cultura popular.

Aqui, resumidamente, interessa fazer algumas considerações sobre capital simbólico e legitimidade, segundo Bourdieu, para melhor compreender como se dava essa busca por legitimação feita pelo Estado. Para Bourdieu (2001 *apud* Carvalho; Vieira, 2007), campo social é composto pela posição dos atores e a posição de cada ator é definida pela quantidade e valor do capital que detém e que pode ser convertido, no campo, em capital simbólico. Por sua vez, capital simbólico não se caracteriza pela posse de um recurso ou propriedade específica, mas pelo reconhecimento desse recurso pelos demais atores sociais e pelo valor dado por esses atores a esse capital em particular. Um indivíduo deve deter uma quantidade mínima de propriedades, como reconhecimento, talento, habilidades, para poder ser visto como um ator legítimo.

A política do Governo Vargas no período do Estado Novo tinha origem num campo ideológico partilhado pelos intelectuais. O liberalismo no Brasil era visto como

sinônimo de práticas oligárquicas, fraude eleitoral e abuso de poder por parte dos estados economicamente mais fortes. Dessa forma, era necessário um estado mais autoritário, com atuação firme. Ao cercar-se de intelectuais em seus quadros funcionais, o Estado passa a defender a função social do intelectual, chamando-o a participar dos destinos do país. Eles passam a ser os intermediários na relação entre o governo e o povo.

Contudo, a proposta de construção de um patrimônio histórico e artístico nacional, apoiada no governo federal pelo ministro Gustavo Capanema, não era percebida como uma necessidade pela sociedade brasileira daquela época, mas sim, exclusivamente pelo meio intelectual. Para os pioneiros do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), era preciso criar uma consciência nacional de valores culturais que desse suporte ao desenvolvimento de instrumentos legais reconhecidos como eficientes e legítimos para garantia de bens culturais seriamente ameaçados de extinção ou degradação. A ideia de formar uma consciência nacional reforçava a noção de homogeneidade no campo cultural, que era vista como forma de assegurar a organização do regime e invalidar as demais manifestações culturais tidas como prejudiciais ao interesse da nação.

1.1.1 Rodrigo Melo Franco de Andrade

A primeira fase do SPHAN, chamada fase heróica, se estendeu por 31 anos (de 1936 a 1967) sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Membro da elite mineira, Rodrigo fez curso de Direito no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo, e compunha o grupo de modernistas mineiros do Ministério de Capanema, como

Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava. Assim, o SPHAN era um órgão subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, cuja premissa maior era “a constituição da nacionalidade”, esta deveria ser a culminação de toda a ação pedagógica do Ministério, em seu sentido mais amplo (Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000, p.157). Segundo esses autores, há três aspectos preponderantes nesse esforço de nacionalização. O primeiro seria dar um conteúdo nacional à educação e para tanto foi escolhida a vertente do ufanismo, do culto às autoridades e da exaltação do catolicismo brasileiro. O segundo aspecto era a padronização, que conferia o ideal de homogeneização e de centralidade. O terceiro era o da erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais que haviam constituído o Brasil.

Tais aspectos marcaram também os intelectuais do SPHAN, principais artífices da elaboração da ideia do que seria um patrimônio cultural nacional. Foram eles que convenceram as elites da importância da preservação do passado religioso luso-brasileiro. A atuação do SPHAN se dava através do mecanismo de tombamento – inventário - dos remanescentes da arte colonial ameaçados pela urbanização, saque e comercialização. Em sua atividade inventariante houve, pode-se dizer, obsessão pela estética, pela ideia de originalidade e pela catalogação dos monumentos. O estilo mais valorizado era o barroco, depois o neoclássico, o moderno e, por último, o eclético. Uma vez que se fazia apologia ao autêntico, recusava-se a cópia característica do estilo neocolonial e a mistura proposta pelo ecletismo. O barroco mineiro passou a ser o símbolo considerado mais original do Brasil colônia.

O decreto de 20 de novembro de 1937 definia patrimônio histórico e artístico nacional como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer por seu excepcional valor arqueológico ou

etnográfico, bibliográfico ou histórico”. Como essas categorias são imprecisas, é no mapeamento dos bens tombados que se encontra o significado atribuído a elas. O Rio de Janeiro foi o estado onde a prática do SPHAN teve maior impacto inicial: já no primeiro ano, 78 bens foram tombados, representando 56% do que seria tombado até o ano de 1967. Na definição de Silvana Rubino (1996, p. 98) “Os fatos memoráveis presentes nos primeiros bens tombados remetem a eventos e personagens ilustres”. Ela refere-se ao tombamento das casas onde nasceram ou viveram Gregório de Matos, José Bonifácio, a marquesa de Santos e Rui Barbosa. E os episódios históricos eleitos foram a Inconfidência Mineira, as missões jesuíticas gaúchas, a expulsão dos holandeses de Pernambuco e a presença do Império no Rio de Janeiro representado pelo Paço Imperial, Quinta da Boa Vista, Palácio do Catete. O conjunto eleito representado por um país extremamente católico, urbano, patriarcal, ordenado por intendências, casas de câmara e cadeias e habitado por personalidades ilustres vai ao encontro da ideologia do Estado Novo de construção de uma nação forte e unificada.

Ainda segundo Rubino (1996), a geografia do passado nacional parece estar concentrada em estados vinculados a ciclos econômicos quando se verifica que as maiores porcentagens de monumentos tombados estão, nessa ordem, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, na Bahia (que abrigou a primeira capital do Brasil), em Pernambuco e, com apenas 6% do total de bens tombados, em São Paulo. Rubino (1996, p. 102) tem uma explicação para o baixo número de tombamentos “nesse estado separatista, que nunca foi corte e tampouco teve riquezas coloniais”:

“A inexistência do século XX paulista apaga os rastros das massas de imigrantes que substituíram a mão-de-obra escrava nas fazendas de café. O ciclo econômico que prosperou na Primeira República é esquecido e, junto com ele, paradoxalmente, a intensa experiência urbano-industrial que permitiu à capital paulista abrigar um movimento de arte moderna...”

Na verdade, o conjunto dos bens tombados desenha um mapa de densidades discrepantes não só nas diversas regiões, mas também nos períodos e tipos de bens. O barroco mineiro foi sacralizado como “índice de primordialidade” (Santos, 1996, p.85) e mais de 54% dos bens tombados é do século XVIII. Para o poeta e um dos fundadores do modernismo brasileiro, Mário de Andrade, o século da opulência mineira é a causa da carência paulista. Aos olhos dele, a miséria artística tradicional paulista foi consequência do progresso ocasionado pelo café.

A ideologia estado-novista pretendia criar um homem novo, construído a partir do binômio educação e trabalho, capaz de ter conhecimento e técnica para vivenciar o futuro. Essa ideologia sobre o resgate do passado para lançá-lo ao futuro apresenta conteúdo simbólico consoante com a proposta dos modernos. Mas Mário de Andrade defendia um resgate histórico anterior ao século XVIII. Por solicitação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário elabora seu anteprojeto descrevendo o conceito de patrimônio e o modo como se daria a atuação da, por ele denominada, SPAN - Secretaria de Patrimônio Artístico Nacional, e propõe o exame da diversidade artística existente no país, mencionando categorias de bem cultural tangível e não-tangível. Sua proposta estava de acordo com uma das questões centrais da criação do SPHAN: igualar o Brasil às nações civilizadas. E tinha-se no Brasil justamente o que era cobiçado na Europa: o folclore e a arte etnográfica.

Contudo, no período de consolidação do SPHAN “a alteridade interessava menos como princípio ordenador do trabalho de preservação do que possíveis similitudes” (Rubino, 1996, p. 103), por isso o anteprojeto de Mário de Andrade foi deixado de lado. Caso a prática do SPHAN tivesse cumprido uma disposição mais etnográfica, a

preservação que marcou a história do barroco no Brasil poderia ter trazido itens mais exóticos.

Há aspectos positivos e negativos desse período a apontar segundo Maria Cecília Londres Fonseca (1996). De positivo, ressalta-se um número considerável de bens culturais tombados. De outro lado, contudo, já no final dos anos 60, o trabalho do SPHAN havia alcançado pouca visibilidade social. Além disso, segundo a autora, desde os anos 50, com a industrialização e a difusão de valores do desenvolvimento, resultantes da política modernizadora do Governo Juscelino Kubitschek, ficou mais nítida a distância entre o que então era apresentado como os interesses da nação (em termos de metas econômicas) e os valores culturais que o SPHAN se dispunha a preservar.

1.1.2 Aloísio Magalhães

A partir da conjuntura acima mencionada, a atuação do SPHAN foi considerada inadequada aos novos tempos. Para a administração federal, era preciso sincronizar o país com os novos parâmetros internacionais de preservação de bens culturais definidos por organismos internacionais. Uma estratégia de reformulação e reforço de sua atuação se deu a partir de 1965, quando o SPHAN passa a adotar as recomendações da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Esse órgão já se preocupava com a expansão das práticas patrimoniais e ampliação dos referenciais de proteção ao patrimônio mundial, cultural e natural. Com essa estratégia, o SPHAN, a partir dos anos 80, procurará demonstrar que interesses de preservação e de desenvolvimento podiam não ser conflitantes, como veremos mais à frente.

A intelectualidade, comprometida com mudanças sociais nos anos 60, passou a considerar o caráter eminentemente técnico do SPHAN como alienado das questões políticas. Já no regime militar, “passada a fase mais dura da repressão, o campo da cultura passou a ser objeto de atenção especial, tanto como recurso ideológico para a legitimação de um projeto nacional quanto para reorganizar a esfera cultural (...) produzindo um discurso (...) em nome de conceitos como “pluralidade cultural” e “desenvolvimento cultural”” (Fonseca, 1996, p. 155). Os conceitos de identidade e do que viria a constituir a imagem nacional passavam, assim, a ser reelaborados.

Interessante constatar que, na década de 1970, o período histórico da Primeira República foi incorporado ao acervo do SPHAN. O hoje centenário Teatro Municipal e o Museu Nacional de Belas Artes, prédios ecléticos pouco adequados à visão nacionalista do Estado Novo, só foram inscritos em 1973. O que passou a acontecer não foi simplesmente a aceitação do ecletismo como uma manifestação arquitetônica válida, mas uma ampliação da perspectiva histórica, levando até à reconceituação de valores artísticos. A ação limitada do SPHAN a nível federal começou a mudar também nos anos 70, quando o Ministério da Educação passou a orientar os estados no sentido de realizar uma ação supletiva à federal na área de preservação dos bens culturais, induzindo a criação de órgãos estaduais de preservação.

Dos anos 70 em diante, mas principalmente nos anos 80, emergiu na sociedade uma consciência preservacionista voltada para o meio ambiente, cujas raízes não estavam na ação do Estado, mas junto à comunidade científica e sendo difundido por organizações não-governamentais. É desse período o pedido de tombamento de alguns morros do Rio de Janeiro, como o Pão de Açúcar e de uma figueira no bairro Jardim

Botânico. Ou seja, o tombamento, mesmo o natural, continuou sendo o instrumento mais conhecido como recurso para proteção de bens em geral.

É também nessa época que surge a expressão “patrimônio cultural não-consagrado” para designar aqueles bens que até então não integravam o universo do patrimônio histórico e artístico nacional. Trata-se das produções dos indígenas, dos negros, dos imigrantes e das populações rurais. Em termos práticos, além do Programa de Cidades Históricas criado em 1973 com vistas a rentabilizar a preservação e a restauração de bens patrimoniais, tanto em termos econômicos como sociais, teve início a preservação de bens culturais como integrante dos planos de desenvolvimento econômico do governo.

Criou-se, em 1975, por Aloísio Magalhães, entre outros, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), voltado para a cultura enraizada no fazer popular. De 1975 a 1979 havia quatro programas de atividades do CNRC: artesanato, levantamentos socioculturais, história da tecnologia e da ciência no Brasil e levantamentos de documentação sobre o país. Aloísio Magalhães, além de ter estudado Direito em Recife e museologia em Paris, era designer e artista plástico reconhecido por diversos trabalhos, e os projetos exaltados por ele estavam pouco relacionados ao que era entendido como patrimônio na fase heróica; ele valorizava especialmente a capacidade de invenção dos artesãos. A proposta na realidade era retomar o projeto de Mário de Andrade e as criações artísticas coletivas, ampliando o conceito de patrimônio, como veremos adiante.

De 1979 a 1982, Aloísio Magalhães assume a direção de todo o sistema federal de cultura. Durante o período de regime militar, houve um reforço de utilização da cultura

como fator de integração nacional sob o lema “Diversidade na unidade”. Ou seja, o país em seu todo era diversificado, mas a unidade nacional não descartava necessariamente a diversidade. Rubim (2007) explicita bem o que significou esse novo período em termos de construção da identidade. O nacional reforça a identidade frente ao que vem do exterior, enquanto o popular atua no reforço no interior do país. O lema da diversidade na unidade chancela a ação governamental na cultura, dando-lhe aspecto de neutralidade, de guardião da identidade brasileira definida historicamente.

Nessa linha, em 1982, foram tombados os primeiros testemunhos da cultura afro-brasileira: o Terreiro da Casa Branca, em Salvador, Bahia, e a Serra da Barriga, em União dos Palmares, Alagoas. Segundo Fonseca (1996), eles representaram um marco na história da política federal de preservação no Brasil. Esses tombamentos, mais do que a preservação dos bens, significavam simbólica e politicamente, a inclusão do movimento negro no patrimônio cultural nacional. “A miscigenação revela uma realidade sem contradições, já que o resultado do encontro entre as culturas passa por cima das possíveis divergências, e acaba por qualificar a cultura brasileira como democrática, harmônica, sincrética e plural” (RUBIM, 2007, p.43). O tombamento da Casa Branca, entretanto, provocou intensos debates junto aos setores técnicos do SPHAN, pois eles julgavam que esse bem, devido a suas características e ao seu uso, não apresentava requisitos necessários para tombamento. Apesar disso, prevaleceram os argumentos políticos na votação pelo Conselho Consultivo daquele órgão. Os registros de pedidos de tombamento de bens representativos de várias correntes de imigrantes também surgem nos anos 80.

Para os técnicos do SPHAN, mesmo a proteção de bens de cultura popular era incompatível com o estatuto do tombamento, pois expressam valores de outra ordem

que não as concepções cultas de história e de arte. Deveriam, segundo eles, ser protegidos apenas por seu valor etnográfico. Foi justamente em contraposição a essa visão que se orientou o trabalho desenvolvido pelo CNRC, chamando atenção para os direitos desses grupos até então marginalizados, em harmonia com a luta pela anistia e pelas diretas-já, em andamento na década de 80. Porém, os bens de fato tombados dentro dessa perspectiva foram muito poucos, menos de meia dúzia.

Fonseca (1996) faz um balanço também desse período. Houve, sem dúvida, alguma democratização da política federal de preservação, com a ampliação do conceito de patrimônio, maior participação da sociedade nos pedidos de tombamento, alteração na composição e atribuições do Conselho Consultivo do SPHAN e diversificação dos quadros técnicos do órgão.

Por outro lado, apesar da criação de órgãos estaduais e municipais de preservação, os processos decisórios continuavam muito centralizados e restritos às áreas mais técnicas. O processo de julgamento dos pedidos de tombamento já era muito demorado e o tombamento permanecia como único instrumento para a preservação.

1.2 Perspectivas da Arqueologia

A arqueologia é a ciência que estuda as sociedades do passado a partir dos vestígios materiais que elas deixaram. Os locais onde esses vestígios se concentram são chamados de sítios arqueológicos. O trabalho do arqueólogo se desdobra em várias etapas e muitas vezes se beneficia das informações vindas de outros campos do saber, como, por exemplo, a geologia, a história, a antropologia, a biologia, a física ou a química.

No Brasil, o curso de graduação em arqueologia começou a ser ministrado recentemente. A primeira instituição a oferecê-lo foi a Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, ainda na década de 80, porém, o curso já não é mais oferecido pela Instituição. Depois foi retomado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco em 2005 e a primeira turma do curso, denominado Arqueologia e Conservação do Patrimônio, foi formada em 2009. O curso é também ministrado na sede da Fundação Museu do Homem Americano, em São Raimundo Nonato, PI. Há outras quatro universidades que passaram a oferecer essa formação. São elas: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Até então, para se tornar um arqueólogo, era necessário fazer um curso de graduação na área de humanidades ou de geociências e em seguida fazer a pós-graduação em arqueologia. Os cursos de mestrado e doutorado em arqueologia reconhecidos pela CAPES são ministrados pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Ainda hoje a profissão de arqueólogo não é reconhecida. Havia um projeto de lei pedindo a regulamentação da profissão que foi apresentado ao Congresso ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. Ele, porém, não foi aprovado sob a alegação de que não havia curso de formação em Arqueologia no país. Essa situação, na verdade, não deixa de ser contraditória, pois, ao mesmo tempo em que é exigida a presença de arqueólogos em determinados projetos, como será visto adiante, não há legislação no país que reconheça esses profissionais. Agora, com esses novos cursos, o projeto será novamente reencaminhado à esfera competente.

Como ilustração, pode-se dizer que a criação do Parque Nacional Serra da Capivara foi orientada pela verificação da importância arqueológica material daquela área e no contexto do movimento ambientalista, reforçada pelas características daquela biodiversidade.

1.2.1 Inserção da arqueologia no universo do patrimônio

Segundo o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=AD6EA8D69507F7526B43CD85A63B2E83?id=12944&retorno=paginaIphan> todos os sítios arqueológicos são definidos e protegidos pela lei n. 3924/61 e são considerados bens patrimoniais da União sob a responsabilidade do IPHAN. O tombamento de bens arqueológicos é feito, excepcionalmente, por interesse científico ou ambiental. Cerca de 19 mil sítios arqueológicos já foram atualmente identificados pelo IPHAN. São tombados (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15826&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> - atualizado em janeiro de 2011), segundo consulta ao site em abril de 2011:

- 06 coleções arqueológicas: do Museu da Escola Normal Justiniano da Serra, Fortaleza – CE (tombamento em 1941); do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém – PA (tombamento em 1940); do Museu Coronel David Carneiro, Curitiba – PR (tombamento em 1941); do Museu Paranaense, Curitiba – PR (tombamento em 1941); de Balbino de Freitas, Rio de Janeiro – RJ (tombamento em 1948); de João Alfredo Rohr, Florianópolis – SC (tombamento em 1986);

- 02 áreas com conjuntos de sítios pré-coloniais² de arte rupestre: Parque Nacional Serra da Capivara, São Raimundo Nonato – PI (tombamento em 1994); Ilha do Campeche, Florianópolis – SC (tombamento em 2001);
- 01 monumento arqueológico de arte rupestre: Itacoatiaras do Rio Ingá, Ingá – PB (tombamento em 1944);
- 03 sítios pré-coloniais: Lapa da Cerca Grande, Matozinhos – MG (tombamento em 1962); Sambaqui da Barra do Rio Itapitangui, Cananéia – SP (tombamento em 1955); Sambaqui do Pindaí, São Luís – MA (tombamento em 1940);
- 04 sítios do período histórico: Remanescentes do Povo e Ruínas da Igreja de São Miguel, São Miguel das Missões – RS (tombamento em 1938), Serra da Barriga ou República dos Palmares, União dos Palmares – AL (tombamento em 1986), Sítio Santo Antônio das Alegrias, São Luís – MA (tombamento em 1981); Ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Bela da Santíssima Trindade – MT (tombamento em 1988);
- 01 área de valor etnográfico e arqueológico: Áreas Sagradas do Alto Xingu Kamukuaká e Sagihengu (MT), cujos sítios arqueológicos são associados ao ritual de furação de orelha e ao início do ritual do Kuarup dos índios Waurá e Kalapalo do Alto Xingu³.

² A FUMDHAM utiliza o conceito de sítios pré-históricos.

³ Esse último bem, ao contrário dos demais, não aparece no site do Arquivo Central do IPHAN (<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>), por isso não foi possível identificar o ano do seu tombamento.

Em consultas anteriores ao mesmo site, os remanescentes do Quilombo do Ambrósio, em Ibiá – MG apareciam como bem tombado em 2002. Na última consulta, em abril de 2011, esse bem não é mais citado.

O Patrimônio material protegido pelo IPHAN com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, etnográfico e paisagístico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis, como núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e bens móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Percebe-se que o universo de bens arqueológicos tombados representa um percentual reduzido se comparado com a totalidade de tombamentos. Segundo pesquisa no Arquivo Central do IPHAN pela *internet* (<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>) o total de bens tombados em cada um dos livros é:

- Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico: 119 bens;
- Livro histórico: 557 bens;
- Livro de belas artes: 682 bens;
- Livro das artes aplicadas: 4 bens.

Os dezessete bens arqueológicos tombados estão inscritos nos três primeiros livros de tomo citados e representam 1,25% do total considerando-se todos os bens tombados nos quatro livros. Essa insignificante presença do patrimônio arqueológico protegido já existia nos primeiros tempos de atuação do órgão.

Como já citado, Rodrigo Melo Franco esteve à frente do SPHAN do período de 1936 a 1967. Esse foi um período em que se consolidou a noção de patrimônio cultural consagrando-se basicamente o passado religioso luso-brasileiro. O conjunto eleito para tombamento naquela época representava um país extremamente católico, urbano e patriarcal. Sem dúvida, embora o decreto de 1937 que instituía o SPHAN citasse como patrimônio histórico e artístico nacional bens de excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou histórico, o patrimônio arqueológico de fato não se enquadrava no imaginário de patrimônio cultural que estava sendo delineado.

De fato, no período de 1938 a 1967, foram tombados 756 bens. Apenas dez deles são bens arqueológicos, o que representa 1,32% do total. Curiosamente esses mesmos dez bens arqueológicos tombados no período de Rodrigo Melo Franco são mais da metade (58,82%) dos tombados até hoje.

Aloísio Magalhães, fundador do Centro Nacional de Referência Cultural, de 1975, e diretor de todo o sistema federal de cultura nos anos de 1979 a 1982, tentou, em sua gestão, retomar de certa forma aspectos do anteprojeto de criação do SPHAN elaborado por Mário de Andrade em 1936. Segundo Portella (2005, p.22) o anteprojeto de Mário de Andrade “é uma espécie de boa síntese das reflexões modernistas de Mário e seus companheiros de 22 somadas às discussões sobre patrimônio até então realizadas, no país e no exterior”. Mas o que mais impressiona, segundo o mesmo autor, é a forma como Mário transforma a ampla questão do patrimônio em algo objetivo e fundamental. A definição de Patrimônio Artístico Nacional seria, conforme Capítulo II do Anteprojeto: “Todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”. Ao Patrimônio

Artístico Nacional pertencem “exclusivamente as obras de arte que estiverem inscritas, individual ou agrupadamente, nos quatro livros de tombamento adiante designados” (Portella, 2005, p. 23).

Essencialmente, a definição dessas artes dá forma à noção de patrimônio proposta por Mário. Essas obras deveriam pertencer a pelo menos uma das seguintes categorias: arte arqueológica; arte ameríndia; arte popular; arte histórica; arte erudita nacional; arte erudita estrangeira; artes aplicadas nacionais; artes aplicadas estrangeiras.

Entretanto, segundo Miceli “a generosidade etnográfica da proposta andradina revelou-se descompassada das circunstâncias daquele momento, ao passo que a entronização do barroco firmou-se como a pedra de toque da política preservacionista” (Miceli, 1987 *apud* Portella, 2005, p. 26). Com certeza, Rodrigo Melo Franco assumiu a tarefa de preservar o que parecia ser mais urgente: salvar monumentos profundamente atingidos pela ruína e que ameaçam perecer completamente. Depois de mais de 30 anos de esforços nesse sentido, Aloísio Magalhães decide transpor o conceito de patrimônio histórico ao adotar, apoiado em Mário de Andrade, a noção de bens culturais e incorporar o bem ecológico, a tecnologia, a arte e o saber fazer.

Não se pode deixar de citar a grande contribuição de Aloísio Magalhães no que diz respeito ao registro dos atos de inventividade do povo brasileiro e à incorporação da cultura dos negros, dos imigrantes e das populações rurais. Contudo, especificamente sobre a proteção de sítios arqueológicos, apenas um foi tombado de 1979 a 1982. A morte prematura de Aloísio em 1982 impede que possamos imaginar sua política referente à proteção de sítios arqueológicos caso permanecesse à frente dos órgãos de patrimônio.

Dessa forma, como já citado, dos dezessete bens arqueológicos hoje tombados, dez deles foram inscritos em Livros de Tombo durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente ao SPHAN. O restante foi tombado no período de redemocratização do Brasil, quando o foco era justamente o esvaziamento das funções do Estado, a instituição do estado-mínimo e a diminuição dos investimentos públicos na área da cultura com delegação dessa função à iniciativa privada através da regulamentação e do aprimoramento das leis de incentivo. Mesmo o Governo Lula, que procurou redefinir e fortalecer o papel do Ministério da Cultura, pouco ou muito pouco parece ter feito a favor do patrimônio arqueológico nacional.

1.2.2 Gestão do patrimônio arqueológico

Atualmente, a Arqueologia é entendida como o estudo das sociedades humanas do passado com vistas à compreensão de suas origens e desenvolvimento. Os restos de cultura material são mais uma documentação do que uma coleção de objetos mais ou menos valiosos; em vista disso, sua conservação e gestão adequadas devem constituir um dos pontos principais das políticas governamentais. (Gamble, 2002)

Em termos de gestão, tem-se, no Brasil, o artigo 27º da lei 3924/61, o qual determina que o DPHAN, atual IPHAN, manterá um cadastro dos monumentos arqueológicos do Brasil. (Souza, 2006) Nesse cadastro, serão registradas todas as jazidas manifestadas, de acordo com o disposto na lei, bem como das que se tornarem conhecidas por qualquer via. Dessa forma se dá o registro dos bens arqueológicos pelo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA.

Já o SGPA – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico – foi criado em 1997 com o objetivo de estabelecer padrões nacionais no âmbito da identificação dos sítios, das coleções arqueológicas e do registro da documentação arqueológica produzida, subsidiando ações de gerenciamento, em atendimento à lei acima mencionada. Esse sistema está dividido em módulos, entre eles o próprio CNSA, que conta atualmente com mais de 17.500 fichas de sítios. Demais módulos são o Inventário Nacional das Coleções Arqueológicas (INCA), Projetos e Relatórios de Pesquisa Arqueológica – PPA/RPA e ainda, Banco de Portarias de Arqueologia – BPA. (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>)

Em termos mais práticos, uma atividade que tem se fortalecido, segundo Souza (2006), é o atendimento a denúncias, por parte da comunidade, referentes ao descobrimento de possíveis sítios arqueológicos ou à destruição ou dano ocorrido em patrimônio arqueológico. “Essa dinâmica nos indica que a população, a cada dia, se apropria mais do seu patrimônio e tem conhecimento de sua existência” (2006, p. 152). A autora evidencia, contudo, a falta de agilidade do IPHAN em atender a todas essas solicitações e sugere outras providências a fim de contribuir para o trabalho do órgão, como: atentar para a evolução, no mundo e na sociedade brasileira, acerca da visão arqueológica; unificar entendimentos e práticas realizadas pelas superintendências regionais e formular políticas institucionais no sentido de dotar a Arqueologia Histórica de mais normas e procedimentos legais que a viabilizem em sua plenitude.

Em outro artigo, Bastos (2006, p. 159) resume bem qual seria o propósito de atuação do IPHAN atualmente e destaca mais uma atribuição ao órgão, a educação patrimonial:

“centrar sua atenção na fiscalização do cumprimento da lei, e no fomento de ações de valorização e revitalização do patrimônio arqueológico, como forma não só de justificar socialmente a atuação dos arqueólogos, mas também legitimar as condutas do Estado, possibilitando, principalmente, através da implantação de projetos de educação patrimonial, a ampliação da cidadania cultural”.

O Guia Básico de Educação Patrimonial elaborado por Horta em 1999 e citado por Bastos em seu artigo introduz o que deve ser um projeto de educação patrimonial para ser incorporado nos processos de salvamento arqueológico. A educação patrimonial trata de “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural Arqueológico como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (2006, p. 158). A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus mais diversos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de educação patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para melhor usufruto desses bens e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, gerando, assim, um processo permanente de criação cultural.

“Conhecimento crítico e apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania” (Bastos *apud* Horta, 2006, p. 158). Bastos afirma que a educação patrimonial deve ser entendida como um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer uma leitura do mundo levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da autoestima de indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira.

O diálogo permanente sempre implícito num processo educacional é estimulante e facilitador da comunicação e interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais. Dessa forma, há troca de conhecimentos e promoção de parcerias para a proteção e a valorização desses bens.

Mas há dificuldade de se reverter uma situação em princípio negativa para o patrimônio, pois são raras as possibilidades de alteração dessa realidade. Ou seja, a implantação dos grandes projetos desenvolvimentistas, que acarretam impactos permanentes sobre esse patrimônio, aliada à falta de compreensão da população, constitui-se, hoje e sempre, em uma das principais causas de destruição. “Transformar esta situação em uma situação da qual o patrimônio se beneficie é a grande tarefa que se impõe”, segundo Bastos.

Apesar disso, o autor informa que exemplos de participação da comunidade e de educação patrimonial já são comuns em determinados locais do país e aponta o turismo arqueológico como uma alternativa de preservação que representa fonte permanente de recursos, empregos e envolvimento comunitário. Nesse contexto, ele cita o Parque Nacional Serra da Capivara e destaca:

“A exploração do turismo arqueológico no Piauí apresenta-se hoje como um importante veículo de desenvolvimento socioeconômico do Estado, ao mesmo tempo em que poderá se transformar em um potencial campo de pesquisas para o conhecimento da pré-história americana, bem como para as ciências ambientais. O exemplo do Parque Nacional Serra da Capivara, na região do município de São Raimundo Nonato no Piauí, é um exemplo vivo, eficiente e bem sucedido de como o turismo ecológico pode e deve ser aproveitado como fonte de cidadania cultural, saber e desenvolvimento socioeconômico. Não poderíamos deixar aqui de registrar o importante trabalho efetuado pela pesquisadora Niéde Guidon que, à frente da Fundação Museu do Homem Americano, foi a grande mentora deste que é o mais importante trabalho de turismo arqueológico do Brasil, e que tem enfrentado dificuldades hoje em função da política de assentamentos de terras no entorno imediato ao Parque...” (Bastos, 2006, p. 161).

Dentro dessa abordagem, segundo ele, turismo arqueológico “é uma alternativa de preservação que deve ser levada em consideração sempre que possível, pois é fonte permanente de recursos, empregos e envolvimento comunitário, além de exigir constante manutenção da base dos recursos culturais arqueológicos, categoria chamada de turismo ecológico autossustentável, pois procura, sobretudo, preservar o objeto de visitação” (2006, p.161).

Como ilustração, é citado o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico e Arqueológico do Piauí desenvolvido pelo governo daquele Estado em 2000. Nele, acentua-se que o turismo arqueológico pode ser desenvolvido de diferentes maneiras. Uma delas é a exploração feita através da visitação de uma determinada região que tenha sido habitada pelo homem pré-histórico, desde que ela esteja preparada para esse fim, ou de forma a permitir ao turista participar de uma atividade de pesquisa arqueológica, seja durante uma das etapas do trabalho de campo, como prospecção, que é a busca de sítios, ou no decorrer de uma escavação arqueológica. Estas atividades devem obrigatoriamente ser acompanhadas por um arqueólogo e o número de participantes deve ser limitado até o limite de capacidade de suporte de cada região ou conjunto de sítios a serem visitados.

Para a elaboração de propostas ou planos de turismo arqueológico, o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico e Arqueológico do Piauí apresentou como condicionantes:

- preparação dos sítios arqueológicos com as indispensáveis ações de conservação;
- implantação de estruturas para recepção dos visitantes;
- construção e reparação de vias de acesso com saneamento das suas margens, na maioria das vezes utilizadas indevidamente;

- implantação de serviços de saneamento básico, de assistência médica e de comunicação, onde se fizerem necessários;
- preparação de recursos humanos para monitoramento dos sítios e atendimento ao público visitante;
- ações de educação patrimonial, visando chamar a atenção para a importância dos sítios arqueológicos, campanhas educativas, seminários, palestras, ação ordenada de divulgação;
- estudos arqueológicos, projetos arquitetônicos com especificações próprias para cada sítio;
- ações de mobilização destinadas a atingir as instituições, organizações não-governamentais e a sociedade em geral para uma parceria através de acordos, convênios, termos de cooperação e comodatos, dentre outras formas de cooperação;
- ordenação legal das parcerias, envolvendo direitos e obrigações, que, se possível, devem ser contempladas nas legislações federal, estaduais e municipais.

Sem dúvida, boa parte dos itens citados já foi providenciada, no caso do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), como será visto adiante. A partir disso, a questão que se impõem é: se há evidências de que o turismo ecológico e a educação patrimonial trazem benefícios reais e imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e social de várias comunidades, por que não há, no país, e no PNSC especialmente, uma política

voltada para isso com programas permanentes e atuantes capazes de mudar essa realidade?

1.2.3 Patrimônio arqueológico e política cultural

Na linha da pergunta formulada acima, fundamental é falar sobre preservação de patrimônio arqueológico e políticas públicas para cultura.

O patrimônio arqueológico é constituído por objetos físicos, restos materiais de atividade cultural, e seu contexto. Esses vestígios são componentes da cultura material, aquele segmento do universo físico que é socialmente apropriado pelo homem e que engloba objetos, utensílios, a natureza transformada em paisagem. Nas palavras do historiador Ulpiano Bezerra de Menezes (1984, p. 34), “os artefatos devem ser compreendidos como produtos de relações sociais e como vetores dessas mesmas relações”. O renomado historiador apresenta três motivações que justificam a preservação do patrimônio arqueológico. A primeira estaria baseada na razão científica uma vez que os restos físicos são essenciais para o conhecimento científico. A arqueologia brasileira, segundo ele, tem condições de fornecer uma parcela apreciável de contribuição para o entendimento da dimensão temporal do homem. Isto se deve a um dilatado período de ocorrência, que permite acompanhar os fenômenos de longa duração, e à grande diversidade de ambientes em que os vestígios são encontrados, o que permite extrair um conjunto amplo de variáveis.

A segunda seria uma razão afetiva, a noção do homem como pertencente a um espaço; relação de pertencimento a um território já há muito habitado. “A informação arqueológica, dando a medida da ação e do trabalho humano, confere espécie de selo de

dignidade ao espaço presente. Trilha de identificação que produz qualidade na vivência.” (Menezes, 1984, p. 36) A última seria a razão política relacionada à cidadania e, dessa forma, extremamente importante quando se fala em preservação. Boa parte do patrimônio arqueológico brasileiro tem desaparecido em virtude da ação natural, erosão, intervenção de amadores, realização de grandes obras, como barragens e estradas, mas o principal veículo de destruição é a exploração econômica. É possível citar como exemplos a extração de calcário que ocasionou danos irreparáveis a pinturas, gravuras e sinalizações rupestres em diversos pontos do país, assim como os projetos agropecuários.

Segundo o autor, essa situação, reflexo de comportamento corrente no campo do patrimônio cultural em geral, é grave sobretudo porque é sintoma de uma sociedade desequilibrada, marcada por relações assimétricas. “Por isso, a preservação é uma bandeira que se impõe em todos os domínios e também, adequadamente, no arqueológico, como uma forma de reapropriação, pelo cidadão, daqueles bens de alcance social e dos quais ele foi expropriado pelas diversas formas de domínio e exploração.” (Menezes, 1984, p. 36)

Por muito tempo, a limitação dos instrumentos disponíveis de acautelamento teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo “preservação”, que acaba sendo entendido exclusivamente como tombamento, como explica Maria Cecília Londres Fonseca, uma das pesquisadoras que mais contribuiu para a análise do patrimônio no Brasil. Entretanto, existe hoje um contexto favorável à ampliação do conceito de patrimônio cultural e à maior abrangência das políticas públicas de preservação, muito em razão da criação do decreto nº 3.551 de 2000 que instituiu o

Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como integrante do patrimônio cultural brasileiro.

De certa forma, a autora indica algumas pistas para se compreender a função do patrimônio e as políticas públicas. Segundo ela (2003, p. 64), é preciso pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como a seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado, mas, em termos do que diria Michel Foucault, como uma “formação discursiva”, que permita “mapear” conteúdos simbólicos com vistas a descrever a “formação da nação” e constituir a “identidade cultural brasileira”. Embora as políticas de patrimônio, tal como estruturadas hoje, estejam longe de cumprir esses objetivos.

Seria necessário ter como base critérios de representatividade para que diferentes grupos sociais pudessem se reconhecer nesse repertório, bem como mudar os procedimentos a fim de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação do seu patrimônio cultural. Ou seja, a noção ampliada de patrimônio no âmbito da política pública deve envolver novos atores, buscar novos instrumentos de preservação e de promoção, bem como formular políticas transformadoras.

Essa ampliação da noção de patrimônio pode ser considerada também como mais um dos efeitos da globalização, pois, segundo Fonseca (2003, p.70), “ter aspectos de sua cultura, até então considerada por olhares externos como tosca, primitiva ou exótica, reconhecidos como patrimônio mundial, contribui para inserir um país ou um grupo social na comunidade internacional, com benefícios não só políticos, mas também econômicos”.

Política cultural atualizada, diz a pesquisadora Lia Calabre, chefe do Setor de Estudos de Política Cultural da Casa de Rui Barbosa, uma das fundações do Ministério da Cultura, deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com visões e interesses diferenciados, que compõem a contemporaneidade. A base para um novo modelo de gestão está no reconhecimento da diversidade cultural dos distintos agentes sociais e na criação de canais de participação democrática. Numa democracia participativa, por sua vez, a cultura deve ser encarada como expressão de cidadania. A cidadania democrática e cultural contribui para a superação de desigualdades e para o reconhecimento das diferenças existentes entre os sujeitos em suas dimensões social e cultural.

Calabre (2007) aponta também especificamente para o caso brasileiro no qual se encontram órgãos responsáveis pela gestão cultural nos diversos níveis de governo. Em todos eles está presente o problema da carência de recursos e por isso é fundamental definir as relações que podem e devem ser estabelecidas entre os variados órgãos públicos de gestão cultural nos níveis federal, estadual e municipal, e destes com outras áreas governamentais, com as instituições privadas e com a sociedade civil. Segundo a autora, existe uma série de competências legais comuns entre a União, os estados e os municípios. Dentre elas pode-se destacar a função de proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos. Uma das consequências visíveis disso é a existência de uma série de instituições, como museus, centros culturais, galerias, sob a administração indistinta da União, dos estados e dos municípios, a maioria delas sem nenhuma interface entre si. Também não existe lugar que centralize essas informações e permita ao governo um real conhecimento da atual situação.

Para que as políticas públicas sejam mais eficazes, Isaura Botelho, diretora do Centro de Estudos da América Latina no Memorial da América Latina, afirma a importância de informações centralizadas e de pesquisas socioeconômicas na área da cultura. Botelho (2001) defende uma formulação mais incisiva de políticas públicas, as quais, para serem eficazes, precisam de mecanismos capazes de mapear não só o universo da produção, mas também o da recepção nesse terreno. E afirma que, a cultura, em sentido lato, “exige a articulação política efetiva de todas as áreas da administração, uma vez que alcançar o plano do cotidiano requer o comprometimento e a atuação de todas elas de forma orquestrada, já que está se tratando, aqui, de qualidade de vida.” (Botelho, 2001, p. 75)

Há outra questão bastante relacionada ao tema central desse projeto e também apontada por Botelho. Trata-se dos equívocos que ocorrem quando os poderes públicos, por escassez de recursos ou omissão deliberada, deixam as decisões sobre o que se produz em termos de arte e cultura nas mãos dos setores de marketing das empresas. “Assim, o mercado e as relações mundanas tornam-se preponderantes, ao invés de serem um complemento do financiamento público.” (2001, p. 73) O financiamento a projetos assumiu o primeiro plano do debate no país já na década de 1990 enquanto que, para Botelho, o financiamento da cultura não pode ser analisado independente das políticas culturais. O financiamento deve ser determinado pela política e não o contrário.

Sem dúvida o financiamento é um dos mais poderosos mecanismos para a consecução de políticas públicas já que permite interferir de forma direta na solução de problemas ou no estímulo de determinadas atividades com impactos relativamente previsíveis. Contudo, para que um sistema efetivo de financiamento às atividades culturais funcione é obrigatório que se estabeleça uma política pública encarregada de

reger as parcerias, tanto entre áreas de governo quanto entre as instâncias administrativas - municipal, estadual e federal.

“Como toda política pública, as políticas culturais também necessitam prever, em seu planejamento, as suas fontes e mecanismos de financiamento. No entanto, é a clareza quanto às prioridades e às metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazos que possibilitará a escolha de estratégias diversificadas e adequadas para o financiamento das atividades artísticas e culturais.” (Botelho, 2001, p. 78)

Por fim, tanto Botelho (2001) quanto Calabre (2007) têm perspectivas comuns do que deve ser feito em termos de políticas culturais. Entre essas perspectivas é possível citar a realização de pesquisas periódicas sobre práticas e consumos culturais; defender a diversidade cultural como elemento fundamental para a continuação da existência das próprias sociedades; promover maior abertura no intercâmbio cultural internacional; tratar as manifestações culturais como parte do patrimônio de um povo e integrar ações de maneira interministerial.



Figura 1: Vista Geral da Serra da Capivara – Foto Acervo FUMDHAM

2 PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA

2.1 Retrospecto

Trata-se de paisagem diversificada, recortada na rocha, com vales dentríticos muito estreitos, além de boqueirões fundos e também estreitos (Figuras 2 e 3). Essas fendas (Figura 1) na chapada apresentam abrigos de morfologia diversificada que acumulam a água da chuva nos períodos de seca e é aproveitada pela fauna local. O clima da região é hoje semi-árido. Duas estações bem definidas provocam grandes mudanças na paisagem. A vegetação é exuberante na estação de chuvas, com temperaturas agradáveis. Já na época da seca, a folhagem, antes exuberante, torna-se retorcida e coberta de espinhos e um mato cinza cobre a região. Pessis explica que o semi-árido de hoje, contudo, nem sempre foi assim.

“Há cerca de 9.000 anos, começou o processo de diminuição das chuvas, iniciando-se uma gradativa transformação da região, até então caracteriza pelo seu clima tropical-úmido. Esse processo foi iniciado por uma transformação provocada por causas naturais, em nível planetário, uma mudança no regime de ventos e correntes marítimas que aconteceu no momento da transição entre o Pleistoceno e o Holoceno. (...) Existem, ainda hoje, vestígios dessa primeira vegetação tropical-úmida que podem ser achados nas profundezas dos *canyons*... O Parque Nacional Serra da Capivara está situado no domínio morfológico das caatingas, no qual uma vez por ano acontece o milagre visual da metamorfose da paisagem, lembrando como foi a região antes do início do processo de desertificação. Iguais aos ritos da cultura humana, os ritos da natureza são a memória de sua evolução.” (Pessis, 2003, p. 30)



Figura 2: Entardecer na Serra da Capivara – Foto Acervo FUMDHAM



Figura 3: Rocha com inclinação negativa na Serra da Capivara – Foto Acervo FUMDHAM

As condições climáticas tropical-úmidas, precedentes ao clima semi-árido atual, garantiram os recursos alimentares para uma fauna de grande porte e, em sua maioria, herbívora. Os vestígios ósseos mais comumente achados nas escavações são de

preguiças gigantes, tigres dentes-de-sabre e tatus gigantes, entre outros. Há evidências arqueológicas da presença humana na região do Parque há 500 séculos. Dessa forma, sua implantação teria ocorrido durante o mesmo período climático tropical-úmido das espécies da megafauna. Ainda que em grande parte herbívoras, essas espécies de grande porte constituíam uma limitação para a sobrevivência das populações humanas. A coexistência só foi possível com base num comportamento humano bem organizado e pautado, transmitido de geração em geração.

“Essas formas de organização marcaram o início da vida social pré-histórica, a partir da qual evoluíram as modalidades de organização em face da transformação do meio (...). Elas utilizaram o espaço de forma diferenciada, segundo as características das diferentes épocas em que viveram, das necessidades e dos recursos disponíveis.” (Pessis, 2003, pg. 41)

Além de Anne Marie Pessis, outra autora também se debruçou sobre a história daquela região, no sudeste do Piauí. Emília Pietrafesa de Godoi analisou o universo rural dos camponeses dos povoados de Limoeiro, São Pedro, Barreiro Grande e Barreirinho, localizados próximo ao município de São Raimundo Nonato. O texto de Godoi, de 1998, é ratificado pela fala de Nivaldo Coelho, morador de Barreirinho e um dos primeiros guias contratados pela Missão Franco-Brasileira. Ele conta, no vídeo Piauí Entocado, que um dos primeiros homens a chegar à região, vaquejando, chamava-se Vitorino. Ele teria sido uma das primeiras pessoas a encontrar os índios ou caboclos brabos que habitavam aquelas tocas e faziam aquelas pinturas nas rochas. Depois que um dos filhos de Vitorino foi morto pelos índios, ele foi a Oeiras - município que serviu de capital do Piauí até o ano de 1851 - pedir armamentos ao governo que, posteriormente, cedeu a Vitorino vasta área, até então ocupada pelos índios. Nessa região, conta Nivaldo, foram encontrados machadinhos e inúmeras peças em cerâmica. De acordo com as pesquisas

desenvolvidas na Serra da Capivara, a cerâmica surge naquela região por volta de 9.800 anos e há 6.000 certamente já estava difundida em todo o território.

Emília de Godoi complementaria dizendo que os camponeses daqueles povoados se pensam como família descendente de Vitorino. Segue citação de outro morador, retirada do artigo de Godoi (1998, p. 98), bastante ilustrativa da história da região:

“O primeiro homem que entrou aqui e que produziu a grande família se chamava Vitorino. Então foi ele quem situou aqui. E aí, o que é certo, é que esta beirada de serra era cheio de índio nesse tempo. Índio quer dizer que é caboclo brabo, você sabe, os índio. E aí, os índio mataram um filho dele...mataram um filho dele em despique da morte de um cão. Aí ele encostou bem nessa beirada de serra, era morada deles. Ele encostou pra aí e arrastou o bacamarte...os bichos correram e ele pôs bagaço deles aí, aqui e acolá, matando, até quando desterrou eles daqui. E então, nessa ocasião, o governo deu a ele esta terra e este mundo ficou dele. E então, ele começou a produzir a grande família.” (Seu Zé Lopes, 95 anos)

A autora chama atenção para um dado importante de significado simbólico: na representação sertaneja do mundo natural o cachorro é classificado na esfera doméstica. A partir de falas como essa, Godoi reconhece semelhanças entre elementos da história da origem destes povoados. Ela cita o corógrafo Aires de Casal que, em 1817, na sua descrição do Piauí conta que, por volta de 1760, na parte meridional daquele Estado, apareceu um grupo indígena que obrigou muitos brancos a abandonarem suas fazendas de criação. Eram chamados de Pimenteiras e ocupavam as cabeceiras dos rios Piauí e Gurguéia. As hostilidades começaram justamente em vingança da morte de um cão que os brancos lhes mataram por ocasião de uma caçada ocorrida próximo ao rio Gurguéia. De acordo com a pesquisa de Godoi, acontecimento como esse deve ter se dado ao final do século XVIII, pois há registros de que a guerra contra os índios Pimenteiras começou em 1776 e terminou em 1784. Os Pimenteiras teriam reaparecido mais tarde, em 1807,

na cabeceira do rio Piauí, quando, por dois anos seguidos foram duramente combatidos e completamente exterminados.

No Registro Paroquial de terras de 1855, as terras dos povoados em questão, originalmente fazenda Várzea Grande, resultam de uma concessão feita pelo governo em 1829, quer dizer, bem mais tarde da ocorrência dos fatos acima narrados. Mas, segundo Godoi, foi essa a história que os sertanejos elegeram para que fosse a história deles: “uma história de violência que, aliás, poderia bem ter se passado, pois, àquela época, organizar expedições para capturar, expulsar e mesmo exterminar os índios era uma das maneiras de aquisição de terras como concessão do governo.” (1998, p.100)

Há passagens no texto da autora nas quais fica clara a atribuição, por parte dos camponeses, de autoria das pinturas rupestres (Figuras 4, 5, 6, 7, 8 e 9) pelos índios, como por exemplo:



Figura 4) Pintura Rupestre - Toca da Bastiana – Foto Acervo FUMDHAM

“As secas de antigamente obrigavam os sertanejos a subirem a serra e os aproximavam assim desse espaço selvagem e de todas as referências de uma alteridade absoluta: as onças, as serpentes e os índios. *Minha avó se abrigou perto da grunga. Eles estavam longe da água, então eles foram perto da grunga passar a seca até que chovesse, eles se abrigaram na toca*, me contou dona Zenaide. Ora, na representação camponesa do espaço as tocas são morada de onça e elas são igualmente identificadas como pertencendo aos índios – *tocas de caboclo*, pois acreditam que as pinturas rupestres encontradas em muitas delas foram feitas pelos índios.” (1998, p. 104)

As grungas são os *canyons* - valas profundas onde se pode encontrar água mesmo nos períodos mais secos, e tocas são abrigos sob rocha.

No entanto, Godoi retrata bem, no trecho abaixo, o quanto a herança indígena é desvalorizada:

“As narrações sobre a “origem da grande família” correspondem ao que a memória coletiva desses camponeses selecionou e que funciona como paradigma que dá origem aos seus direitos sobre aquelas terras e que os situa na vida cotidiana. *Ele era um véio muito destemido, desterrou os índio daqui tudo – tomou conta, situou e deixou isso aqui. Agora é que semeou de dono, é de nós tudo aí da procedência dele toda. Da Barragem pra cá é tudo do tronco véio do Vitorino; nação de gente do Vitorino. Uma nação de gente por oposição aos índios – os bichos -, sempre expulsos para espaços selvagens e para um tempo fora da história, como se disse antes: aqui tem uma velha que conta do início do mundo.* Pensados através de uma categoria definitivamente não-humana, os índios são desta forma eliminados da árvore genealógica desses camponeses.” (1998, p. 102)

Sobre a economia na região, vale acrescentar que, do final do século XIX até meados do século XX, o sudeste do Piauí experimentou a expansão do desenvolvimento da maniçoba. Essa atividade marcou de forma relevante a região onde hoje está situado o Parque Nacional Serra da Capivara, pois acelerou o processo de imigração, promoveu a abertura de fazendas e povoados e também propiciou novos usos das tocas, anteriormente usados como lugares de descanso, cemitérios, rituais e como suporte para as pinturas rupestres.

As tocas foram utilizadas como alternativa de moradia para os maniçobeiros que viviam em péssimas condições de vida. Algumas foram usadas de forma mais permanente, outras como rancharia ou como depósito de secagem da maniçoba. Nas décadas de 1970 e 1980, durante a decadência da maniçoba, as características econômicas da região, que engloba hoje o PNSC, continuaram assentadas na pecuária e na agricultura de subsistência do milho, do feijão e da mandioca. (Borges, 2007, pg.65)

Hoje, há vestígios materiais dispersos sobre uma extensa área, protegidos pela ausência de grandes obras públicas ou da agricultura mecanizada. A maior parte dos sítios arqueológicos tem suas paredes rochosas cobertas de pinturas rupestres – vestígios de prática realizada durante milênios. O número de pinturas descobertas, cerca de 30 mil,

permite ter ideia da quantidade de trabalhos realizados ao longo dos séculos e do número ainda maior de registros gráficos que desapareceram.



Figura 5) Pintura Rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara – Foto Acervo FUMDHAM



Figura 6) Pintura Rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara– Foto Acervo FUMDHAM



Figura 7) Pintura Rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara – Foto Adriana M. F. Martins



Figura 8) Pintura Rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara - Foto Adriana M. F. Martins

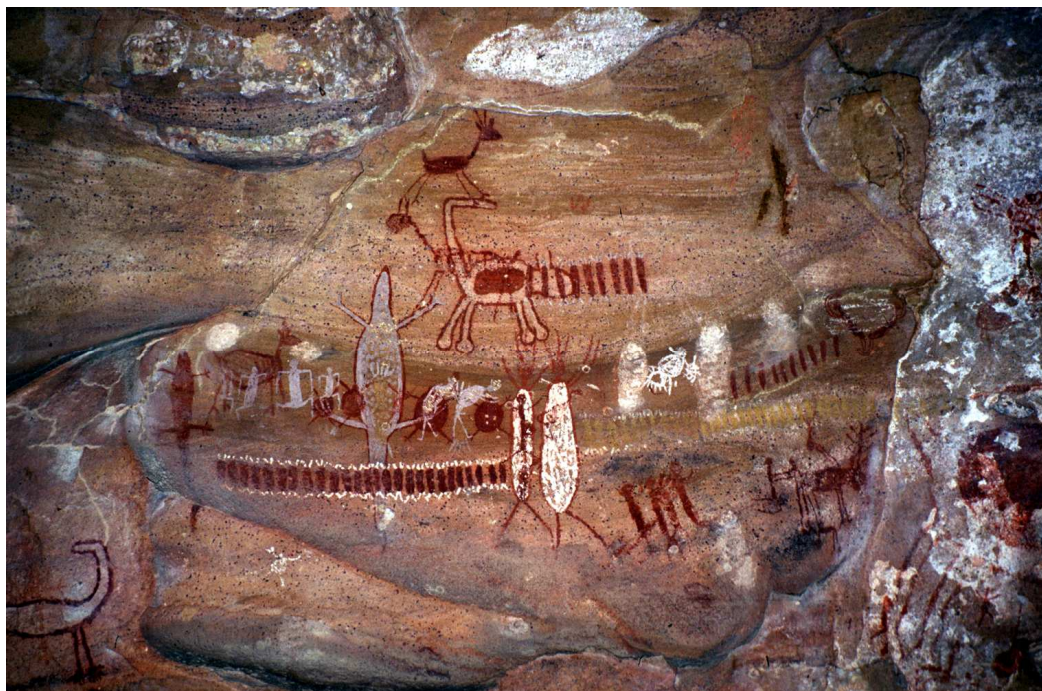


Figura 9) Nicho - Boqueirão da Pedra Furada – Acervo FUMDHAM

2.2 Criação

“No coração do chamado Polígono das Secas, onde o sertão semi-árido se torna mais severo, onde a caatinga se funde com o cerrado e as irregularidades climáticas do Nordeste se fazem sentir com mais força, existe uma fronteira geológica, ponto de encontro entre os planaltos, localmente chamados chapadas, que formam uma cadeia contínua de serras, e uma planície antiquíssima, que forma a depressão periférica do médio São Francisco, o mais importante rio do Nordeste. O contato entre as duas formações é marcado por uma *cuesta*, imensa linha de paredões verticais de rara beleza. Conhecidas como Serra da Capivara, essas chapadas marcam o limite do Parque Nacional, que toma seu nome e que ocupa uma superfície de 130.000 ha na bacia sedimentar Maranhão-Piauí” (Pessis, 2003, p. 27).

O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado no sudeste do Estado do Piauí e ocupa área dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Coronel José Dias e Brejo do Piauí. São Raimundo Nonato é a maior dessas cidades, com mais de 30 mil habitantes, e está a aproximadamente 30 km do Parque. Ele totaliza 129.140 hectares e um perímetro de 214 km. A distância que o separa da capital do Estado,

Teresina, é de 503 km por uma estrada (via BR 343 e PI 140) em péssimo estado de conservação (Figura 10). Outro acesso se dá a partir da cidade de Petrolina, em Pernambuco. Petrolina dispõe de um aeroporto operado por duas companhias aéreas e está a 313 km do Parque. A estrada de acesso (BR 235), porém, também está pessimamente conservada.

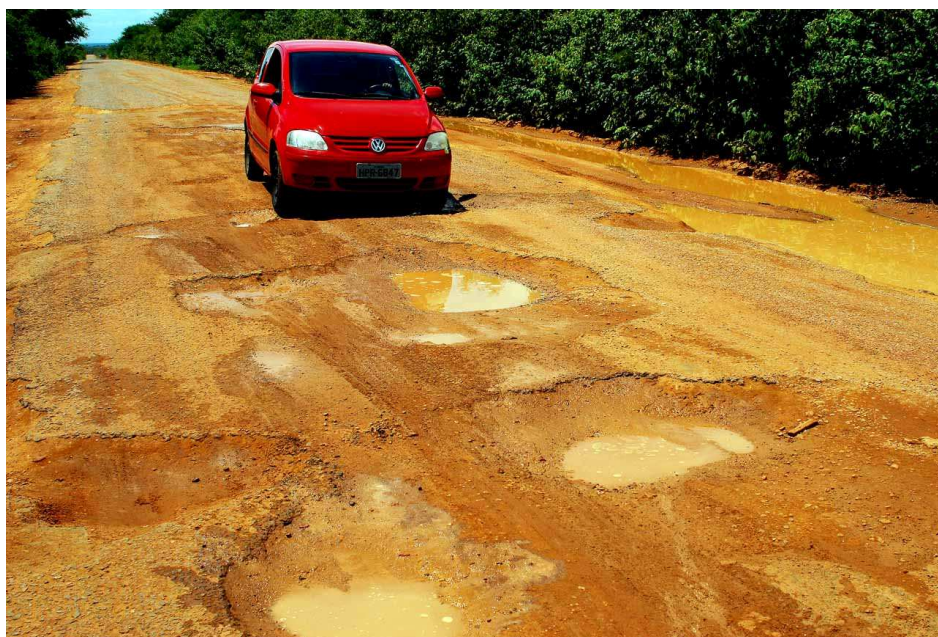


Figura 10) PI 140 – Foto André Pessoa

Situa-se em zona extremamente carente onde as pessoas enfrentam as dificuldades típicas das regiões semi-áridas do nordeste brasileiro. Desde a colonização, o território que hoje ocupa o Parque foi utilizado pelas populações vizinhas para caçar, plantar e cortar madeira. Essa população, extremamente pobre e sem praticamente nenhuma fonte de trabalho que não seja a exploração dos recursos naturais, vive na Área de Preservação Permanente, num espaço limítrofe de 10 km de largura. Em 2008, o Ministério do Turismo do Brasil solicitou à Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável (IBERTUR) e à Universidade de Barcelona o

desenvolvimento de um Programa de Turismo Sustentável que incluía a proposição de um Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba. (2008, pg.13), As informações analisadas nesse documento confirmam que o Piauí apresenta um baixo nível de desenvolvimento humano. Entre suas principais limitações está a inexistência de saneamento ambiental para a melhoria das condições de salubridade do meio físico, de saúde e de bem-estar da população.

Situação ainda mais grave que essa foi a encontrada em 1975. Naquele ano, após três meses de trabalho de terreno na área arqueológica de São Raimundo Nonato, a equipe de especialistas da Missão Arqueológica Franco-Brasileira do Piauí – cooperação científica binacional - fez um balanço dos trabalhos realizados e das mudanças perceptíveis nos ecossistemas regionais, assim como das mudanças verificadas na estrutura socioeconômica local. A Universidade de São Paulo (USP) era a instituição representante do Brasil na Missão; já pela França o representante era o Ministério das Relações Exteriores. Levando-se em consideração a importância dos sítios arqueológicos, seu grande número, variedade e qualidade dos vestígios, além da beleza da paisagem, da especificidade da cobertura vegetal e do potencial turístico, os pesquisadores dessas duas instituições decidiram que era necessário levar todas essas questões, agravadas pelo impacto destruidor da presença humana cada vez mais presente, ao conhecimento das autoridades.

Dessa forma, no dia 05 de junho de 1979, foi assinado o decreto nº 83.548, da Presidência da República, publicado no Diário Oficial da União de 06 de junho de 1979, criando o Parque Nacional Serra da Capivara. Segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara, aprovado pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República em 1994, a finalidade da criação desse Parque Nacional foi “fornecer os

instrumentos jurídicos que permitissem garantir uma proteção adequada a uma área na qual se encontra a maior concentração de sítios pré-históricos do país.” (Plano de Manejo, Brasília, 1994)

O plano de manejo de um parque nacional é um instrumento teórico e operacional destinado a organizá-lo segundo suas características e de acordo com as finalidades que orientaram a sua criação. O objetivo é fornecer as bases de organização e a estratégia para coordenar a proteção do meio ambiente, do patrimônio cultural e a utilização da área. Ele identifica também as ações prioritárias para que os objetivos definidos sejam alcançados. A meta principal do plano de manejo do Parque Nacional Serra da Capivara é recuperar o estado de equilíbrio entre proteção do patrimônio cultural e os aspectos ecológicos do Parque de forma ainda a criar condições para que ele seja um pólo de turismo ecológico explorado eficientemente.

Sua criação esteve ligada às questões de preservação do meio ambiente específico e do patrimônio cultural existente. As principais motivações foram:

- ambientais: paisagens variadas nas serras, vales e planície, com vegetação de caatinga. A caatinga é um tipo de vegetação que ocupa 11% do território nacional e 70% do Estado do Piauí. O Parque Nacional Serra da Capivara, com seus quase 130.000 hectares, é a única unidade de conservação do país destinada à preservação desse bioma, extremamente importante pela sua biodiversidade, mas que corre sério risco de extinção;
- culturais: maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, a maioria com pinturas e gravuras rupestres, nos quais se encontram vestígios extremamente antigos da presença do homem (entre

50.000 e 60.000 anos antes do presente). Abrange grande quantidade de abrigos distribuídos nas chapadas, nos baixões e nos boqueirões. Neles, os grupos humanos da pré-história, mediante pinturas e gravuras, registraram fatos, ideias e mitos componentes de diversas identidades culturais que ali coabitaram e se sucederam durante mais de 400 séculos;

- turísticas: pontos de observação privilegiados de paisagens de grande beleza natural. Possui alto potencial para o turismo cultural e ecológico, constituindo uma alternativa de desenvolvimento para a região, cujos recursos naturais são limitados pela época da seca.

Sua especificidade é justamente a conjunção proteção da natureza e proteção do patrimônio cultural. Essa situação existe, sem dúvida, em outros parques, mas se manifesta em sua expressão máxima no Parque Nacional Serra da Capivara, sobretudo como resultado das pesquisas realizadas já na década de 1970 que evidenciaram sua importância, o que não ocorreu ainda em outras reservas.

O Parque, em razão do seu valor patrimonial, constitui também destino de turismo cultural. As principais ações desenvolvidas para a gestão turística desse legado se têm centrado na criação de infraestrutura de recepção e atenção a turistas, interpretação e acessibilidade aos bens culturais.

Trata-se, portanto, de um parque arqueológico rico em vestígios paleontológicos e pré-históricos conservados durante milênios devido à existência de um equilíbrio ecológico hoje extremamente alterado. O patrimônio cultural e os ecossistemas locais estão, portanto, intimamente ligados já que a conservação do primeiro depende do equilíbrio desses ecossistemas.

O Parque foi criado subordinado à Diretoria de Ecossistemas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) da Secretaria do Meio Ambiente, antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Em termos administrativos, está subordinado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) através do IBAMA.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – subdivisão do IBAMA, órgão do MMA, foi criado em agosto de 2007 destinado a cuidar das Unidades de Conservação do país e mantém convênio de cogestão com a Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM. Na prática, o Instituto mantém um escritório em São Raimundo Nonato e é responsável pela segurança e vigilância do Parque. Mantém 28 funcionários responsáveis pela vigilância armada e 21 funcionários destinados à prevenção de fogo.

2.3 Fundação Museu do Homem Americano

Em 1986 foi criada, em São Raimundo Nonato, a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) hoje integrada por pesquisadores de instituições brasileiras (Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual de Campinas, Fundação Oswaldo Cruz) e francesas (*Université Claude Bernard de Lyon, Université Pierre et Marie Curie, Institut Français de la Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération – ORSTOM, Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, École de Hautes Études en Sciences Sociales*). Trata-se de entidade científica, filantrópica, sociedade civil não-lucrativa declarada de utilidade pública estadual e federal e cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social. Trabalhou, desde o começo, em duas frentes

bem definidas: a pesquisa científica multidisciplinar e a valorização e integração da população local, num projeto baseado na autossustentação regional. Dessa forma, desenvolve, até hoje, pesquisas interdisciplinares que abrangem o estudo da interação homem-meio desde a pré-história aos dias atuais.

O próprio Plano de Manejo do Parque foi elaborado com base nesse trabalho a partir de convênio assinado em 1988 entre o IBDF e a FUMDHAM. Esse convênio, publicado no Diário Oficial da União em 08 de agosto do mesmo ano, tinha como objetivo estabelecer “cooperação técnica para a elaboração do plano de manejo do PARNA Serra da Capivara” (Plano de Manejo, Brasília, 1994). Em maio de 1989 a Fundação assinou um termo aditivo ao convênio FUMDHAM-IBAMA a fim de promover os meios necessários à continuação dos trabalhos de concepção do plano de manejo. Em outubro seguinte foram reiniciados os trabalhos de delimitação da área do PARNA (Parque Nacional). A delimitação alterou seus limites originais excluindo certas zonas, onde a densidade de população era uma fonte de problemas fundiários e sociais, e incluindo outras. O executante dos trabalhos foi o Instituto Florestal do Paraná (IFP). A delimitação da nova área do Parque foi terminada em 1990 com a entrega à FUNDHAM dos novos mapas e do memorial descritivo.

Em março de 1990 a Fundação, a pedido do IBAMA, preencheu os formulários para solicitar a inclusão do PARNA na lista de sítios de patrimônio natural e cultural da humanidade e encaminhou o pedido ao Ministério das Relações Exteriores em junho seguinte. Para a defesa da proposta junto à UNESCO, em Paris, o Ministério solicitou como representante Niéde Guidon em razão do seu conhecimento técnico. A UNESCO, já após a primeira apresentação, concedeu ao Parque a chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade, com base no seguinte critério:

- aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva, ou que tenha desaparecido.
(<http://www.unesco.pt/pdfs/docs/categorias+criterios.doc>);

O Parque foi definido pela UNESCO da seguinte forma:

- *“Los numerosos refugios excavados en las rocas del parque nacional de la Sierra de Capivara están decorados con pinturas rupestres. Algunas de ellas datan de 25.000 años atrás y constituyen un testimonio excepcional de una de las más antiguas comunidades humanas de América del Sur.”*
(<http://www.unesco.org/pt/brasil/culture-in-brazil/world-heritage-in-brazil/world-heritage-list-in-portuguese/>).

De acordo com Ribeiro (2007), a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural organizada pela UNESCO foi aprovada em 1972 e estabelece a inscrição de bens como patrimônio mundial. Com vistas a implementar a Convenção e permitir a inscrição e gestão da lista do patrimônio mundial, foi criado, em 1976, o Comitê do Patrimônio Mundial, quando então os primeiros sítios foram inscritos, em 1978. Esse Comitê é constituído por 21 representantes dos estados membros da UNESCO, eleitos periodicamente, com reunião anual periódica para debater temas ligados a implementação da Convenção e para a inscrição de bens.

Em linhas gerais, os bens poderiam ser inventariados e classificados para inscrição segundo o valor a eles atribuído como patrimônio natural e como patrimônio cultural. Os critérios para seleção também se dividem em critérios naturais e critérios culturais. Eles devem satisfazer ao menos um desses critérios para obter a sua inscrição.

Critérios culturais para inscrição do bem como Patrimônio Mundial pela UNESCO até 2005 (Ribeiro, 2007, p. 36):

- representar uma obra-prima do gênero criativo humano, ou
- ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
- aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva, ou que tenha desaparecido, ou
- ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
- constituir um exemplo excepcional de *habitat* ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças reversíveis, ou
- estar associado diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional. (O Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).

Crítérios naturais para inscrição do bem como Patrimônio Mundial pela UNESCO até 2005.

- ser exemplo excepcional representativo dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou
- ser exemplo excepcional que represente processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou
- conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais,
- conter os *habitats* naturais mais importantes e mais representativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Em dezembro de 1991 o Parque foi então incluído pela UNESCO na lista dos sítios de Patrimônio Cultural da Humanidade e, em 16 de março de 1993, foi declarado Patrimônio Nacional pelo IPHAN. A FUMDHAM também tem acordo de cooperação técnica assinado com o IPHAN desde abril de 2006.

O IPHAN mantém um escritório em São Raimundo Nonato e atua como facilitador das ações de preservação dos sítios arqueológicos, que estão todos cadastrados em nome de Niéde Guidon, diretora-presidente da FUMDHAM (Figura 18). No Parque existem atualmente 737 sítios catalogados no registro do IPHAN mediante o acordo de colaboração com a FUMDHAM entre os quais destaca-se a presença de

pinturas rupestres com aproximadamente 30 mil figuras coloridas que representam animais e seres humanos e especial atenção a cenas de sexo, partos (Figura 11), dança entre outras.



Figura 11) Cena de Parto – Foto Adriana M. F. Martins

Hoje, Instituto Chico Mendes para Biodiversidade (ICMBio) e FUMDHAM são responsáveis pela gestão do Parque. Em 1992 o Parque foi aberto à visitação pública de forma experimental. Os grupos de estudantes da região foram os primeiros a participar da iniciativa. Foi constituído um grupo profissional entre os conhecedores dos sítios arqueológicos para desenvolver o programa de visitas guiadas. Assim, a função do grupo era tanto realizar as visitas aos principais sítios acessíveis do Parque quanto protegê-los das ações de vandalismo.

A expectativa gerada pela declaração da UNESCO converteu-se de fato no início da atividade turística da região. No mesmo ano de 1992 começou a funcionar, em São

Raimundo Nonato, o hotel “Pousada Serra da Capivara” construído pelo governo estadual do Piauí e gerenciado pela FUMDHAM através de um sistema de concessão. Em 1993, depois de reconhecido pelo IPHAN, teve início o primeiro curso de formação de guias locais e foram estabelecidas as bases de profissionalização.

A Fundação conta com equipe de técnicos e cientistas para desenvolver os projetos de pesquisa e desenvolvimento. Trata-se de especialistas vinculados a instituições universitárias com as quais a Fundação mantém convênio de cooperação técnica e científica. Quando necessário, ela contrata os serviços de consultores especializados. Além disso, atua também na educação de crianças e adultos, no desenvolvimento socioeconômico das comunidades das zonas periféricas do Parque e no desenvolvimento ecológico autossustentável através de ações de caráter econômico para benefício das famílias vizinhas ao Parque com a difusão de novas técnicas e cultivos adequados à região e criação de novas fontes de trabalho.

O já citado Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, citado no Programa de Turismo Sustentável desenvolvido pela Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável (IBERTUR) e Universidade de Barcelona (2008), reforça que a FUMDHAM tem convênios firmados com diversas instituições a fim de promover o desenvolvimento e diversificação dos programas de pesquisa, proteção do meio ambiente e do patrimônio arqueológico e a aplicação dos resultados dessas pesquisas em programas de desenvolvimento regional. A cooperação se estende às seguintes instituições:

- Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro;
- Universidade Estadual de Campinas;

- Universidade do Estado de São Paulo, UNESP;
- Universidade Federal de Pernambuco;
- Universidade Federal do Vale do São Francisco;
- Universidade de São Paulo (USP);
- Universidade Federal Rural de Pernambuco;
- Universidade Federal do Piauí;
- *Université Claude Bernard (Lyon, France);*
- *Université Luminière (Lyon, France);*
- *École des Hautes Études en Sciences Sociales (France);*
- *Centre de Géomorphologie et Laboratoire des Faibles Radioactivités du Centre National de la Recherche Scientifique (France);*
- *Consiglio Nazionale delle Ricerche (Italia);*
- *Texas A & M University (United States of America);*
- *University of Newcastle (United Kingdom).*

As pesquisas da Fundação são financiadas, entre outros, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (até 1971 Conselho Nacional de Pesquisa, cuja sigla, CNPq, se manteve) e pelo Ministério de Assuntos Exteriores da França. Também contou com recursos da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia, do IPHAN e do IBAMA. Em 1978 recebeu recursos da Fundação Ford do Brasil.

Para os programas de desenvolvimento econômico e social, a FUMDHAM contou com verbas da Cooperação Técnica da Itália, do Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assim como do Ministério da Cultura.

2.4 Estrutura

A infraestrutura de apoio, tanto administrativa quanto turística, encontra-se atualmente na cidade de São Raimundo Nonato, a 25 km do Parque. A BR 020, não asfaltada, liga a cidade às entradas do sudeste do Parque Nacional (PARNA) e a PI 140, asfaltada, às entradas do noroeste.

O número de visitantes vem crescendo regularmente desde que se iniciaram os primeiros trabalhos de infraestrutura e desde que o primeiro hotel local começou a funcionar. Os meses de maior visitação coincidem com as férias escolares tanto no Brasil como no hemisfério norte. A maior média de visitantes é nos meses de julho e agosto, meses, inclusive, de temperaturas mais agradáveis na região. Além dos pesquisadores e estudantes que trabalham diretamente nas pesquisas, o Parque é visitado quase que exclusivamente em função dos sítios arqueológicos, embora a beleza paisagística e a riqueza da fauna e da flora também representem grandes atrativos. Hoje, o Parque recebe cerca de 14 mil visitantes por ano, o que é muito pouco, segundo Rosa Trakalo, assessora da FUMDHAM – em entrevista concedida em outubro de 2009 para essa dissertação, considerando-se que ele tem capacidade para receber pelo menos três milhões de turistas ao ano.

O público nordestino é a maioria dos visitantes, mas o Parque vem sendo visitado por pessoas de todo o país e por numerosos estrangeiros cuja maioria é de alemães,

seguidos de japoneses e franceses. É frequente a visita de grupos de familiares compostos, em média, por quatro pessoas. Isso prova que o público que visita o Parque não é necessariamente especialista e que os leigos se interessam tanto quanto os estudiosos.

Infraestrutura atual:

- 172 sítios arqueológicos abertos aos visitantes, a maioria acessível através de trilhas sinalizadas (Figura 19) a partir dos acessos do Parque (Baixão das Andorinhas, Pedra Furada, Desfiladeiro da Capivara e Serra Vermelha), todos os acessos contam com pontos de informação e de venda de produtos do Parque;
- centro de visitantes com auditório, loja (Figuras 14 e 15), lanchonete, banheiros etc;
- teatro ao ar livre na Pedra Furada, com palco e sistema de iluminação onde se realizam espetáculos de som e luz e também as edições do Festival Interartes (Figuras 12 e 13);
- um centro de pesquisas interdisciplinares;



Figura 12) Sítio com iluminação noturna – Acervo FUMDHAM



Figura 13) Teatro ao ar livre – Pedra Furada – Foto Adriana M. F. Martins



Figura 14) Loja do Centro de Visitantes – Acervo FUMDHAM



Figura 15) Loja do Centro de Visitantes – Acervo FUMDHAM



Figura 16) Guarita Serra Branca – Acervo FUMDHAM



Figura 17) Guarita Serra Vermelha – Acervo FUMDHAM

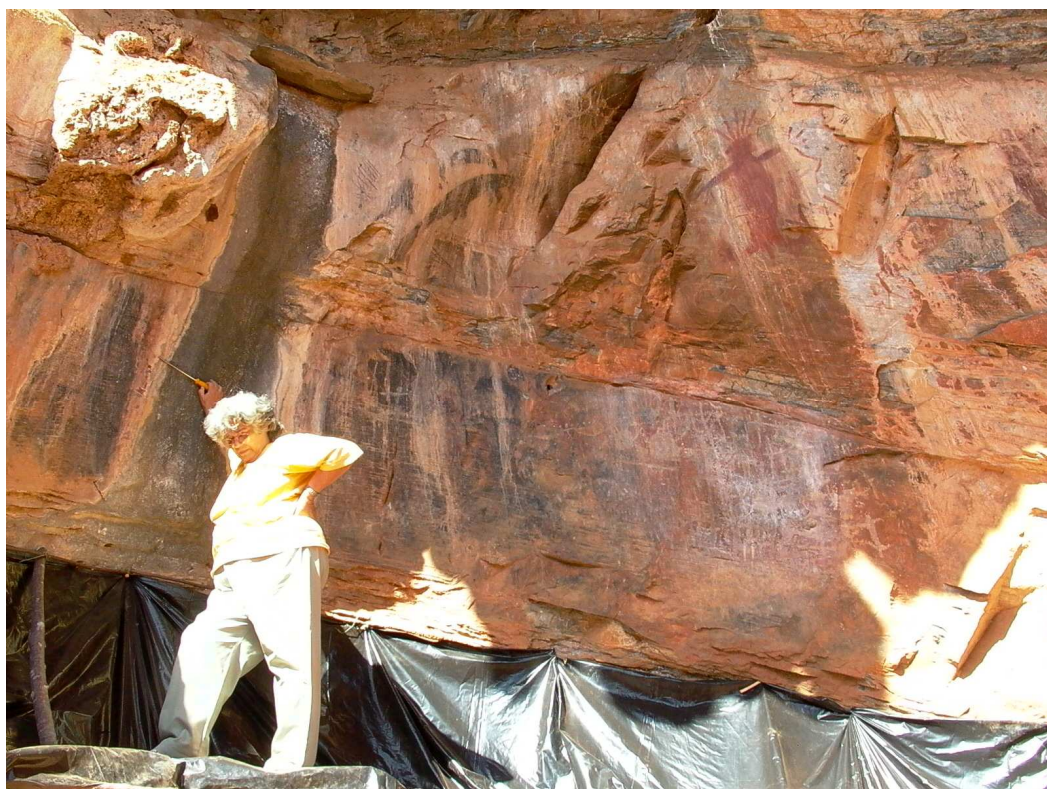


Figura 18) Niède Guidon em trabalho na Toca da Bastiana – Acervo FUMDHAM



Figura 19) Infraestrutura – Toca da Exprema – Acervo FUMDHAM

- um centro cultural que guarda o resultado de mais de três décadas de pesquisas;
- um museu sobre a entrada do homem na região e sua evolução cultural, cuja exposição permanente é renovada a cada quatro anos;
- treze guaritas nas entradas públicas e nas rotas de proteção (Figuras 16 e 17);
- seis postos de vigilância e controle: Serra Vermelha, Camaçari, Angical, Congo, Toca do Morcego e Imburana;
- 100 km de estradas internas transitáveis a microônibus, veículos com tração 4x4 e bicicletas (Figuras 28 e 29);
- diversas trilhas, com diferentes graus de dificuldade e em bom estado de conservação – algumas delas estão adaptadas a pessoas com dificuldades de locomoção em razão do projeto “Patrimônio Acessível a Todos: Interpretação e Conservação dos Sítios Arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara” realizado pela FUMDHAM com apoio do IPHAN ao final de 2006;
- ponto de informações da FUMDHAM e de venda de produtos do Parque no Aeroporto de Petrolina;
- serviço de *transfer* partindo do Aeroporto de Petrolina;
- o Parque conta com um hotel, um albergue da juventude e um camping.



Figura 20) Sinalização de trilhas do PNSC – Acervo FUMDHAM



Figura 21) Infraestrutura Sítio do Meio – Acervo FUMDHAM



Figura 22) Infraestrutura de visitação aos sítios – Acervo FUMDHAM



Figura 23) Infraestrutura de visitação aos sítios – Acervo FUMDHAM



Figura 24) Infraestrutura de visitação aos sítios – Acervo FUMDHAM



Figura 25) Infraestrutura de visitação aos sítios – Acervo FUMDHAM



Figura 26) Sinalização – Acesso Pedra Furada – Acervo FUMDHAM



Figura 27) Sinalização – Acesso Pedra Furada – Acervo FUMDHAM

Merecem destaque alguns dos equipamentos existentes, como o Centro de Visitantes da Toca do Boqueirão da Pedra Furada e o Museu do Homem Americano. Especialmente o museu, inaugurado em 1994 e localizado em São Raimundo Nonato, foi criado para proteger, preservar e conservar o patrimônio arqueológico, paleontológico e pré-histórico do Parque.



Figura 28) Estrada interna do Parque – Acervo FUMDHAM



Figura 29) Estrada interna do Parque – Acervo FUMDHAM

2.5 Potencial Turístico

“Só o turismo poderá garantir a sustentabilidade aqui.”

(Niéde Guidon em reportagem do jornal Valor Econômico em 25/03/2011)

Em razão de seus valores patrimoniais, o Parque Nacional Serra da Capivara constitui destino de turismo cultural. As principais ações desenvolvidas para a gestão turística desse legado se tem centrado na criação de infraestrutura de recepção e atenção a turistas, interpretação das pinturas rupestres e acessibilidade. Em vista disso, o Ministério do Turismo solicitou estudo do potencial turístico nacional e internacional do Parque Nacional Serra da Capivara à Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável (IBERTUR) e à Universidade de Barcelona, na Espanha, como já citado. Esse estudo foi realizado nos anos de 2005, 2006 e 2007 e concluído em 2008. Foi feito diagnóstico e caracterização dos atrativos do Parque a fim de traçar seu posicionamento como destino internacional e propor linhas estratégicas para sua promoção.

De acordo com esses levantamentos, o maior atrativo do Parque é a densidade e a diversidade de sítios arqueológicos visitáveis com pinturas pré-históricas características daquela região do Nordeste, bem como os equipamentos existentes: Centro de Visitantes do Boqueirão da Pedra Furada e o Museu do Homem Americano. Somado a isso, a declaração do Parque como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO é vista como uma marca de qualidade significativa.

A matéria intitulada Aeroporto deve proteger a arqueologia – Serra da Capivara: maior acervo de pinturas rupestres do mundo aguarda os benefícios da renda do turismo, publicada no jornal Valor Econômico, em 25/03/2011, reforça outros atrativos do Parque. Como destaca o texto, o local apresenta estrutura de visitação de padrão internacional (Figuras 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29): rampas e passarelas

iluminadas para acesso às grutas com painéis de arte rupestre, mirantes, sinalização, trilhas, centro de visitantes e de convenções, laboratórios, museu com acervo paleontológico – “tudo comparável ao que existe nos parques arqueológicos mais famosos do mundo”, diz a reportagem.

Nessa mesma linha, o estudo encomendado pelo Ministério do Turismo também salienta, como fator de atração turística, as datações encontradas na Toca do Boqueirão da Pedra Furada, além do próprio Museu do Homem Americano. Toda polêmica gerada sobre a antiguidade do povoamento americano (que será abordado no próximo capítulo) e os fluxos de migrações geram interesse científico por parte do público profissional e curiosidade por parte do visitante.

Algumas questões de ordem mais prática também foram contempladas, por exemplo: a visita ao Parque é feita obrigatoriamente com guia, que atende ao máximo de 10 pessoas. Os guias podem ser contratados nos hotéis, antes de chegar ao Parque, na própria FUMDHAM ou ainda através da empresa Trilhas da Capivara. O valor varia em torno de R\$45,00 para grupos de dez pessoas. O Parque está aberto ao público de segunda a domingo, das 6h às 18h. Para ingressar no Parque, o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio) solicita o preenchimento de um formulário e o pagamento de uma taxa de R\$10,00 (dez reais) por pessoa.

O estudo chama atenção ainda para o seguinte dado: dos 3,5 milhões de visitantes que atualmente visitam as unidades de conservação brasileiras, que somam 64 em todo país, a maior parte se concentra unicamente no Parque Nacional da Tijuca e no Parque Nacional do Iguaçu. Para mudar essa situação, o Ministério do Turismo, o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade lançaram, em setembro de 2008, o programa “Turismo nos Parques” para desenvolver

um programa piloto em seis parques: Aparados da Serra (SC/RS), Chapada dos Veadeiros (GO), Lençóis Maranhenses (MA), Serra dos Órgãos (RJ), Jaú (AM) e Serra da Capivara (PI). Os ministérios envolvidos investiram R\$ 28 milhões para a implementação do programa, o qual atuou principalmente na infraestrutura do entorno dos parques, a fim de facilitar o acesso e apoiar a criação de infraestrutura de hospedagem. Entretanto, o documento não fala explicitamente nas ações desenvolvidas com esse programa.

Outros projetos também são destacados, como, por exemplo, "Patrimônio Acessível a Todos: Interpretação e Conservação dos Sítios Arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara", lançado ao final de 2006 e realizado pela FUMDHAM com apoio do IPHAN. A partir dele, três circuitos do Parque foram adaptados a pessoas com mobilidade reduzida: Pedra Furada, Jurubeba e Perna. Já em 2007, o Ministério da Cultura e a FUMDHAM assinaram convênio no valor de R\$500 mil para desenvolver ações de "Educação Patrimonial e Interpretação de Sítios Arqueológicos no Entorno do Parque Nacional Serra da Capivara".

Naquele mesmo ano, 2007, o Ministério do Turismo, através da EMBRATUR, lançou um espaço *web* dedicado a promover os sítios declarados como Patrimônio Cultural da Humanidade no Brasil através do portal www.braziltour.com/heritage. Este portal, disponível em espanhol, francês, inglês, italiano e português era um dos projetos para promoção do Destino Brasil, que pretendia destacar destinos, produtos, serviços turísticos do segmento de turismo cultural identificado pelo Plano Aquarela ou Plano de Marketing Turístico Internacional.

Especificamente sobre esse Plano, o documento explica: as políticas atuais para a promoção e comercialização do turismo cultural no Brasil, que se desprendem do Plano

Nacional de Turismo 2007-2010 do Ministério do Turismo do Brasil e do Plano de Marketing Turístico Internacional (Plano Aquarela), contemplam o subsegmento de mercado ou nicho especializado do turismo arqueológico, centrados especialmente nos destinos de São Miguel das Missões, parte integrante das Missões Jesuíticas Guaranis, e no Parque Nacional Serra da Capivara, ambos inscritos na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO respectivamente em 1983 e 1991. De fato, o Parque aparece como sugestão de destino turístico, com textos e imagens nesse portal (http://www.braziltour.com/heritage/html/pt/pc_des_clm_serradacapivara.php).

Embora seja pouco procurado, o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) foi bem votado em pesquisa realizada, em 2008, pelo Guia Quatro Rodas. Dos doze parques nacionais que disputaram a preferência dos internautas na campanha “O Parque Nacional mais bonito é...” do portal viajeaqui.com.br, o maior portal brasileiro de turismo, o PNSC obteve 29,56% dos votos e foi o mais bem votado. Em segundo lugar, com 20,55% dos votos, ficou o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e, em terceiro lugar, com 13,54%, o Parque Aparados da Serra, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O estudo aqui citado, elaborado por IBERTUR e Universidade de Barcelona, denominado *Programa de Turismo Sustentável da Serra da Capivara* apresenta, em seu primeiro capítulo, o *Diagnóstico e Categorização dos Atrativos do Parque Nacional Serra da Capivara (PARNA-SC)*. O estudo é relevante e, a partir da análise dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades por ele apontados é possível fazer a seguinte classificação:

Pontos fracos que atingem diretamente o desenvolvimento do Parque:

- acessos difíceis por estradas, tanto desde Petrolina como desde Teresina, em razão do péssimo estado de conservação;
- infraestrutura deficitária (estradas, telefonia, *internet*, água potável) e escassa planta turística nas localidades próximas ao Parque;
- atraso nas obras do aeroporto;
- projeto do aeroporto sem coordenação com o setor turístico local.

Pontos fracos relacionados ao Parque e sua localidade:

- indiferença e desconhecimento por parte da população local sobre o valor do Parque como patrimônio mundial;
- pobreza das comunidades circundantes;
- escassa infraestrutura médica;
- infraestrutura e serviços turísticos deficientes.

Pontos fracos que dizem respeito à gestão e à qualificação de pessoal:

- escassez de pessoal em instituições públicas relacionadas com o Parque;
- escassez de dados estatísticos - devido à ausência de método, frequência e rigor na obtenção desses dados pelo IBAMA;
- pouca coordenação interinstitucional;
- poucos recursos financeiros e materiais para a gestão do Parque;
- pouca qualificação profissional do setor turístico local;
- suspensão do Interartes – Festival Internacional Serra da Capivara;

- carência de acomodações adequadas para pessoas com acessibilidade reduzida.

Ameaças relacionadas ao Parque:

- possibilidade de o Parque entrar para a lista dos sítios de Patrimônio da Humanidade em perigo, pela UNESCO, caso o governo do Brasil não garanta os recursos para sua manutenção e preservação;
- pouca efetividade e escassa implementação das políticas públicas no setor turístico na região da Serra da Capivara, especialmente em São Raimundo Nonato;
- caça furtiva no Parque;
- inundações ou secas.

Ameaças relativas a receios da população local:

- desconfiança da população e dos atores locais no desenvolvimento de projetos turísticos;
- possível especulação pela chegada de investidores estrangeiros que podem causar aumento dos preços da terra, serviços e produtos;
- desconfiança da população frente a instituições que fazem a gestão do Parque.

Ameaças relacionadas à imagem do Brasil e do Piauí enquanto destinos turísticos:

- imagem internacional de país associado unicamente a carnaval, sol e praias;
- escassa promoção do país como destino de turismo arqueológico;
- imagem nacional do Piauí como região pobre e de clima hostil.

Pontos fortes relacionados diretamente ao Parque:

- valor científico do Parque: biodiversidade, patrimônio cultural e estudos interdisciplinares desenvolvidos na região desde a década de 1970 e atualmente liderados pela FUMDHAM, especialmente nas áreas de arqueologia, botânica, etnologia, geomorfologia, história, paleontologia e zoologia;
- trata-se de uma das zonas com evidências de povoamento mais antigo das Américas, conhecida como “Berço do Homem Americano”;
- beleza, singularidade e espetacularidade da paisagem natural;
- riqueza do patrimônio imaterial da região (capoeira, reisado, forró de pé de serra, festas religiosas, artesanato, gastronomia típica etc.);
- ótimo estado de conservação do patrimônio cultural e natural;
- possibilidade de realizar esportes de aventura e ecoturismo, além de turismo cultural (com ênfase em turismo arqueológico);
- potencial de atração de visitantes de alto nível cultural e econômico;
- reconhecimento internacional como Patrimônio da Humanidade.

Oportunidades relativas a iniciativas locais:

- comercialização do artesanato da Serra da Capivara a nível nacional e internacional;
- dinamismo da FUMDHAM;

- realização de eventos científicos, em especial o Congresso da Federação Internacional de Organizações de Arte Rupestre (IFRAO) realizado em São Raimundo Nonato em 2009⁴.

Oportunidades referentes a iniciativas políticas:

- inclusão do turismo nos planos diretores em curso nos municípios de São Raimundo Nonato e de Coronel José Dias e também na necessária renovação do plano de manejo do Parque;
- possibilidade de incorporar o Museu do Homem Americano ao Programa de Qualificação dos Museus para o Turismo lançado em 2008 pelos Ministério do Turismo e Ministério da Cultura;
- região turística definida como Pólo das Origens⁵ impulsionada pela Secretaria de Turismo do Piauí que inclui as vizinhas Serra das Confusões e Serra da Capivara, além do Corredor Ecológico;
- inclusão do Parque como um dos 65 destinos prioritários do Brasil nas campanhas de promoção no exterior realizadas pelo Ministério do Turismo através da EMBRATUR;
- finalização da construção do aeroporto de São Raimundo Nonato.

Sobre esse último item, o estudo de IBERTUR e Universidade de Barcelona, concluído em 2008, informa que a previsão de entrega das obras seria para 2009. A esse

⁴ IFRAO foi criada em 1988 e reúne atualmente 43 organizações especializadas e mais de 7000 especialistas em arte rupestre.

⁵ O Pólo das Origens é a região turística que tem em seu núcleo principal São Raimundo Nonato e está integrada pelos seguintes municípios: Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Brejo do Piauí, Canto do Buriti, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, São Braz do Piauí, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí, Tamboril do Piauí e Várzea Branca.

respeito, a já citada matéria publicada em 25/03/2011 no jornal Valor Econômico traz mais informações:

“A obra se arrasta por mais de dez anos (...). Ao que tudo indica, o desfecho está próximo. Com 1,6 mil metros, a pista de pouso e decolagem tem iluminação noturna e está pronta para receber jatos de grande porte, em área antes habitada por bodes e jumentos. Se mais R\$5 milhões de uma emenda ao Orçamento da União apresentada pelo deputado federal Paes Landim (PTB-PI), aprovada ano passado, forem liberados conforme o previsto, o terminal de passageiros deve ser concluído em seis meses, quando finalmente o aeroporto da pequena São Raimundo Nonato, no sertão do Piauí, terá condições de receber voos regulares com turistas ávidos por novidades. O que justifica o investimento em região tão pobre e distante? A resposta está no Parque Nacional Serra da Capivara, com seus paredões repletos de arte rupestre. (...) o lugar está entre os maiores santuários arqueológicos do mundo, concentrando mais de 1,1 mil sítios com vestígios do homem primitivo – 172 abertos a visitação.”

Referente ao item anterior, relativo à inclusão do Parque como um dos 65 destinos turísticos prioritários do Brasil, o estudo esclarece que se trata de uma estratégia aprovada no segundo mandato do Governo Lula quando foi lançado o Plano Nacional de Turismo 2007-2010 *Uma Viagem de Inclusão*. A intenção era estabelecer 65 destinos turísticos com padrões de qualidade internacional. Os 65 destinos prioritários fazem parte de 78 rotas em 105 regiões turísticas do Brasil. O estudo complementa que eles “serão objeto de prioridade até 2010 e servirão como modelos de destinos indutores de desenvolvimento turístico regional. Um desses destinos é precisamente São Raimundo Nonato – Serra da Capivara na região turística Pólo das Origens.”

Seria interessante pesquisar exatamente quais os incentivos, especialmente financeiros, que estariam previstos para esses destinos. O que se sabe com certeza é que o Parque, apesar de estar entre os 65 destinos, ainda não havia recebido nenhuma quantia, pelo menos até abril de 2011, conforme confirmou Rosa Trakalo, assessora da

FUMDHAM. Na mesma oportunidade, Rosa informou que o Parque também estava entre os 25 destinos turísticos da Copa do Mundo de 2014, mas que, até o momento, as únicas ações derivadas dessa iniciativa foram algumas aulas de gastronomia ministradas para moradores da região.

Por fim, as conjunturas favoráveis seriam:

- população local jovem;
- abundância de recursos naturais disponíveis para artesanato;
- interesse científico internacional pela região;
- interesse no Brasil como destino turístico internacional;
- existência de uma rede de cooperação internacional interessada na região (Espanha, França, Itália etc.);
- grupo de profissionais de turismo que confiam no potencial do Parque;
- interesse na criação de um hotel-escola e de um parque temático (Arqueópolis);
- linha de financiamento de até R\$100.000,00 aberta pelo BNDES para que os moradores do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara e do entorno do Parque Nacional Serra das Confusões possam ampliar e adaptar suas casas com vistas à recepção de turistas.

Diversos pontos trazidos por esse estudo chamam a atenção. Entre eles as quantias destinadas para campanhas de divulgação dos parques, por exemplo: R\$8 milhões estavam previstos em 2008 para o desenvolvimento da campanha “Se você é brasileiro está na hora de conhecer o Brasil”, com objetivo de alavancar o turismo interno brasileiro. Os destinos foco da campanha eram exatamente os 65 destinos indutores de turismo, já citados aqui. A campanha contou com anúncios em rádio,

televisão, *internet*, cinema, jornais e revistas pelo período de um mês. Levando-se em consideração que faltam R\$5 milhões para o aeroporto de São Raimundo Nonato entrar em funcionamento e que essa via de acesso representa, já há muito tempo, o único meio humanamente aceitável para se chegar ao Parque, faria sentido primeiramente dar condições de acesso para depois divulgar o destino.

Outro ponto para se pensar criticamente, com base nas informações apresentadas por IBERTUR e Universidade de Barcelona, é a escolha do Parque como um dos 65 destinos indutores de turismo. Pela definição apresentada, a intenção era estabelecer 65 destinos turísticos com padrões de qualidade internacional, os quais “serão objeto de prioridade até 2010 e servirão como modelos de destinos indutores de desenvolvimento turístico regional”, como já citado. O Parque apresenta padrão de qualidade internacional, e a sua escolha reafirma isso. O que falta, justamente, é dar condições de acesso, infraestrutura básica e turística, bem como qualificação de pessoal. Esses serão os elementos que farão a grande diferença para a indução do turismo naquela região.

O segundo capítulo do estudo realizado por IBERTUR e Universidade de Barcelona explica que foi feito um levantamento com o objetivo de identificar o perfil do “turista arqueológico” atual e potencial do Parque. Ressalta que há disparidade nos números apresentados sobre a demanda atual do Parque em razão da ausência de método, frequência e rigor na obtenção de dados estatísticos colhidos pelo IBAMA. Contudo, levou-se em consideração também as pesquisas sobre o perfil do turista do Parque Nacional Serra da Capivara realizadas pela CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí nos anos de 2005, 2006 e 2007. Segundo essa fonte, a maior parte dos visitantes do Parque é procedente da região Nordeste do Brasil, com predomínio do Estado do Piauí. O perfil geral dos visitantes seria: público de maior

poder aquisitivo, adulto e mais bem formado que a média (formação em nível superior ou pós-graduação).

Outras fontes utilizadas foram as entrevistas realizadas em 2005 pela pesquisadora Liana de Moura Ariza, da Universidade Federal do Ceará, sobre o tema viagens e vulnerabilidade tendo como foco o Parque Nacional Serra da Capivara. Ela verificou, entre outros pontos, que a maior parte dos visitantes do Parque informou-se, antes de realizar a viagem, por amigos ou familiares e em menor medida através da publicidade, sendo ainda menos significativo o impacto da *internet* e das agências de viagens.

Vale ressaltar que a pesquisa realizada pela CEPRO entre 2005 e 2007 traz outros pontos bastante ilustrativos, como: os aspectos mais bem valorizados pelos entrevistados são o Parque, o Museu do Homem Americano, a hospitalidade da população, o clima, o aspecto histórico-cultural, o comércio, os bares e restaurantes e o ócio noturno. Já os piores aspectos são a falta de conservação das estradas, a limpeza pública, o trânsito desordenado, a pouca sinalização urbana e a falta de segurança.

Por parte de IBERTUR e Universidade de Barcelona foi realizada pesquisa entre agosto e setembro de 2008 sobre o índice de satisfação e perfil do turista que visitou o Parque Nacional Serra da Capivara, num total de 216 pessoas, na maior parte brasileiros e estudantes, entre 20 e 25 anos, que utilizam a *internet* como fonte de informações. Os aspectos melhor avaliados por esse grupo foram o estado de conservação e as instalações do Parque. Outros itens bem pontuados são a paisagem, os sítios arqueológicos e a limpeza do Parque. A declaração do Parque como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO também aparece bem pontuada. Os pontos críticos apontados por esse grupo foram a falta de informações turísticas em outros idiomas,

além do português e do inglês, e o número reduzido de materiais sobre o Parque (como mapas e guias para visitantes).

Especificamente sobre demanda potencial e perfil de turista nacional e internacional motivado pela arqueologia foi realizada investigação qualitativa e quantitativa por IBERTUR e Universidade de Barcelona, com colaboração do Ministério do Turismo do Brasil. Os questionários, disponíveis em inglês, espanhol e português, foram distribuídos por correio eletrônico para público específico e teve parceria do portal www.arqueotur.org especializado em turismo arqueológico que manteve ativa a pesquisa do período de maio a dezembro de 2008.

O universo era formado por turistas, homens e mulheres, interessados em destinos de turismo cultural especializados em arqueologia. A amostra se realizou através de questionários *on-line*. O público potencial era informado por correio eletrônico através de listas de distribuição e de redes sociais especializadas em arqueologia e em turismo, assim como no portal acima citado, que continha o *link* para o questionário *on-line*. A amostra resultou em 5.390 questionários válidos de 1º de maio a 31 de julho de 2008.

A maior parte dos questionários era procedente da Europa (48%). América latina e Caribe representaram 24% do total. Os norte-americanos acumulam 17% do total de entrevistados; Ásia e Oceania têm 7%; África e países do Oriente Médio representam respectivamente 2%. No caso do Brasil obtiveram-se 370 questionários dos quais 27% provenientes da região Nordeste, 21,6% do Centro-oeste, 24,3% do Sudeste, 13,5% do Norte e 13,5% da região Sul.

Genericamente, com base nessa pesquisa, pode-se estabelecer o perfil geral do turista arqueológico com as seguintes características: sexo feminino, nível de estudo

superior e nível de renda média e alta. Maior concentração entre os intervalos de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos. Esse perfil corresponde com o público visitante do Parque Nacional Serra da Capivara atualmente: adultos de maior poder aquisitivo e com mais formação que a média. O texto conclui que esse perfil confirma que o nicho de mercado de turismo arqueológico é um dos principais nichos para desenvolver o Parque.

Quase todos os entrevistados utilizam a *internet* como fonte de informações sobre suas viagens (95,4%), ainda que sejam importantes os guias turísticos (64%), as recomendações dos familiares e amigos (47,5%), as revistas especializadas (36%) e a informação facilitada por agências de viagens também especializadas (23,7%).

Os turistas arqueológicos valorizam como destinos principais de turismo arqueológico Itália, Egito, Grécia, México e Peru. O Brasil aparece em 13º lugar como destino turístico cultural e em 17º como destino internacional de turismo arqueológico. Essas informações, segundo o estudo, permitem verificar um certo posicionamento do Brasil em um processo planejado de comercialização turística de destinos, produtos e serviços relacionados especificamente com turismo arqueológico.

Questões como segurança (40%) ou facilidade de acesso (31,4%), que se apresentam como os principais pontos de conflito nos dados existentes sobre o público atual do PARNA-SC, não são as principais motivações para a seleção de um país como destino pelos turistas arqueológicos. As questões mais bem pontuadas são preços e custos da viagem (61,2%), cultura e variedade de atividades (56,4%). Contudo, os pontos mais bem votados entre os aspectos valorizados na realização de turismo arqueológico estão: boa sinalização interpretativa, paisagem associada aos sítios arqueológicos, conteúdo científico bem desenvolvido e estrada de acesso ao lugar bem

sinalizada. O Parque conta com estradas internas em bom estado e bem sinalizadas, mas as rodovias de acesso a ele são quase inexistentes.

Entre os principais destinos de turismo arqueológico no Brasil conhecidos pelos turistas arqueológicos o Parque Nacional Serra da Capivara aparece em terceiro lugar com 16,4%. Em segundo lugar está o Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo e, o mais conhecido é o Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Finalmente, 16,4% dos entrevistados têm conhecimento da existência do Parque Nacional Serra da Capivara, sendo que 4% o conhecem (cerca de 216 pessoas). 83,6% afirmam não ter conhecimento do Parque, porém, 48% declaram que gostariam de conhecê-lo e apenas 1% assinala que nunca o visitaria. O texto encerra afirmando que essas informações supõem a potencialidade do Parque como destino deste nicho de mercado de turismo arqueológico.

No terceiro capítulo do estudo, denominado *Estratégias de Promoção e Comercialização do Turismo Arqueológico no PARNA-SC*, o documento defende que o Parque tem possibilidade de converter-se em um dos destinos arqueológicos mais importantes da América Latina. Embora afirme que dificilmente a arte rupestre atrai da mesma forma o turista que os sítios arqueológicos mais recentes, de grandes dimensões e com certo nível de desenvolvimento arquitetônico. Essa afirmação tem como base a pesquisa realizada por IBERTUR citada acima. A pesquisa constatou que as principais atividades culturais realizadas no destino por turistas arqueológicos potenciais são a visita a centros culturais/museus e a visita a sítios arqueológicos. Somente 38,2% dos entrevistados realizam visita a sítios arqueológicos pré-históricos ou relacionados com pinturas rupestres. E sugere algumas explicações para isso, como: a dificuldade em se fazer uma interpretação com sustentação científica dos desenhos em rocha, cujo valor

não se centra no artístico e sim na sua antiguidade; que a arte rupestre é pouco impressionante para o olho humano pelo seu traço simples e isso faz com que se dê mais importância para aspectos como paisagem e entorno; cuidados extremos que se deve ter com esse tipo de patrimônio, muito mais frágil e propenso a desaparecer do que outros.

Essas considerações são controversas e não poderiam fazer parte da conclusão do estudo (como fez). Tampouco devem ser tomadas como algo que comprometa ou inviabilize o desenvolvimento turístico de um destino. O Parque Nacional Serra da Capivara conta com diferenciais mais atrativos talvez que outros sítios arqueológicos do mundo. Por exemplo, as pinturas rupestres encontradas na Toca da Bastiana, na Serra da Capivara, têm datações mais antigas que as encontradas na caverna de *Chauvet*, na França, datadas em 32.000 anos, cujas escavações começaram em 2001, apenas para citar um exemplo. Além disso, a caverna de *Chauvet* não está aberta à visitação.

2.6 Relacionamento com a comunidade

Desde 1990 a FUMDHAM investe na formação técnica de adolescentes das comunidades do entorno como guias turísticos, mateiros, agentes de conservação de pinturas rupestres e agentes de pesquisa, além de iniciação em apicultura e cerâmica artesanal (Figuras 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38). O objetivo é orientar os jovens em atividades produtivas para evitar o fluxo de saída dos adolescentes, em especial do sexo masculino, para fora do Estado em busca de trabalhos rurais sazonais.



Figura 30) Trabalho de agentes de conservação no PNSC – Acervo FUMDHAM



Figura 31) Trabalho de agentes de conservação – Acervo FUMDHAM



Figura 32) Trabalho de agentes de conservação – Acervo FUMDHAM



Figura 33) Trabalho de agentes de conservação – Acervo FUMDHAM



Figura 34) Trabalho de agentes de conservação Toca do Veado – Acervo FUMDHAM



Figura 35) Trabalho de escavação – Foto Adriana M. F. Martins



Figura 36) Trabalho de escavação – Foto Adriana M. F. Martins



Figura 37) Toca do Pau Doía – antes da conservação – Acervo FUMDHAM



Figura 38) Toca do Pau Doía – depois da conservação – Acervo FUMDHAM

Em 2000, a Fundação iniciou um trabalho pedagógico centrado em arte e educação, em horários extracurriculares, denominado Pró-arte FUMDHAM, em parceria com o Instituto Ayrton Senna. Esse programa é composto por três eixos:

formação de crianças e adolescentes em arte-educação em diferentes linguagens artísticas (Figuras 39 e 40); arte e ciência em pesquisa; e Festival Interartes: Festival Internacional da Serra da Capivara iniciado em 2003 com um público espectador de sete mil pessoas.



Figura 39) Oficina de Artesanato - Foto Adriana M. F. Martins



Figura 40) Capacitação de jovens – Acervo FUMDHAM

O objetivo do programa é oferecer às crianças oportunidades de escolhas conscientes a partir da vivência em arte-educação. Essas experiências permitem desenvolver competências que poderão tirá-los da situação marginalizada em que se encontram e valorizá-los enquanto cidadãos.

Outras atividades de educação patrimonial são desenvolvidas pela FUMDHAM juntamente com o IPHAN, através do seu escritório em São Raimundo Nonato. O IPHAN disponibiliza os técnicos e o material impresso, já o transporte até as comunidades é feito pela FUMDHAM. São realizadas cerca de três ou quatro visitas semanais ao Parque e ao Museu do Homem Americano, além de eventos, palestras e plantio de árvores nos municípios vizinhos. Alguns profissionais do Pró-Arte também participam dessas ações.

Especificamente sobre o Festival Interartes, a primeira edição, em 2003, permitiu estreitar fronteiras entre as zonas rurais e metropolitanas com a promoção de trocas de vivências e de novas atitudes. O público participante foi de sete mil espectadores durante os cinco dias de programação artística. As populações de baixa renda ao entorno do Parque tiveram entrada franca. A renda foi revertida em benefícios aos educandos do Programa Pró-Arte da FUMDHAM. O evento foi transmitido pela TV Meio Norte (local) para todo o Estado e *flashes* de reprise do evento pela Band News nacionalmente. A segunda edição do Festival ocorreu no ano seguinte com público de cinco mil participantes. A programação, também de cinco dias, contou com 14 espetáculos de produções internacionais, nacionais e regionais de dança, música e teatro. Além dos espetáculos foram oferecidos oficinas, palestras e debates.

O Festival gera fonte de renda para a região através da venda de artesanato, da gastronomia típica da região, dos passeios com guias turísticos especializados e da hospedagem. A capacidade hoteleira, rapidamente esgotada, dá lugar à hospedagem nas casas dos moradores locais, o que favorece contato ainda maior com o modo de vida da região. Para circulação e segurança de pessoal são recrutados diversos voluntários e há colaboração da Guarda Florestal, da Polícia Federal e do IBAMA. O Festival foi rapidamente entendido pela população local como oportunidade de desenvolvimento e de valorização social. Esse evento foi resultado de parceria entre FUMDHAM, governo estadual do Piauí e governo federal através do Ministério do Turismo e do Ministério da Cultura, bem como do compromisso dos patrocinadores. Infelizmente, o Festival acontece com irregularidade: a 4ª edição ocorreu em 2010, porém, a 5ª edição não ocorrerá em 2011 por falta de recursos.

Finalmente, quanto ao número de pessoal atualmente para serviço do Parque, segue quantitativo:

- 35 funcionários para manutenção;
- 50 funcionários para manutenção terceirizados pela FUMDHAM;
- 74 funcionários nas guaritas;
- 28 funcionários para vigilância armada terceirizados pelo Instituto Chico Mendes;
- 21 funcionários para prevenção de fogo terceirizados pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio);
- 19 funcionários na sede da FUMDHAM para atender laboratórios, serviços de informática, biblioteca e limpeza;
- 12 bolsistas do CNPq;
- 21 funcionários técnicos em arqueologia e conservação de pinturas;
- 14 funcionários no Programa Pró-arte FUMDHAM;
- 10 estagiários;
- 08 bolsistas do Programa Petrobras Ambiental;
- 58 guias autônomos formados e habilitados;
- 40 técnicos em cerâmica na Cerâmica Serra da Capivara.

Segundo Rosa Trakalo, assessora da FUMDHAM, essa quantidade de pessoal é o número mínimo para as necessidades do Parque. O ideal de pessoas para as guaritas, por exemplo, seriam 200 pessoas, pois hoje existem algumas totalmente descobertas de pessoal. Seria necessário também ter pesquisadores permanentes, mais monitores etc.

2.7 Orçamento

De acordo com a responsável pela Coordenação Regional 05 Parnaíba/Piauí do Instituto Chico Mendes, Eugênia de Medeiros, não há um plano de financiamento específico para o Parque ou para as Unidades de Conservação em geral. Os recursos são provenientes da União, via Ministério do Meio Ambiente, e destinados ao ICMBio. Eugênia não informou a quantia anual liberada para o Instituto e repassada para o Parque, mas esse orçamento é utilizado por eles para manter o chefe do Parque, um funcionário administrativo, a sede do Instituto em São Raimundo Nonato (energia elétrica, telefone...), a energia elétrica do Centro de Visitantes do Parque, os vigilantes armados e de prevenção de fogo.

Outra fonte de recursos é, por vezes, algum dinheiro extra solicitado ao Ministério pelo chefe do Parque e que varia em torno de R\$400,00. Segundo a Coordenadora, do orçamento total da União, a menor fatia é para o Ministério do Meio Ambiente; dentro dele, sobra muito pouco para as Unidades de Conservação e não há uma definição prévia do montante a ser recebido. “Ficamos sempre como pedintes, aqui e ali conseguimos liberar um pouquinho”.

A terceira fonte seriam os recursos provenientes de compensação ambiental de empreendimentos licenciados pelo IBAMA. Esses recursos são repassados quando de aprovação de projetos elaborados pelo chefe do Parque e pela FUMDHAM. Por exemplo, em 2008 foram recebidos pelo Parque R\$225.000,00, utilizados para pagamentos de salários e despesas urgentes.

Ainda segundo Eugênia, não há um plano de gestão para desenvolvimento do Parque que envolva os governos, federal, estadual e municipais. No Parque, o Instituto

trabalha diretamente com a FUMDHAM. Os financiamentos estaduais são indiretos, como em estradas, aeroporto (que ainda não entrou em funcionamento) etc.

Em relação ao dinheiro da venda de ingresso por visitante no Parque – taxa de R\$10,00 (dez reais) por pessoa – ele é integralmente repassado à conta geral da União. A Coordenadora aponta que as maiores dificuldades enfrentadas pelo Parque hoje são a escassez de recursos para a gestão e a carência de pessoal para todos os serviços.

3. ATORES

3.1 Niéde Guidon

Ao longo desses mais de 30 anos de existência, muitos foram os agentes que colaboraram para que o Parque Nacional Serra da Capivara se tornasse referência nas Américas, como é hoje. Para se começar a entender melhor essa história, cabe começar traçando brevemente a trajetória de vida de Niéde Guidon, a primeira a desenvolver estudos científicos sobre a região onde hoje se encontra o Parque.

Niéde Guidon nasceu em Jaú, São Paulo, no dia 12 de março de 1933, filha de Ernesto Francisco Guidon, funcionário público, e Cândida Viana de Oliveira Guidon, professora. A família de seu pai é proveniente da região da Savóia, fronteira da Itália, Suíça e França. Seu avô paterno era nascido na França, assim como seu pai. Seu avô veio ao Brasil e estabeleceu-se em Jaú onde importava produtos italianos e franceses, como vinho, azeite de oliva, azeitona, e exportava café. Posteriormente instalou uma fábrica de carroças – a primeira da cidade.

Sua mãe era natural de Jaú, município paulista surgido sobre uma antiga aldeia *kaigang*, onde Niéde nasceu, passou sua infância e iniciou seus estudos – o grupo escolar, como se chamava à época. Terminou o curso primário, o secundário e o ginásio

na cidade paulista de Pirajuí, para onde seu pai havia sido transferido. Sua mãe era professora e seu pai, também funcionário público, era fiscal de renda do Estado de São Paulo. Niéde, depois, foi fazer o Científico em Campinas – SP. Em 1954, quando terminou o Científico, prestou vestibular para História Natural, na Universidade de São Paulo (USP) onde ingressou e apaixonou-se pelos estudos da terra, dos animais e das plantas. Niéde tinha aulas à noite e trabalhava durante o dia, primeiramente na parte administrativa do Hospital das Clínicas de São Paulo. No segundo ano da faculdade passou a substituir professores – a monitoria, que era permitida à época aos alunos de bom desempenho.

Em 1958, depois de formada em História Natural com especialização em Zoologia, prestou concurso e começou a trabalhar no magistério secundário na cidade de Itápolis – SP. Niéde chegou a Itápolis em 1959 com mais quatro colegas, todas graduadas pela USP, para trabalhar no colégio local, onde, na época, os professores tinham outra formação: eram advogados, farmacêuticos e acabaram perdendo seus empregos para as professoras concursadas. Isso gerou certo desconforto na cidade, agravado pelo fato de Niéde e mais duas colegas (Luciana Pallestrini e Lia Freitas Garcia) não frequentarem a missa. Foi o bastante para serem classificadas de comunistas - o que era muito grave naquela época. Com isso, ao final do ano de 1959, a Secretaria de Educação do Estado achou melhor tirá-las de lá e as recolocou no Museu Paulista da USP (na época conhecido como Museu do Ipiranga), em São Paulo. Naquele momento, não havia ninguém trabalhando no setor de Arqueologia do Museu, e o diretor, na época, o alemão Herbert Baldus (um dos fundadores da Antropologia no Brasil) ao verificar que Niéde era graduada em História Natural, indicou-a para lá. Mas, segundo Niéde, seu conhecimento de Arqueologia era muito pouco e ela argumentou

que não poderia trabalhar com algo que ela não dominava; perguntou então onde poderia estudar e Baldus respondeu que só havia cursos nessa área na Inglaterra ou na França. Como tinha mais ligações com a França, Niéde procurou a Embaixada da França no Brasil, solicitou a bolsa de estudos, ganhou a bolsa e foi estudar Arqueologia em Paris já em 1960.

Voltou ao Museu Paulista em 1963 então com o diploma de arqueóloga. Naquele período, o panorama da Arqueologia no Brasil era incipiente, reduzido a Minas Gerais, aos sambaquis da costa sul e um pouco a Marajó. Niéde começou uma pesquisa no interior de São Paulo, próximo a Ribeirão Preto, mas os estudos foram interrompidos em 1964 quando sua cessão para o Museu da USP não foi renovada. Era um momento confuso no país, com a tomada do poder pelos militares. Niéde começou então a procurar trabalho em outros postos até ser acusada de pertencer ao Partido Comunista. Alertada por sua tia, Niéde relutou a sair do país, pois nunca havia sido filiada a nenhum partido, mas sua tia insistiu e a colocou num avião de volta para a França.

Antes disso, ainda em 1963, Luiz Augusto Fernandes, então prefeito de Petrolina, cidade pernambucana próxima ao Piauí, havia ido ao Museu Paulista visitar uma exposição sobre Lagoa Santa (município mineiro conhecido pela descoberta dos primeiros restos do homem americano, da raça de Lagoa Santa, que viveu na região há 25 mil anos). Ele pediu para falar com a responsável pela Arqueologia, na época Niéde, mostrou-lhe algumas fotos e relatou que lá no Piauí também havia aqueles desenhos (pinturas rupestres). Niéde anotou o nome da cidade, a localização e, nas férias daquele ano, pegou seu carro e tentou, com mais duas colegas (as arqueólogas Silvia Maranca e Bete Bittmann), chegar à região. Não teve sucesso porque era dezembro, havia chovido muito e uma ponte sobre o Rio São Francisco havia caído. Retornou assim a São Paulo,

mas não abandonou a ideia de voltar ao Piauí. Segundo Niéde, via-se, pelas fotos, que eram figuras completamente diferentes das que havia em Minas Gerais – mais narrativas, mostravam o que pareciam ser cenas do cotidiano e havia representações de animais diferentes (Figuras 41 e 42).



Figura 41) Pinturas rupestres – Acervo FUMDHAM

Ela começou sua carreira na França em 1964. Fez o doutorado que, na França, à época, chamava-se Doutorado de Estado para ter o título de professor. Niéde foi bolsista do CNRS - Centro Nacional de Pesquisa Científica, correspondente ao CNPq brasileiro - até 1978, quando fez concurso e ingressou como Mestre Assistente na Escola de Altos Estudos de Paris. Suas pesquisas eram relacionadas à América. Niéde era bolsista de Annette Laming-Emperaire (1917-1977), que trabalhava essencialmente no Paraná, na Patagônia e depois, em 1971, iniciou uma grande missão em Minas Gerais, e foi então, paralelamente, que Niéde começou a organizar as missões ao Nordeste, ao Piauí especificamente, através do próprio CNRS. Anette viria, mais tarde, a dirigir o doutorado de Niéde sobre as pinturas do sudeste do Piauí.

Vale acrescentar que Anette Laming-Emperaire encontrou, em 1975, na Lapa Vermelha IV, gruta de Lagoa Santa, – MG, o crânio de “Luzia”, fóssil humano mais antigo das Américas, com cerca de 11 mil e quinhentos anos. “Luzia” foi assim batizada pelo bioarqueólogo Walter Neves, do Instituto de Biociências da USP, então inspirado em “Lucy” – célebre fóssil de *Australopithecus afarensis* de 3,5 milhões de anos, achado na Etiópia em 1974. “Luzia” ficou mundialmente conhecida em 1998, quando teve suas feições reconstituídas e foi capa de dezenas de publicações nacionais e internacionais. (Bastos, 2010, p. 29).

Oportunamente, em 1970, Niéde voltou ao Brasil, acompanhada da antropóloga Vilma Chiara, para uma missão francesa com o objetivo de estudar os índios Krahô no atual Estado do Tocantins. Após a missão, Niéde, acompanhada de Vilma, foi ao Piauí para enfim verificar o que eram aquelas pinturas que lhe haviam mostrado em 1963. Fotografou e fez levantamento de tudo que se sabia sobre arqueologia no Brasil e no Estado do Piauí; apresentou para seus professores na França e argumentou tratar-se de região com nenhuma pesquisa e por isso a necessidade de ir até lá. Niéde explica melhor como se deu esse processo em entrevista à jornalista Solange Bastos:

“Vi que era realmente uma coisa diferente e que tinha muito a fazer. Fiz toda a documentação necessária para apresentar um projeto a Paris, pedindo a formação de uma missão. Esse projeto foi aprovado e era *O homem no sudeste do Piauí, da pré-história aos dias atuais, a relação homem-meio*. A justificativa do meu projeto era que essa região é uma zona de contato entre duas grandes formações geológicas, com diferenças de meio ambiente muito importantes.” (Bastos, 2010, p. 64)



Figura 42) Pinturas rupestres – Foto Adauto Araújo

Ela teve aprovação dos professores e conseguiu a verba francesa para iniciar as missões. Paralelo a isso, suas colegas que haviam permanecido no Museu Paulista da USP (Silvia Maranca e Águeda Vilhena de Moraes) foram encontrar com Niéde. Ou seja, foi, desde o começo, uma missão franco-brasileira.

3.1.1 A missão: primeiras visitas

A missão franco-brasileira tornou-se concreta com a realização de viagens de caráter científico visando conhecer e reconhecer sítios arqueológicos na região. Em 1970 Niéde havia feito, como já falado, uma primeira visita de reconhecimento daquela área. Foi mesmo em 1973 que Niéde chegou da França a São Paulo e partiu com Sílvia e Águeda num jipe carregado de mantimentos para uma viagem bastante longa pela rodovia Rio - Bahia até Feira de Santana, na Bahia, e de lá para Petrolina, em Pernambuco. Segundo Niéde, São Raimundo Nonato era um povoado que não tinha nenhum significado na região;

não havia água, energia elétrica ou banco. As cidades importantes eram São João do Piauí e Campo do Buriti, a cerca de 100 Km de São Raimundo. Para comprar comida era preciso esperar o dia de sábado, quando vinha gente do município baiano de Remanso vender no local.

As pessoas que moravam em São Raimundo Nonato, no entorno do que hoje é o Parque, viviam essencialmente da criação de ovelhas, de cabras, de gado e da agricultura de subsistência: mandioca e feijão. Eram pessoas que viviam no meio da caatinga e que muitas vezes não conheciam ninguém além das pessoas da família. Os homens saíam de casa nos dias de feira para vender a sua produção - quando tinham algo a vender; as mulheres nunca saíam. Eram pessoas com conhecimento muito grande sobre a caatinga, as quais, apesar de um primeiro estranhamento ao ver mulheres vestidas de calça e dirigindo carros enormes (como conta seu Nivaldo em entrevista ao Museu da Pessoa⁶ em 2007 - um dos primeiros guias de Niéde), receberam muito bem os pesquisadores que chegavam nessas missões e repassaram a eles muito do que sabiam.

Alguns moradores foram, já no começo, contratados como guias para mostrar os caminhos para se chegar aos sítios. Enquanto os guias repassavam aos pesquisadores as técnicas de sobrevivência na caatinga, os pesquisadores lhes ensinavam as técnicas de escavação. Niéde conta, em entrevista de 2007 ao acima citado Museu da Pessoa, que a quantia que alguns moradores ganhavam naqueles três meses de pesquisas era o suficiente, segundo alguns moradores, para passar o resto do ano sem precisar trabalhar.

⁶ O Museu da Pessoa, localizado em São Paulo, é um museu virtual de histórias de vida aberto à participação gratuita de toda pessoa que queira compartilhar sua história a fim de democratizar e ampliar a participação dos indivíduos na construção da história social. O Museu foi fundado em 1991 com o objetivo de construir uma rede de histórias de vida que contribua para a transformação social. (www.museudapessoa.net – acesso em 21/03/2011).

Nesse primeiro ano da missão, em três meses (julho, agosto e setembro) de pesquisa, os guias levaram os pesquisadores a 55 sítios arqueológicos. Eram todos os que eles conheciam e os que ficavam mais próximos das estradas, onde eles estavam acostumados a ir. O restante dos sítios, situados nas zonas mais distantes, foram aos poucos sendo descobertos e a maior parte deles foi encontrada depois que os pesquisadores instalaram-se na região, a partir de 1991, com a abertura das estradas e a criação do centro de pesquisas, que hoje é o mais moderno centro de pesquisa arqueológica da América do Sul.

Como já mencionado anteriormente, o Parque Nacional Serra da Capivara foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1991. Nesse mesmo ano, o governo brasileiro solicitou ao governo francês a cedência de Niède Guidon ao Brasil para elaborar o projeto de proteção do Parque. Com isso, em 1992, Niède fixou-se no Parque e trabalhou cedida pelo governo francês até 1998, quando foi aposentada pela França, embora se mantenha à frente da FUMDHAM até hoje.

A missão de 1978 foi especialmente importante. Ao invés de três meses, a missão durou seis meses em razão de licença-prêmio e férias acumuladas de Niède. Por essa razão, contou com a contribuição de pesquisadores de diversas áreas e instituições: arqueólogos, biólogos, geólogos, botânicos, antropólogos. Como sempre ocorria ao término de cada missão, eles reuniram-se para discutir e avaliar os resultados dos trabalhos e chegaram ao consenso de que se tratava de área a ser preservada porque ainda tinha espécies animais e vegetais da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica e ali seria justamente o ponto de contato desses dois biomas. Somado a isso havia a riqueza da arqueologia, dos monumentos geológicos que contam toda a história da formação daquela chapada do Nordeste. Eles prepararam então documento com a descrição de toda a região e encaminharam ao governo

federal brasileiro, com a recomendação de que devia ser protegido. Foi por insistência desses pesquisadores que o Parque foi criado por decreto em 1979. Seus estudos e os resultados do seu trabalho de pesquisa convenceram as autoridades governamentais sobre a necessidade de estabelecer uma área de proteção com vistas à preservação de uma das maiores áreas de concentração de sítios pré-históricos do continente americano e à continuidade das pesquisas científicas. Contudo, durante quase 10 anos, o Parque existiu apenas no papel.

3.1.2 Moradores

“Um parque nacional ou uma hidrelétrica não diferem na medida em que suas implantações determinam profundas quebras tanto na estrutura social quanto no sistema de representações da população camponesa envolvida. Similares são não as reações, mas os mecanismos lógicos utilizados pelos grupos locais para se reproduzir como cultura, isto é, para dar sentido, ou melhor, para continuar a dar sentido a um mundo que está se fazendo “outro”, um mundo que está se perdendo na medida em que está se perdendo o elemento que prática e simbolicamente constitui o “centro” de referência para uma sociedade camponesa: a terra.” (Pompa, 1987, p.03)

De toda forma, “é necessário conduzir a análise a partir das especificidades histórico-culturais dos grupos sociais afetados”, ou seja, caso a caso, como continua Maria Cristina Pompa, antropóloga integrante da Missão Franco-Brasileira e que acompanhou o processo de demarcação do Parque e, posteriormente, foi uma das fundadoras da FUMDHAM. Cristina, em seu texto, faz um alerta em relação aos conflitos decorrentes de toda obra pública: quanto mais irrelevantes eles sejam considerados e enfrentados com instrumentos rotineiros, mais insuperáveis esses conflitos serão.

Como já citado, o decreto de criação do Parque Nacional Serra da Capivara, assinado pelo então Presidente João Figueiredo em 1979, compreendia um território de

100.000 hectares nos municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Canto do Buriti. Naquela época, havia ainda muita terra devoluta às margens do Parque, nas quais poderiam ser reassentadas as famílias camponesas incluídas na área decretada. O reassentamento nessas terras, à beira da estrada entre São Raimundo Nonato e Teresina, constituiria inegável melhoramento nas condições de vida desses camponeses, afirma Pompa (1987), principalmente aos moradores do povoado Zabelê, bastante isolado.

“Mas o tempo passou e nada foi feito nesse sentido (mal sabendo os moradores da existência do Parque). Aliás, as terras em volta do Parque foram sendo requeridas aos poucos por expoentes da política local (patente e oculta), provavelmente numa perspectiva de hipervalorização da terra graças às atividades ligadas ao Parque. Hoje, toda essa terra está intitulada, constando inclusive de alguns grandes projetos agrícolas (...) determinando um desmatamento “selvagem” da área.” (Pompa, 1987, p.04)

O trabalho de Cristina traz mais detalhes sobre como se deu o processo de demarcação do Parque. O então IBDF, já citado, à época, repassou verbas para o INTERPI (Instituto de Terras do Piauí) para realizar o trabalho que, por sua vez, repassou recursos para uma firma particular de Teresina que não realizou a pesquisa fundiária e social (como se não existissem pessoas habitando o local, com casas e roças) e o trabalho de implantação de marcos foi feito sem levar em consideração nem mesmo os limites naturais do Parque, como a própria Serra da Capivara e o leito dos rios. Ou seja, o Parque estava delimitado no papel, sem que nenhum técnico do IBDF ou do INTERPI estivesse presente. Como essa situação vinha se arrastando há tempo, a Missão Franco-Brasileira (hoje Fundação Museu do Homem Americano), solicitou providências do IBDF, pois a população da área encontrava-se numa situação jurídica ilegal (plantando e caçando em área decretada) sem que o Parque existisse na prática e sem que ninguém fosse informado de qual seria o procedimento legal a tomar.

Ele estava criado, mas, a cada nova Missão Franco-Brasileira verificava-se que não havia nenhum funcionário na área e, ao contrário do que se esperava, aumentou a depredação. Como o espaço passou a pertencer ao governo, todos iam em busca de caça e de madeira. “Ah, é do governo, vamos lá. Porque nas terras particulares os donos não deixam, só o dono pode caçar e desmatar, mas o vizinho não pode. Então o Parque Nacional virou um lugar que todo mundo ia”, explica Niéde em entrevista de 22 de novembro de 2010 para esta dissertação.

Por insistência dos pesquisadores da Missão, o IBDF solicitou ao IPARJ (Instituto de Pesquisa Antropológica do Rio de Janeiro) a realização de pesquisa social e fundiária, bem como avaliação das benfeitorias para o cálculo da indenização com vistas à expropriação. Todo esse trabalho foi executado, segundo Pompa (1987) entre o final de maio e o final de junho de 1987 num clima geral de hostilidade entre os técnicos e a população local. Cabe aqui uma apresentação do já citado povoado Zabelê, o único que se encontrava totalmente incluído na área do Parque e que constituía o maior grupo, totalizando 52 famílias num total de 424 pessoas. Além disso, era um dos povoados fundados há mais tempo, em 1902, e no qual todos eram posseiros, enquanto a maioria dos moradores dos outros povoados tinham a escritura da terra e por isso a garantia de uma maior indenização. Foi justamente nesse povoado que se deu o grande conflito, com boa parte dos moradores não querendo deixar a área. Para descrever o Zabelê, Cristina Pompa apresenta fatos também descritos no texto de Emília Pietrafesa de Godoi, já citado anteriormente, e faz referência às entrevistas que as duas fizeram juntas. Esses fatos reforçam e ilustram melhor a questão da identidade desse grupo, como será mostrado adiante.

Segundo Pompa (1987), o Zabelê configura-se simultaneamente como arena (lugar de eclosão dos conflitos), campo (conjunto de relações entre atores orientados por e para os mesmo valores e objetivos) e como ator porque, embora existissem conflitos entre as diferentes famílias, ele se auto-apresentava como um bloco homogêneo. Para afirmarem-se como grupo o Zabelê recorria à simbologia de descendência. “Fundador mítico da região, iniciador do tempo humano e social é, para todos, “meu bisavô, o Veio Vitorino”, Vitorino Dias, que exterminou e expulsou os índios que habitavam a região e deu início à vida.” (Pompa, 1987, p.08) O Zabelê existe legitimamente entre os mais antigos povoados da região, que são Várzea Grande, Sítio do Mocó e Barreirinho, fundados entre 1815 e 1820, e eles se reconhecem como parentes e compadres, todos bisnetos daquele bisavô.

Interessante trazer aqui alguns dados pesquisados por Emília Pietrafesa de Godoi e apresentados em seu livro *O Trabalho da Memória – cotidiano e história no sertão do Piauí*. Segundo os censos demográfico e agropecuário relativos a 1980, o município de São Raimundo Nonato contava uma população de 57.721 habitantes. Desse total, 85,8% da população residia no distrito de mesmo nome e apenas 14,2% no distrito de Curral Novo, que foi posteriormente emancipado. Apenas 17,3% da população do distrito de São Raimundo Nonato residia na zona urbana. Por ser um município eminentemente rural, sua principal atividade econômica era a agricultura, totalizando 59,6% dos estabelecimentos, muito embora esta ocupasse apenas 23,2% da extensão total da área medida em hectares, seguida pela pecuária, com 37,7% do total dos estabelecimentos, mas ocupando 73% da extensão total. A autora constatou, em seu estudo, que 95,3% da extensão total da área, em hectares, eram de pessoas que detinham título de propriedade da terra através de compra ou herança, e apenas 4,7% estavam nas mãos de ocupantes, ou seja, de pessoas que não possuíam a propriedade jurídica da terra, mas que detinham sua posse por ocupação.

“Embora uma pequena porcentagem da extensão total da área esteja nas mãos de ocupantes, como vimos acima, é nela que se concentra a maioria dos estabelecimentos econômicos.” (Godói, 1999, p. 42)

A crise eclodiu em fevereiro de 1987 quando o técnico do IBDF responsável pelo Parque chegou ao Zabelê e iniciou o trabalho de levantamento fundiário para indenização. Até então, os moradores do povoado contrapunham esse universo feito de parentes ao mundo dos políticos, tanto a nível municipal (São Raimundo Nonato), quanto a nível estadual e federal, que constituiriam o mundo de fora. Cristina explica que toda eleição na região é tensa porque provoca quebra na unidade dos grupos de parentes e vizinhos em relação aos votos. Essa situação torna-se ainda mais dramática em relação à água: “no sertão semi-árido a água se vende em troca de apoio político; na caatinga, as pessoas vêem o carro-pipa passar na frente de suas casas sem parar e dirigir-se para as casas dos eleitores deste ou daquele candidato.” (1987, p.10) Esses acontecimentos recorrentes quebram os laços de solidariedade entre os moradores e muitos admitem que seria preferível ficarem todos sem água do que obtendo privilégios partidários e tendo de comprometer as boas relações entre eles.

Outro ator no drama social do Parque, conforme descrito por Pompa, era a Missão Franco-Brasileira, hoje, FUMDHAM. Constituída por pesquisadores de diversas disciplinas, composta em sua maioria por mulheres, as quais eram denominadas “as meninas das tocas”. Os moradores da região não entendiam muito bem a importância atribuída às pedras lascadas e aos ossos de “caboclo” (índios) que habitavam aquelas tocas antigamente.

“(...) a convivência de anos e a ajuda que frequentemente a Missão fornece (em termos de oferta de trabalho, transporte e assistência em caso de doença) contribuíram a criar laços de amizade entre os estudiosos e os

camponeses, laços que se traduziram, em alguns casos, em relações de compadrio.” (Pompa, 1987, p.11)

Como já falado, as “tocas” ou abrigos sob a rocha não representam, para os moradores, referencial de vida social. Sendo assim, os pesquisadores não invadiram um espaço reconhecido como deles, mas sim um lugar sem importância para a vida social e cultural. A quebra desse equilíbrio começou com a criação do Parque, inicialmente quando os primeiros técnicos do INTERPI começaram a demarcar a área sem nenhuma explicação. Depois que esses trabalhos foram suspensos, esporadicamente apareciam técnicos do IBDF falando sobre a proibição da caça e do corte de madeira – principais fontes de sustento na época das secas. O IBDF aparece então como outro ator e como dono do Parque.

“Os poucos técnicos que apareceram na área até hoje são vistos (e, de fato, são) meros burocratas, fora de algumas louváveis exceções. Para eles, a questão do Parque Serra da Capivara se insere no quadro geral dos Parques Nacionais Brasileiros: o nível de leitura dos acontecimentos não é local, nem estadual, mas nacional. Os problemas criados nessa situação específica, portanto, não passam de questão de rotina, assim como rotineiros são os instrumentos para enfrentá-los (no caso, indenização e expulsão).” (Pompa, 1987, p.12)

Em fevereiro de 1987, portanto, quando os técnicos do IBDF chegaram, os moradores mais velhos reagiram, mas, no geral, as pessoas os viram como uma forma de solucionar aquela situação. Diante da seca, a perspectiva do pagamento de indenizações constituía uma boa saída, segundo relatos de alguns.

“O representante do IBDF, inclusive, foi bem recebido no povoado graças sobretudo à presença, em qualidade de mediadores, de dois membros da Missão (uma arqueóloga e eu). Na base de muitas conversas entre moradores e pesquisadores (sobretudo a diretora da Missão, Niéde Guidon, que possui um verdadeiro carisma para com uma parte dos habitantes da região) eles sabiam que a Missão, sobretudo a “doutora Niéde”, não teriam “deixado botar o povo pra fora.” (Pompa, 1987, p.13)

Havia uma aliança claramente definida entre Zabelê e Missão frente ao conflito entre Zabelê e IBDF. O IBDF sugeriu aos moradores que, com auxílio da Missão, pressionassem o governo estadual para que o INTERPI cedesse terras para reassentamento, o que causou desconfiança entre os moradores considerando o conhecimento que tinham dos políticos até então. Afirmaram que o governo nunca havia dado terra boa para eles e que provavelmente dariam uma terra de chapada, sem serventia. O quadro das alianças, naquele momento, era Zabelê e Missão frente ao governo, identificado por IBDF e INTERPI.

Contudo, a situação havia mudado completamente em maio, depois de iniciado o trabalho de levantamento pelo IPARJ, com colaboração da Missão. Segue depoimento de Cristina:

“(...) fomos recebidos com muita hostilidade. Por exemplo, as pessoas que antes me tratavam com muita amizade e carinho foram me encontrar no centro do povoado, a “praça”, sem me convidar (como de costume) para entrar nas casas e tomar o “cafezinho”. O povo do Zabelê nos enfrentou como se fôssemos os “donos do Parque” e declarou sua firme intenção de não sair do lugar.” (Pompa, 1987, p.13)

O Parque inclusive, para eles, havia mudado de conceito, assemelhando-se, nas palavras de Pompa, a um Parque-Fazenda, cujos donos estavam cobrando seus direitos através da expulsão dos posseiros. Os “donos” eram a Missão, o IPARJ e o IBDF.

Esse panorama mudou em razão da atuação de dois novos atores: o INTERPI e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Sindicato seguia a ideologia clássica de conflito de classes entre latifundiários e trabalhadores sem-terra, assumia o conceito de Parque-Fazenda e repassava essa situação específica ao quadro geral da luta pela terra no Brasil, cobrando do Zabelê “uma atitude “politizada” praticamente desconhecida na região.” (Pompa, 1987, p.14) Também o papel do INTERPI havia se modificado. O presidente da

instituição, entre fevereiro e maio, havia visitado diversas vezes o povoado com promessas de que iria, junto às instâncias de governo, retirar a região de moradia e de trabalho do Zabelê da área demarcada pelo Parque. Outras promessas também foram feitas no sentido de fornecer água encanada, luz elétrica e posto de saúde. O quadro de alianças passou a ser: Zabelê, INTERPI e Sindicato frente à Missão, IBDF e IPARJ, os três identificados como sendo os donos do Parque-Fazenda.

Pompa explica que o presidente do INTERPI naquela época era um político local que havia se candidatado a deputado estadual nas últimas eleições, porém sem sucesso. No loteamento político que se deu após as eleições e a vitória do PMDB – pela primeira vez no Piauí, ele obteve a presidência do INTERPI. Havia por um lado, então, a necessidade de mostrar a diferença da nova administração, mais sensível aos problemas sociais do Piauí, em contraponto com a administração anterior. O INTERPI esteve envolvido em escândalos de terra durante o governo anterior. Dessa forma, a nova atuação do órgão começou com grande publicidade sobre distribuição de lotes aos sem-terra, programas de colonização e incentivos aos pequenos produtores rurais. A autora acrescenta a isso o projeto político individual e o interesse específico do presidente em conseguir apoio político e garantia de votos para a próxima eleição.

“No discurso desse homem, é interessante notar um “deslocamento de campo”. Do seu campo habitual, Teresina e a política estadual, de escritório e burocracia, ele muda para o campo do Zabelê, para a dimensão espaço-temporal da vivência quotidiana do grupo. Ele não chama os moradores ao seu escritório de Teresina, mas vai para o lugar do conflito, admitindo implicitamente que ele é como eles, assumindo a luta não lá fora, em Teresina e num futuro incerto do “veremos”, mas “aqui dentro”, no *hic et nunc* do Zabelê. Em seus discursos, ele insiste muito no fato de ser “filho de São Raimundo Nonato” (ou, se não insiste, de qualquer forma é isso que fica marcado na memória dos camponeses) e de ter muitos parentes na região do Zabelê e Várzea Grande (lembremos a frase “Daqui pra Várzea Grande é tudo uma família só”). (Pompa, 1987, p.14)

“O homem político é agora visto como o aliado “natural” dos moradores contra o Parque e seus donos, através da reutilização da simbologia própria do grupo, que leva ao esquecimento da tradicional desconfiança para com os “políticos”. Ele não é mais um político, é um parente.” (Pompa, 1987, p.15)

Nesse cenário, a autora pergunta por que, mesmo assim, a maioria dos moradores aceitou fazer o laudo de avaliação das benfeitorias e apenas 20% não permitiu o trabalho de levantamento fundiário, sem querer retirar-se da terra, confiando no auxílio prometido pelo presidente do INTERPI? Porque enquanto era feito o trabalho de levantamento, os técnicos do IPARJ e alguns membros da Missão desenvolveram ações preliminares de “educação ecológica”. “Pela primeira vez os camponeses puderam perguntar “O que é, afinal, esse Parque?”As demoradas e repetidas explicações serviram, em parte para esclarecer as dúvidas e modificar a imagem que tinha se construído durante todos esses anos”. (Pompa, 1987, p. 16)

“Embora, por um lado, o povo continue achando uma “coisa maluca” a preservação da onça (um dos maiores inimigos, junto com a seca, do caatingueiro da região, em volta da qual elaborou-se uma complexa mitologia), por outro lado muitas das motivações alegadas para a implantação do Parque coincidem com as exigências da população. Sobretudo a necessidade da preservação do tatu e da madeira é vista como urgente, pois os camponeses sabem que a extinção do tatu e a destruição do patrimônio florestal vai necessariamente atingir sua própria economia.” (Pompa, 1987, p.16)

Novas relações de confiança foram restabelecidas entre os técnicos do IPARJ e os moradores. O IPARJ acabou se legitimando como órgão autônomo e independente do IBDF, plenamente preocupado com a questão fundiária e com vistas a solucionar o problema. Mas o ponto crucial para a mudança de opinião de boa parte das pessoas e seu engajamento ao trabalho de levantamento social e fundiário foi, segundo Cristina Pompa, a perspectiva que se descortinou, durante as palestras sobre a utilidade do Parque, quanto à possibilidade de trabalho: necessidade de contratação de fiscais, guias turísticos, mão-de-

obra para infraestrutura etc, independente de permanecerem ou não na terra. Ainda que continuem tratando de relações de troca entre os de “dentro” e os “de fora”, pois o IPARJ não difere dos “políticos” - o mal necessário e os que são capazes de fornecer trabalho quando a lavoura não atende às necessidades de sobrevivência - a autora complementa: “(...) a visão do Parque-Fazenda se transformou na ideia do Parque-Trabalho.” (1987, p.17)

O trabalho de Cristina Pompa foi concluído antes da criação do assentamento rural Novo Zabelê, a 12 Km de São Raimundo Nonato, ao final da década de 1990. O assentamento tem hoje cerca de 70 famílias.

3.1.3 As ocupações e a caça

Nilson Parente, já citado como um dos primeiros guias de Niéde, era um dos moradores do Zabelê e liderou a ocupação de onde hoje é o Novo Zabelê. Ele liderou a ocupação consentida de uma fazenda a oeste do Parque, que o governo brasileiro oficializou e transformou nesse novo assentamento. Ele conta, no livro de Solange Bastos, como tomou conhecimento da criação do Parque:

“Quando foi pra fazer o Parque, a Niéde disse: eu vou criar um parque nacional aqui, vou indenizar vocês, não pode ficar dentro do parque, aí ela conversou. Naquela época todo mundo consentiu, ela andava por lá, todo mundo recebia ela e tal. Quando foi em 1986, ela fez o primeiro pagamento da indenização, uns saíram com mais dinheiro, outros saíram com mais pouco, e aí outros ficaram achando ruim porque ela deu mais dinheiro a uns, e aí ficaram naquela confusão. Uns mais, outros menos, mas todo mundo foi indenizado. É que uns tinha mais, outros tinha menos (benfeitorias), mas todos foram indenizados.” (Bastos, 2010, p. 188)

É comum a confusão entre o governo e Niéde, fato inclusive ressaltado pela jornalista Solange Bastos (2010). Os moradores sabem que quem indenizou foi o governo, mas associam a ação à Niéde, em suas falas. Outro aspecto a ressaltar é que, como

confirmam Niéde e o próprio Nilson, muitos dos moradores indenizados não tinham noção de valor e gastaram o dinheiro com motos ou outros bens desse tipo. Não compraram casas e o recurso logo acabou. Muitos acabaram voltando ao povoado, insatisfeitos.

Uma dessas pessoas é João, como conta a jornalista francesa Elizabeth Drevillón em seu livro *O Segredo da Pedra Furada*. João era caçador e antigo morador do Zabelê. Vive hoje em Novo Zabelê, mas continua sobrevivendo da caça e acusando Niéde de ser a causadora de todas as dificuldades, especialmente por ser impedido de caçar. Ele convida a jornalista para ir com ele ao açougue do povoado para verificar como Niéde é odiada por todos ali. Chegando ao açougue, João convida as pessoas a falarem mal de Niéde, mas elas não respondem e algumas saem do local. Um adolescente aproxima-se da jornalista e fala:

“Não se deve crer em tudo que João fala. Para mim, a única coisa que eu posso afirmar é que graças à doutora Niéde muitas pessoas vêm de longe para ver o Parque. Dizem que você vem da França. Eu não sei onde fica esse país, mas eu sei que é longe. Se você está aqui, o mundo irá conhecer São Raimundo Nonato e isso é bom. Tu compreendes João, que graças ao Parque eles vão nos conhecer e isso trará dinheiro algum dia? (Drevillón, 2011, pg.176, tradução nossa)

Nessa mesma ocasião, outro adolescente, Juan, de treze anos, também fez questão de intervir:

“Eu vou te dar minha opinião. É bom ter a doutora Niéde entre nós. Ela preserva nosso patrimônio. Antes não se sabia o que representava essas pinturas, agora se sabe que foram os primeiros homens americanos que as fizeram. Aqui, onde nós moramos, é importante. Ela preserva também os animais que estão em vias de extinção graças a pessoas como João. As pessoas como ele, eu não quero tratá-los como ignorantes, mas eles não passaram pela escola como eu. Eles não querem compreender, eles não querem aprender e eles não querem reconhecer que a doutora Niéde protege nosso passado e nosso futuro.” (Drevillón, 2011, pg.176, tradução nossa)

Há outros exemplos de prosperidade entre moradores da região além daqueles que trabalham diretamente no Parque ou na Fundação Museu do Homem Americano. Ana Stela de Negreiros Oliveira, nascida em São Raimundo Nonato, relata que a presença de Niéde e dos demais pesquisadores chamava a atenção de todos e despertava a curiosidade.

“A gente não tinha nem ideia da importância dessas pinturas, víamos apenas com curiosidade. Também aquelas pessoas diferentes, as mulheres dirigindo aqueles carros grandes, embrenhadas no meio do mato. Queríamos saber o que estavam fazendo. (...) Quando fiz vestibular, aos 18 anos, foi para história. Aí já tinha despertado o interesse pela história local. Eu nasci em 1962. Isso foi em 1980. Já se tinha ideia de que as pinturas eram algo valioso. Antes, a gente gostava de passear na serra para fazer piquenique, porque era bonito, mas sem relação com as pinturas. Era mais fresco, tinha areia, subia nas pedras, ia conhecer, e depois era comer. Essa era a grande aventura. Não me lembro dessas pinturas antes da chegada dos arqueólogos.” (Bastos, 2010, p. 130, 131)

Ana Stela é hoje chefe do escritório do IPHAN em São Raimundo Nonato. O Instituto é também responsável pelo acervo arqueológico do Parque. O escritório em São Raimundo foi criado em 2005, subordinado à 19ª Superintendência Regional do IPHAN, sediada em Teresina. Ana Stela formou-se em Teresina e fez mestrado na Universidade Federal de Pernambuco. Ela complementa:

“A Niéde é a grande incentivadora de tudo isso. Ela mudou a história de vida de toda a população da cidade. Por exemplo, esses meninos que trabalham na informática, no geoprocessamento. Até dois anos atrás moravam nos povoados, agora se descobrem artistas, capazes. Todo mundo estudando, pesquisando, cursando universidade, tudo isso a gente deve à presença dela.” (Bastos, 2010, p. 131)

Há casos curiosos desde os primeiros anos de constituição do PNSC. As depredações de pinturas pré-históricas em sítios fora do Parque Nacional, destruídos por exploradores de calcário para fazer cal, são outro exemplo. Eles costumavam marretar a entrada das grutas e tocar fogo nos grandes blocos, para extrair a cal. Tratava-se de exploração inteiramente ilegal, sem autorização do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), sem registro e com utilização de mão-de-obra escrava. Tudo isso foi documentado em vídeo por Niéde e fiscais do Ministério do Trabalho, alertados por ela, foram ao local e lavraram auto certificando as condições de trabalho. Niéde levou então o Procurador Federal de Teresina até lá, mostrou a ele as pinturas depredadas e ele enfim

mandou parar o trabalho. Mas, como conta Niéde, em entrevista de 2005, ao portal Ambiente Brasil, “os donos das caieiras eram políticos, família de prefeitos e, por isso, achavam que podiam fazer o que queriam (o que continua até hoje!).” Começaram assim as ameaças de morte e uma das pessoas que trabalhava com Niéde lhe avisou que haviam feito uma reunião de família para juntar dinheiro e contratar um pistoleiro de Mato Grosso para vir matá-la. Nessa mesma entrevista Niéde conta como contornou a situação:

“Eu fui até as casas de alguns dos membros da família, com um talão de cheques do Citibank de New York, com um extrato do mês em curso, mostrar a eles que eu mantinha uma conta em dólares, para que, se eu fosse morta, amigos meus pudessem contratar uns bandidos na Rocinha no Rio para vir matá-los, exterminar toda a família desde o avô até o mais novo dos netinhos e queimar todas as propriedades deles. Eu disse isso com um grande sorriso e os documentos na mão. Como somente entendem a linguagem da violência, desistiram de me matar. Isso aconteceu no início da década de 90.” (<http://noticias.ambientebrasil.com.br/entrevistas/2005/11/13/21674-entrevista-exclusiva-niede-guidon.html>)

Por sua vez, a caça é problema constante até hoje. Em 2002, Niéde constatou que parte da área do Parque Nacional Serra da Capivara havia sido invadida por caçadores. Em 2003 os habitantes do vilarejo começam a alargar os caminhos e se instalar nos sítios. De simples lugar de caça esta parte do Parque se transformou primeiro em um lugar para passeios dominicais e depois em passagem para o comércio de madeira. Os habitantes haviam aberto estradas para que caminhões pudessem circular. O desmatamento se acelerou. Um dia Niéde descobriu que alguns habitantes do vilarejo haviam tomado uma parte do Parque, na qual eles passavam todos os finais de semana. Nesse lugar não havia mais árvores, tudo havia sido destruído e queimado. As pinturas rupestres naquele lugar estavam pretas devido à fuligem das queimadas. Existiam abrigos improvisados apoiados sobre painéis de pinturas rupestres, o que fazia com que parte dessas pinturas caísse no solo. Havia diversas pinturas que tinham sido pichadas por vândalos. Pneus haviam sido

queimados ao lado de pinturas. Depois desta descoberta, Niéde decidiu enviar sua equipe especializada para restaurar o local. Foi em vão: boa parte das pinturas havia sido destruída para sempre. Em 2004, Niéde aciona as autoridades para que inicialmente elas expulsassem as pessoas do Parque. A polícia intervém. Essa parte do Parque é evacuada e os autóctones são proibidos de acessar esse local. O desastre foi grande: em alguns lugares havia fogões e geladeiras. Enquanto Niéde retoma a posse do local a população se mobiliza. De acordo com Drevillón (2011), a cólera cresce em São Raimundo Nonato. A população não digere essa afronta e na cidade um carro com alto-falante chama os habitantes a fazer uma manifestação em frente à Fundação e a invadir o Museu à força. Alguns inclusive, impulsionados pelos proprietários de terra, ameaçam matar Niéde e destruir tudo.

Além dos moradores das localidades vizinhas que se utilizam da caça e do desmatamento, há a questão dos assentamentos rurais na Área de Preservação Permanente do PNSC, como será explicado a seguir. Niéde conta, em entrevista de 22 de novembro de 2010, que, por lei, todos os parques nacionais contam com a denominada “Área de Preservação Permanente”, compreendendo espaço limítrofe de 10 Km de largura no entorno do parque. Esse território pode ser de propriedade particular, mas é proibido caçar, desmatar e atear fogo, por exemplo. Ocorre que o governo (através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA) utiliza a área para fazer assentamentos de centenas de famílias e não há fiscalização sobre as atividades dos assentados, que caçam e ateam fogo. Niéde, nessa mesma entrevista, relata que alguns assentados, ao receberem a terra e o dinheiro para a construção da casa, constroem um casebre bem simples no local e utilizam o restante para comprar algum imóvel na cidade. Outros desmatam para tentar viver da agricultura e, com a seca, cada vez mais intensa na região, perdem as plantações e partem para a caça. Segundo Bastos, um tatu pode valer de R\$30,00 a R\$50,00. Não é fonte

de alimentação para os moradores dali, e sim encomenda de fazendeiros e políticos. “O interesse econômico da atividade gera as ameaças e o risco constante para os funcionários do Chico Mendes e à própria Niéde, que já foi jurada de morte várias vezes.” (Bastos, 2010, p. 80) Felizmente, segundo Ítalo Robert Trindade de Carvalho, atual chefe do Parque, graças às medidas de proteção que eles conseguiram desenvolver até agora, o Parque está repleto de animais (Figura 43).



Figura 43) Tatu no Parque - Foto Adriana M. F. Martins

A luta pela repressão à caça é reforçada por Ítalo, conforme relata Solange Bastos em seu livro. De acordo com ele, os caçadores presos em flagrante são autuados e soltos. A multa passou de R\$500,00 para R\$5.000,00, mas nem isso adianta, porque há caçadores devendo R\$15.000,00 de multas atrasadas. O combate à impunidade atualmente está restrito à eventual dificuldade encontrada pelo devedor em alguns trâmites oficiais, como aposentadoria, por exemplo. (Bastos, 2010, p. 80)

Ainda na época em que foi criado o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), em 1979, o estudo previa a inclusão da área que viria a ser o Parque Nacional Serra das Confusões, criado quase 20 anos depois, em 1998, quando o manejo da fauna do PNSC tornava-se inviável sem a criação do Parque vizinho – a 90 Km de distância - e a manutenção do Corredor Ecológico entre ambos. Isso porque durante a seca os animais costumam migrar da Capivara para as Confusões, onde a água dura mais. Segundo Bastos, o Corredor foi formalmente criado entre 2004 e 2005, já no Governo Lula, com 420 mil hectares. Na mesma ocasião, mais de duas mil famílias foram oficialmente assentadas e elas ocupam hoje boa parte do Corredor Ecológico, sem que haja nenhum trabalho de conscientização ou educação ambiental. (Bastos, 2010, p. 85) Cumpre notar que, naquele ano de 2005, o padre, superintendente do INCRA no Piauí, era candidato a deputado nas eleições seguintes.

Niéde chegou a ir a Brasília para comunicar ao IBAMA e ao Ministério da Cultura sobre todas aquelas irregularidades e pedir que a lista de pessoas a serem assentadas pelo INCRA fosse investigada. O IBAMA chegou a mandar comissão para verificar a citada lista e proibiu que os assentamentos fossem feitos ao lado do Parque Nacional, mas os invasores continuaram no mesmo lugar. Foi mais um motivo para reforçar as ameaças:

“Os chefes dos movimentos ditos comunitários, pessoal da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) Piauí, do Projeto Dom Helder, os pastores dessas igrejas atuais, congregaram o povo, com carros de som, para que se manifestasse em frente ao Museu contra nossa ação. Os carros de som gritavam slogans do tipo: “Deus criou a terra para os homens! Niéde Guidon quer o Parque somente para os bichos, ela é contra Deus!” “Deus criou os bichos para o homem comer, Niéde Guidon quer impedir a caça, ela é contra Deus!” Por essa altura já estávamos nos primeiros meses de 2005. Aí começaram a telefonar ao Museu dizendo que iam me matar. Comuniquei o fato à Polícia Federal e solicitei que investigassem a origem dos telefonemas, passando a eles dia e hora das chamadas ameaçadoras. A Delegada da Polícia Federal disse que somente com autorização do juiz e, até hoje, nada mais foi feito. Pedi porte de arma e até hoje não tive resposta.

Mas distribui a todos os que trabalham conosco um “pau de amansar louco”, um cacete que se leva preso ao braço por uma fita de couro. E avisei a todos que se eu encontrar alguém dentro do terreno do Museu, mato na hora. Daí parece que se acalmaram. Tive que contratar seguranças em Petrolina e tivemos despesas extraordinárias elevadíssimas que nos descapitalizaram. (Niéde Guidon em entrevista de 13/11/2005 ao Portal AmbienteBrasil)

Entre as mais de duas mil famílias citadas estão 39 que habitam Nova Jerusalém, uma faixa de terra árida situada às portas do Parque Nacional Serra da Capivara. Todos faziam parte dos manifestantes que, em 2004, tentaram invadir a FUMDHAM, destruir o Museu e expulsar Niéde à força. A jornalista francesa Elizabeth Drevillón, já citada, realizou diversas entrevistas com moradores do entorno do Parque. Entre eles, Luiza, e seu marido Augusto, moradores de Nova Jerusalém. Segue descrição da autora sobre a entrevista, suas impressões e outros depoimentos:

“Com quarenta anos, Luiza parece ter 10 anos a mais. Seu rosto é marcado e magro, cheio de rugas. Seu corpo é frágil e molhado de suor. Com suas mãos cheias de calos ela amarra seu cabelo com uma tira de tecido. Depois daquele evento de 2004, Luiza e as 200 pessoas que vivem no assentamento de Nova Jerusalém recolheram-se e falam com moderação sobre essa mini-revolução. É uma da tarde, o sol está alto e faz muito calor para se poder trabalhar no campo. Luiza explica a mim, estrangeira que sou, a razão dessa cólera e dessa manifestação. Ela explica que, ali, ninguém desejava a morte de Niéde. Isso nunca esteve em questão. “Eu sei que as pessoas fizeram ameaças a ela, mas nós não participamos dessas ameaças. Nós tínhamos medo somente de uma coisa: que ela nos caçasse porque nosso acampamento situa-se ao lado do Parque. E ela tinha medo que nós invadísemos o Parque e puséssemos fogo em tudo. Mas essa não era nossa intenção. Deve ser dito que a doutora Niéde, que nós respeitamos, não aceita ou não compreende nossa presença aqui. Mas se nós estamos aqui é porque nós ganhamos o direito de viver aqui.”

Luiza, Augusto, Sinéide, Francisco, Maria da Soledade e outros, chegaram a São Raimundo Nonato em 2004, depois que o governo federal deu a eles uma faixa de terra de 500 hectares para que eles pudessem construir uma habitação, plantar castanha de caju e mandioca. Antes de chegar a São Raimundo, Luiza e seus companheiros viviam na total pobreza, nos arredores de Teresina. Filhos e netos de camponeses, eles viram suas famílias serem expulsas pelos grandes proprietários de terra. Mais de quatro milhões de famílias de camponeses estão hoje nessa estatística. Luiza e seus amigos fazem parte deste grupo: os sem-terra. Eles pertencem ao MST. Eles vivem na indigência. Nos meses mais fartos faturam 11 euros e nos meses

das vacas magras não mais do que sete euros. Explica Francisco: “Nós não somos assalariados. Nós vivemos graças à força de nossos braços e um dia nós conseguiremos produzir o suficiente para que nossa comunidade viva melhor. Veja, nós temos um pouco de terra e nós a cultivamos. Nós não ganhamos muito, mas nós vivemos e isso é o mais importante.”

A dureza do trabalho repousa no olhar de Francisco. Um olhar que transparece a determinação e às vezes o desespero. Aguardando a primeira colheita da mandioca, da castanha de caju e do feijão, a comunidade se detém em construir um local para estocar os produtos. Aqui não existe diferença entre homens e mulheres: todos pegam no pesado do mesmo jeito. Do que pode servir tal local se não chove na região há diversos meses. Sobre os pés a terra está rachada, o pó invade as narinas e a garganta. Luiza continua: “Tu pensas que nós somos loucos de vir para cá? Tu tens razão. Mas nós temos enfim um pedaço de terra e para nós isso é o paraíso. Este ano nós não colhemos nada, mas o ano que vem será melhor. Nós não temos necessidade de muito para viver, nós conhecemos a miséria, ela faz parte do nosso cotidiano. O governador do Piauí nos deu a mão ao nos dar essa terra. Antes nós não tínhamos nada. Hoje, nós temos este campo e juntos nós conseguiremos revivê-lo.”

Viver junto, batalhar junto, crer junto, morrer junto. É isso que eu compreendi com Luiza. Mas como manter a esperança se não há nem água nem luz? Como podem eles dar tanto crédito a um governador que lhes ofereceu apenas uma terra sem vida? Com a minha perplexidade, homens e mulheres riem, mostrando suas bocas sem dentes. Essa terra é para eles um renascimento, portanto a vida e a esperança. Segue outro depoimento, de Maria da Soledade: “Trabalhar aqui é difícil, mas somente para aqueles que não querem trabalhar. Nós, nós somos trabalhadores, não temos medo da dureza. No acampamento a solidariedade é grande e nós sabemos que graça a isso as coisas irão melhorar. Tu pensas que tudo isso é impossível porque não há água, mas Deus está conosco e Ele fará chover para que nós possamos irrigar nossos campos. E quando tu retornares tu verá a mandioca, a castanha de caju, o feijão, as mangas. Deus não irá nos abandonar jamais.”

Deus fará isso, Deus fará aquilo, Deus realizará milagres. A única coisa que eles esperam: sair da miséria. Sua fé é tanta que ninguém pode fazê-los mudarem de idéia. Como explicar que eles não são os únicos a invocar o Todo-Poderoso e a esperar o impossível? Deus é seu único oxigênio e ele está presente por todo o lado. As igrejas, sejam católicas ou evangélicas, surgem da terra muito mais rapidamente que a mandioca e a castanha de caju.

No assentamento tudo é compartilhado: a comida, o vestuário, os utensílios e o único meio de transporte: uma mobinete. Luiza conclui: “A doutora Niéde pensa que nós caçamos o tatu dentro do Parque. Isso não é verdade. Se nós caçássemos, nós comeríamos outra coisa além do arroz. Nós raramente comemos carne nas refeições, ela custa muito caro. Deve-se dizer à doutora que nós protegemos o Parque, que nós somos seus guardiões. Nós somos contra os caçadores. Nós estamos aqui unicamente para trabalhar, ela tem que compreender isso.”

Alguns dias mais tarde um dos empregados de Niéde cruzou com um dos membros do assentamento carregando um tatu na mão. A fome pode às vezes absolver uma atitude incorreta.” (Drevillón, 2011, pg.164, tradução nossa)

3.1.4 Pesquisadores

“Maior roedor do mundo, semiaquático e vegetariano, vive em bandos de mais de 20 indivíduos, sempre à beira de rios e lagoas, do Panamá ao norte da Argentina.” (Bastos, 2010, p. 27) Assim é a capivara (Figura 44), cujo nome científico é *Hydrochoerus hidrochaeris*, certamente muito numerosa até nove ou oito mil anos atrás, quando se estima que o clima se tornou cada vez mais árido na região onde hoje está o Parque Nacional Serra da Capivara, no sudeste do Piauí, região que, até aquela época, se caracterizava por rios caudalosos, cachoeiras, mata atlântica na planície e floresta amazônica na parte alta, onde hoje ficam os chapadões.



Figura 44) Capivaras – Acervo FUMDHAM

As pinturas encontradas na Serra da Capivara, entre elas representações de famílias inteiras, trazem ainda outros animais também extintos no local, como o veado do Pantanal (veado galheiro), caranguejos, jacarés e alguns grandes peixes. Muitos ossos fósseis já foram encontrados e identificados como sendo de ema, tatu-canastra, além da própria capivara (Figura 45).



Figura 45) Toca do Caldeirão dos Canoas – Acervo FUMDHAM

Segundo conta Niéde (em entrevista ao Museu da Pessoa, 2007), naquela região, até seis mil anos atrás, a fauna era completamente diferente, com animais muito grandes, como a preguiça gigante, que chegava a oito metros. O animal mais comum era a lhama, inclusive lhamas muito maiores que as de hoje. Havia tatu, “do tamanho de um fusca”, afirma ela, mastodonte, cavalos. Essa rica fauna só desapareceu por volta de seis mil anos atrás, quando, por volta de dez mil anos, as chuvas diminuíram nessa região que era tropical úmida e tinha um clima como de Floresta Amazônica. Os rios então começaram a diminuir

e os animais não tinham mais alimentação. Restou apenas a fauna de tamanho médio e pequeno.



Figura 46) Pinturas rupestres – Acervo FUMDHAM

Foi no ano de 1970 quando Niéde e Vilma chegaram pela primeira vez à região. O que mais chamou a atenção, na ocasião, conta Vilma (Bastos, 2010, p. 64), foi a diversidade das pinturas (Figuras 46, 47 e 48), na Toca do Paraguaio. Foi lá que Niéde começou a documentação fotográfica dos sítios, que seriam objeto de sua tese de doutorado nos anos seguintes. Nas palavras de Vilma:

“Mais parecia um pan-indianismo do que a expressão de uma só etnia. E há algo na representação de uma cena, em que as figuras humanas têm os braços exageradamente curvos, que sugere movimento. Parecido com o da dança das mulheres krahô, quando elas cantam para o sol nascer, conduzidas por um sacerdote, com um chocalho na mão... e não tem nenhum arco e flecha! Será que eles não usavam ou não era importante representar?” (Bastos, 2010, p. 64)

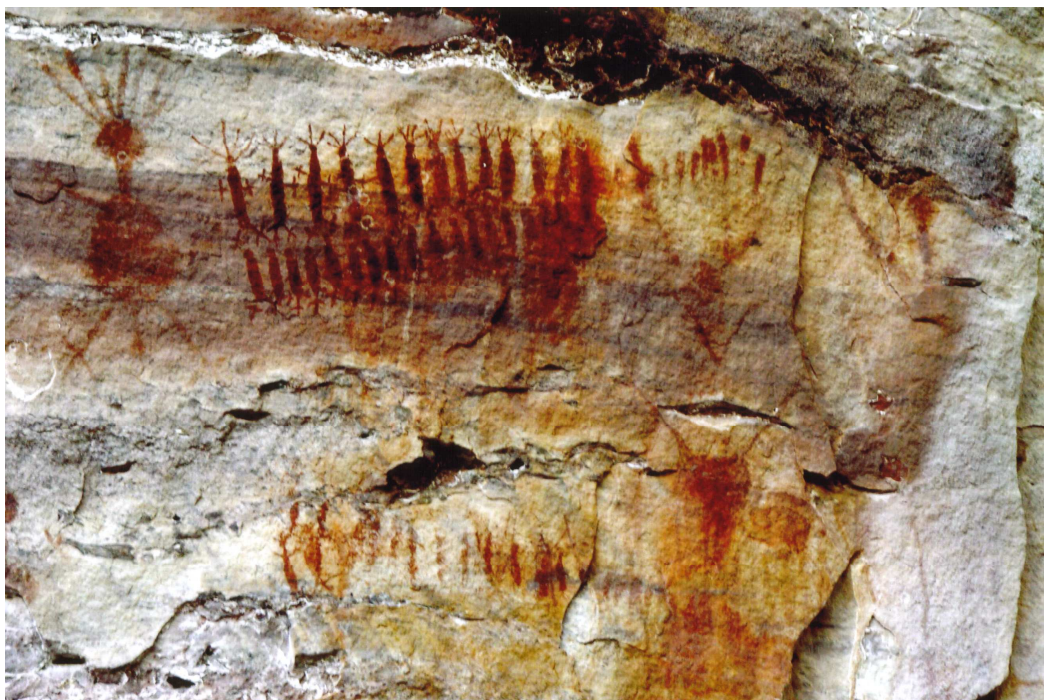


Figura 47) Pinturas rupestres – Acervo FUMDHAM

Impressão semelhante teve Águeda quando acompanhou Niéde e Sílvia naquela que seria a Missão de Pesquisas no sudeste do Piauí em 1973:

“Os abrigos eram enormes, com muitas representações. Para mim foi importante descobrir enormes tatus, ao lado do homem pequenininho... (...) O Piauí é marcado por cenas, não só cenas estáticas, são bandos de homens, animais, figuras humanas bem marcadas, em forma de mascarados, enfileiradinhos, em forma de dança, então, tudo isso era novidade. Eu conhecia os sítios rupestres de Lagoa Santa, bem diferentes. Isso mostra a riqueza do Brasil em representações rupestres, tão diversas como são as culturas daquela e de outras épocas.” (Bastos, 2010, p. 125)



Figura 48) Pinturas rupestres – Foto Adriana M. F. Martins

Depois da expedição à Serra Branca, a primeira em que se embrenharam pela caatinga, foram para o Congo, nome de uma serra que corta a chapada do Parque. Silvia Maranca recorda que as viagens aos sítios eram bastante penosas. O carro nunca conseguia chegar até onde se precisava ir, faltando, normalmente, cerca de 15 Km de subidas e descidas de serra, cortando a caatinga a facão para fazer picadas que permitissem a passagem delas e, muitas vezes, a de um jegue que carregava a água. Tudo isso sob sol escaldante, carregando instrumentos, roupas e alimentos. (Bastos, 2010, p. 115).

O Congo foi um abrigo indicado por um dos primeiros guias de Niéde, Nilson Parente, já citado, que, em 1953, havia encontrado um esqueleto dentro de uma urna. A prospecção inicial estendeu-se por duas semanas, tal a importância das sepulturas ali encontradas. Além de Niéde, Sílvia, Águeda e Nilson, mais dois moradores locais (Maliberto e Joãozinho da Borda), também guias, participaram dessa expedição ao Congo.

Niéde não voltou da França para a missão de 1974, por estar dedicada ao seu doutorado. Sílvia Maranca coordenou essa missão de 30 dias junto com Águeda Vilhena e Lina Kneip, arqueóloga do Museu Nacional. Foram localizados novos sítios arqueológicos na Serra das Confusões e no entorno no atual Parque Serra das Confusões. O principal objetivo da missão era criar um centro de pesquisas onde ficasse reunido todo material arqueológico encontrado nas pesquisas. Foi escolhido São Raimundo Nonato, por ser o povoado maior. Tiveram a indicação de um senhor, dono de uma escola de comércio, Sr. José Lopes Bastos; ele ficou responsável pela guarda dos materiais. Zé Lopes, como era conhecido, participaria futuramente da criação da FUMDHAM.

Quando Niéde começou a trabalhar no Piauí, vale ressaltar, ensinava-se que a América tinha sido povoada muito tardiamente, porque havia pouca pesquisa na América do Sul e nas pesquisas desenvolvidas na América do Norte só foram encontradas datações de dez ou doze mil anos. Nas primeiras escavações, feitas na Pedra Furada, Niéde utilizou a técnica do Carbono-14 e mandou datar suas amostras na França. A análise indicou 18 mil anos. “Não, vocês misturaram as amostras, não é possível, na América do Sul não pode ter isso” – Niéde conta sobre sua reação em entrevista ao Museu da Pessoa (2007). Mas a chefe do laboratório foi categórica e a orientou a voltar e escavar mais, porque certamente havia alguma coisa diferente. Era o ano de 1980, Niéde ampliou a escavação e chegou a 700 metros quadrados de área escavada. As datações ficavam cada vez mais antigas, até chegar a 50 mil anos, que é o máximo que o carbono catorze pode indicar. Abaixo disso, afirma Niéde, ainda havia material humano. Então se passou a usar outra técnica, a da termoluminescência, e os primeiros vestígios humanos encontrados sobre a rocha do solo são de cem mil anos. As escavações foram conduzidas com o objetivo não de encontrar as origens do homem americano, mas contextualizar as pinturas rupestres, assunto da tese de

doutorado de Niéde. Foram cinco anos de escavações até chegar ao leito da rocha, sob mais de três metros de sedimentos. O sítio era a Toca do Boqueirão da Pedra Furada, na Serra da Capivara. Os vestígios de fogueiras e líticos pareciam revelar a presença constante, mas temporária, de um mesmo grupo humano.

Importante ressaltar a participação do arqueólogo italiano, Fábio Parenti, aluno de Niéde na França, que, em 1984, foi pela primeira vez ao Piauí para iniciar seu trabalho de campo. Em 1987, Parenti assumiu as escavações no Boqueirão da Pedra Furada, trabalho que fundamentaria sua tese de doutorado - *Le Gisement Quaternaire de Pedra Furada (Piauí, Brésil), Stratigraphie, Chronologie, Evolution Culturelle* - defendida em 1993, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris, onde Niéde era Mestre de Conferências, quase o topo da carreira acadêmica na principal instituição de pesquisa francesa na área de Ciências Humanas. Em seu trabalho, Parenti afirma serem poucos os sítios brasileiros com datações pleistocênicas, ou seja, com mais de 11 ou 12 mil anos. Naquele contexto, de 1993, portanto, ele destaca a importância da área arqueológica do sudeste do Piauí, onde havia dois sítios pleistocênicos, devidamente estratificados, com ferramentas líticas e fogueiras, que são o Boqueirão da Pedra Furada e o Sítio do Meio.

Segundo Bastos, Fabio Parenti sintetiza a polêmica sobre a Pedra Furada já na introdução:

“Basicamente, o grande questionamento é a origem antrópica dos artefatos líticos e dos carvões datados em até 48 mil anos, no período da pesquisa de campo, o que posteriormente recuou para cerca de 60 mil anos.” (Bastos, 2010, p. 298)

Niéde relata que essas descobertas geraram discussão entre alguns colegas, especialmente norte-americanos. Acreditava-se que os vestígios humanos mais antigos das Américas eram os encontrados na década de 1930, no Novo México, conhecidos por cultura

Clóvis, com 11.200 anos. O *Homo sapiens* teria vindo da Ásia pela Beríngia, ou Ponte Terrestre de Bering, atualmente submersa, e que permitia a migração da Ásia para as Américas. Hoje há artigos defendendo que o povoamento pela Ásia deu-se mais tardiamente. Provavelmente os homens vieram da África para cá. Há cem mil anos tínhamos o mar a cento e quarenta metros abaixo do nível de hoje. Logo, a plataforma continental era maior, havia mais ilhas e essa passagem era mais fácil. “Então, eles vieram da África e entraram pelos rios. Há cem mil anos houve uma grande seca na África, o que talvez explique que os grupos procuravam o mar em busca de comida e uma tempestade pode tê-los levado a alto mar – e a corrente trouxe até aqui” (Niéde em entrevista ao Museu da Pessoa, 2007). No Caribe já há datações de sessenta mil anos, segundo Niéde. Ela afirma que é mais fácil esse trajeto da África para cá do que chegar pela Beríngia.

O homem pré-histórico dessa região dominava a técnica da pedra lascada da mesma maneira que os homens da África, da Ásia e da Europa, eram grandes artesãos de pedra. Quando, em outros lugares do mundo, começaram a fazer cerâmica e pedra polida, aqui se começou também. Ou seja, segundo Niéde, foram homens que chegaram com certo nível cultural e tecnológico; desenvolveram-se aqui e alcançaram o máximo que podiam alcançar a cada momento. Eram caçadores-coletores, que não fazem grandes sociedades, pois sabem que a natureza não pode alimentar muita gente, ou seja, viveram em pequenas comunidades, em aldeias, por determinados períodos de tempo, e viveram da natureza.

Niéde chefiou as missões (Figuras 49 e 50) até o ano de 1998, quando completou 65 anos e foi compulsoriamente aposentada pelo governo francês, como ocorre com todos os trabalhadores franceses. Quando isso aconteceu, as missões ao Piauí foram interrompidas e só retomadas formalmente em 2008, com um novo chefe, Eric Boëda, professor da

Universidade de Nanterre, Paris X, especialista em tecnologia lítica. Niède, contudo, continuou no Parque, como já mencionado, como diretora-presidente da FUMDHAM.



Figura 49) Acampamento de Pesquisadores – 1989 - Foto Aduino Araújo



Figura 50) Pesquisadores – 1989 - Foto Aduino Araújo

3.1.5 Críticos

As descobertas feitas por Niéde na Serra da Capivara causaram muita polêmica. O debate científico ainda persiste. Conforme ratifica o médico sanitarista e paleoparasitologista Adauto Araújo, também um dos pioneiros da pesquisa na Serra da Capivara e um dos fundadores da FUMDHAM, em entrevista de 12 de novembro de 2009 para esta dissertação, “a arqueologia clássica dominante é a que diz que a presença do homem no continente se deu há no máximo 13 mil anos. As datações obtidas por Niéde no Piauí constataam que isso ocorreu há pelo menos 50 mil anos. Enquanto não encontrarem uma evidência cabal, por exemplo, ossos humanos de 50 mil anos, o debate irá permanecer”. Ocorre que o solo da região é muito ácido e não favorece a conservação desse material.

O prefácio do livro *O Paraíso é no Piauí*, de Solange Bastos, foi escrito por Walter Neves, bioarqueólogo e professor titular do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP). Neves, entretanto, para aceitar o convite, apresentou algumas condições, segundo ele: “(...) que fosse um documento informal, divertido, mantendo assim o tom geral do livro. Que não tivesse, também, que abrir mão da minha conhecida verve crítica e que Niéde aceitasse minha indicação.” (Bastos, 2010, p.13). Walter Neves confessa que, nos últimos quatro anos, tem frequentado, sempre que possível, e a convite de Niéde, sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara, mas, segundo ele, continua a ter opinião muito crítica sobre alguns assuntos polêmicos do trabalho de Niéde e da FUMDHAM.

“Para tornar uma longa história a mais curta possível, arqueólogos e pré-historiadores são divididos em duas grandes tribos, no que se refere à ocupação das Américas: clovistas e pré-clovistas. Sempre fui pré-clovista, mas do tipo acanhado. Desde o início dos anos 1980, venho defendendo, no Brasil e no exterior, que o homem já estava presente na América do Sul pelo

menos há 12 mil anos, portanto, anteriormente ao surgimento da cultura Clóvis na América do Norte. Comparados aos 50 mil anos desejados por Niéde e Parenti, minha luta parece risível. Sempre execrei a idéia de que os seres humanos estariam presentes na Serra da Capivara há 30, 40 ou mesmo 100 mil anos (o novo delírio de Mme. Guidon). O auge dessa execração se deu nas páginas da Folha de São Paulo, em 1995, nas quais Niéde e eu nos atracamos verbalmente. Quase levei um processo judicial nas costas por conta disso.” (Bastos, 2010, p. 16)

Walter Neves refere-se a algumas cartas trocadas por ele e por Niéde através do Jornal Folha de São Paulo, em 1995, a partir de texto do jornalista Ricardo Bonalume Neto, em 25 de janeiro de 1995, no Caderno Mais, nesse mesmo jornal, sobre artigo de três arqueólogos americanos a respeito dos achados arqueológicos pleistocênicos no Boqueirão da Pedra Furada. Os três arqueólogos declaram-se céticos quanto à hipótese defendida por Niéde e Parenti de que o homem americano habita o continente há cerca de 50 mil anos e refutam o que seriam as provas dessa ocupação. Em 29 de janeiro de 1995, Walter Neves, identificando-se como presidente da Associação Latino-americana de Antropologia Biológica, e Eduardo Neves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, parabenizam, através da seção Opinião daquele mesmo jornal, o jornalista Bonalume Neto pela publicação do artigo. Acusando a comunidade arqueológica nacional de omissão, os Neves dizem assistir alarmados a ampla divulgação entre a população brasileira e, sobretudo entre aqueles em idade escolar, de que a América foi ocupada há cerca de 50 mil anos. Eles argumentam que: “Desde o início, as evidências materiais apresentadas pela equipe liderada pela Dra. Niéde Guidon mostraram-se de grande fragilidade.” Eles terminam o artigo caracterizando o trabalho realizado no Piauí como de pouco rigor metodológico.

Em 10 de março seguinte, na mesma seção Opinião, foi publicada carta de Niéde Guidon questionando se Walter e Eduardo Neves falam em nome das instituições que

representam e argumenta que a própria Universidade de São Paulo tem convênio de cooperação científica com a Fundação Museu do Homem Americano. Além disso, pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia também participam dos estudos realizados na Serra da Capivara. Niède considera surpreendente a crítica dos colegas brasileiros somente após a publicação do artigo dos norte-americanos e os acusa de, na prática, não terem lido o artigo que foi publicado originalmente, porque, segundo ela, se há divergências na interpretação dos achados, o documento não acusa falta de rigor metodológico nas pesquisas. Niède, ao final da carta, lembra que não dirigiu os trabalhos sozinha. A Pedra Furada começou a ser escavada por Laurence Ogel, chefe dos museus da Ardèche, na França. Depois, ela assumiu a direção e, em 1987, assumiu Fábio Parenti, que terminou a escavação, estudou os vestígios e redigiu sua tese de doutorado que, pela importância, mereceu nota na revista Nature, o que dificilmente ocorreria, segundo ela, se o trabalho todo não tivesse sido feito com rigor metodológico.

Em 08 de maio seguinte, Walter Neves, em nova carta, insiste que, da leitura do artigo escrito pelos norte-americanos e publicado na revista Antiquity, depreendeu que houve várias falhas metodológicas aplicadas na pesquisa em Pedra Furada. E acrescenta que grande parte do artigo citado é gasto com críticas metodológicas e que essas falhas levaram a problemas de interpretação dos dados lá obtidos. Ele cita trechos do artigo nos quais os norte-americanos relatam as supostas falhas e tece suas conclusões: não houve definição rigorosa de critérios explícitos nem manutenção desses critérios ao longo de toda a pesquisa.

Três meses depois, em 09 de agosto, é publicado texto de Niède sobre a última carta de Walter Neves que, segundo ela, insiste em ataques a sua capacidade profissional. Por essa razão, Niède anexa trechos da resposta que ela e Anne-Marie

Pessis, através da revista Antiquity, dirigiram aos três arqueólogos norte-americanos, especialmente sobre aqueles trechos também citados por Neves. Pela leitura da carta, percebe-se que os norte-americanos fizeram acusações grosseiras ao trabalho desenvolvido na Pedra Furada, como utilização de pás e picaretas nas escavações das áreas utilizadas pelo homem pré-histórico e, ainda, como tomavam seus exemplos da superfície das áreas escavadas, parecem ter confundido as peças lascadas pelos fabricantes de brita da cidade de São Raimundo Nonato como sendo material feito pelo homem pré-histórico.

Incrivelmente, logo depois, em 14 de agosto, nova carta de Walter Neves sobre o assunto começa com a afirmação de que Niéde finalmente admitiu tratar-se de críticas metodológicas ao trabalho realizado na Pedra Furada. O que parece ter sido o final dessa história deu-se com uma carta de Niéde, publicada pouco depois, em 25 de agosto. Niéde acusa Walter de não saber a diferença entre método e técnica e mais uma vez insiste: não há problemas metodológicos, pois o que os norte-americanos alegaram em seu artigo foram diferenças na aplicação de kits de testes técnicos.

Ainda mais interessante do que ler a troca das cartas, de 1995, é ler o prefácio de Walter Neves para o livro de Solange Bastos sobre a Serra da Capivara, escrito já bem mais recentemente, em 2010. Alguns trechos merecem destaque:

“(...) o conjunto de remanescentes arqueológicos da Pedra Furada é bastante sugestivo de que o homem tenha sido, de fato, o autor dos toscos artefatos líticos ali encontrados por Niéde e Fabio Parenti. Digamos que estou 99,9% convencido disto, mas o 0,1% que ainda me resta de dúvida é suficientemente significativo pra tirar a qualidade do meu sono.” (Bastos, 2010, p. 13)

“Como já comentei em vários outros contextos, não consigo imaginar alguém fazendo ali um trabalho melhor do que o feito por Fabio Parenti. Paciência de chinês, para dizer o mínimo. Lástima que quase dez anos separam a data da defesa da tese de sua publicação. Mais lástima ainda, seu

livro foi publicado em francês, quando todos os clovistas estão nos Estados Unidos e não leem textos nesse idioma.” (Bastos, 2010, p. 15)

Aí está um ponto bastante ressaltado por Walter Neves ainda hoje: a escassa publicação das descobertas arqueológicas brasileiras em periódicos internacionais de grande impacto. Walter Neves cita como exemplo o sítio Santa Elina, no sul do Mato Grosso, onde as pesquisas são desenvolvidas desde 1983 e no qual os pesquisadores – Denis e Águeda Vialou - acreditam ter detectado presença humana a partir de 25 mil anos atrás. Os responsáveis, segundo ele, até hoje não publicaram as descobertas em nenhum reconhecido periódico internacional.

Neves ressalta o fato de o artigo de Niéde Guidon e Delibrias sobre as evidências encontradas na Pedra Furada e datadas de 32 mil anos ter sido publicado pela Nature, uma das duas principais revistas científicas do mundo, em 1986. Contudo, segundo ele, toda a comunidade científica internacional esperava novas publicações também de peso sobre novas descobertas, o que não aconteceu, passados mais de vinte anos. Ele cita inclusive descoberta, feita por Niéde Guidon na Toca do Garrincho, de dois dentes humanos datados pelo Carbono 14 em 12 mil anos, e que só foi publicada no Brasil.

Outra importante descoberta: Gisele Felice, professora de arqueologia da Universidade Federal do Piauí, em pesquisa realizada próximo à Pedra Furada, permitiu refutar a ideia de que o carvão encontrado por Niéde e Parenti, dentro do abrigo da Pedra Furada, seria oriundo de incêndios naturais na vegetação circundante. Além disso, detectou restos de carvão e de pedras lascadas, datados de aproximadamente 18 mil anos, claramente de origem antrópica, e que não foi objeto de publicação, para desespero de Walter.

Vale, por fim, destacar uma das últimas considerações de Walter Neves em seu prefácio, a respeito de Eric Boëda. Walter diz sempre ter ficado impressionado pelo fato de os maiores especialistas em tecnologia lítica (ou da pedra lascada) estarem na França e, se Niède fez toda sua carreira naquele país, por que razão ela nunca convidou nenhum desses especialistas para analisarem de forma independente as ferramentas líticas encontradas na Pedra Furada? Walter ficou aliviado ao saber que Eric Boëda, um dos mais famosos especialistas dessa área, retomou em 2008, a missão franco-brasileira de escavações, como já citado anteriormente. Walter conta que, assim que Boëda e seu aluno Emílio Fogaça tiveram acesso, em 2006, aos líticos exumados por Niède e Fábio Parenti, reconheceram imediatamente a ação do homem naqueles materiais:

“As peças revelam uma cadeia operatória subjacente de produção de artefatos que a natureza jamais conseguiria produzir, ao acaso. Mas, lamentavelmente – e, mais uma vez, para meu desespero – os resultados da análise conduzida por Boëda e Fogaça foram publicados em português, nos anais de um simpósio local, organizado pela Fumdam, em 2007. Pode?” (Bastos, 2010, p. 19)

É preciso mencionar também alguns trabalhos acadêmicos já desenvolvidos tendo por base a constituição do PNSC. Especificamente sobre conflitos e práticas territoriais na área do Parque, há um trabalho de conclusão de mestrado de Claudia Levy, pela UNICAMP, defendido em 2006 e intitulado *Gestão e Usos do Território: conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil*. É interessante a reflexão sobre a patrimonialização da natureza como instrumento de poder, as verticalidades e as horizontalidades que compõem o campo de conflitos entre a gestão e os usos de determinados territórios. Essa ideia reforça o conceito já abordado de que o patrimônio se posiciona, ao mesmo tempo, como instrumento e campo de lutas.

Para Levy, o Parque é tido como uma prótese territorial inscrita sobre práticas socioespaciais pré-existentes. Ele serviria como normatizador e restringiria os usos do território construídos historicamente pelas populações rurais que lá viviam antes do decreto de criação do Parque. A autora reconhece alternativas de gestão criadas para desenvolvimento da região, mas considera que a FUMDHAM, como órgão gestor, impôs de maneira vertical e autoritária seus projetos. Acredita ainda que a Fundação encontra-se ilhada de apoio popular e que os objetivos traçados com os projetos de educação, apicultura e outros não foram alcançados.

Há antigos conhecedores do Parque, como será mostrado adiante, que divergem sobre esse último item e afirmam que a Fundação atingiu os objetivos propostos com o desenvolvimento da apicultura e da cerâmica e também com as atividades de reforço escolar, apesar de todas as dificuldades financeiras. Outro ponto a ressaltar é que o trabalho de Levy não faz referência à grande responsabilidade do governo federal pela resolução dos conflitos inescapáveis causados pela criação do Parque relacionados à moradia e à geração de emprego e renda - como foi explicitado no texto de Maria Cristina Pompa (1987), que logicamente não podem ser completamente delegados à Fundação cogestora do Parque, como tampouco dizem respeito apenas ao Ministério do Meio Ambiente.

Outro trabalho é de Síría Emerenciana Nepomuceno Borges que defendeu, em 2007, pela Universidade Federal do Piauí, a dissertação de mestrado intitulada *Invenção do Patrimônio Mundial: Parque Nacional Serra da Capivara-PI*. A intenção era problematizar e desnaturalizar as práticas discursivas construídas em torno do patrimônio arqueológico pré-histórico do Parque. “Portanto, o objetivo é investigar essas práticas discursivas que se utilizam das relações entre espaço, memória, história,

legislação e educação, para conferir visibilidade e sentidos a Serra da Capivara, como patrimônio mundial.” (Borges, 2007, pg.28)

O trabalho traz considerações interessantes, inclusive sobre o início do povoamento das Américas. Nesse ponto, há um depoimento de Niéde Guidon a respeito de seu objetivo de pesquisa:

“Todos partem do pressuposto de que estamos estudando a origem do homem americano. Nosso programa de pesquisa é outro. Iniciei as pesquisas partindo da hipótese de que, tratando-se de uma região de fronteira entre duas grandes formações brasileiras, o escudo pré-cambriano da depressão periférica do São Francisco e a bacia sedimentar Maranhão-Piauí do período devoniano-permiano, haveria uma profusão de ecossistemas diferentes, o que aumentaria a quantidade e diversidade dos produtos naturais disponíveis. Esse fato poderia ser o gerador de condições favoráveis para o desenvolvimento de culturas diferentes e, principalmente, de grandes culturas nesta região. Estudamos também todo o processo de evolução climática e da paisagem, desde a chegada do homem até hoje. Essa hipótese se mostrou verdadeira e até hoje estamos descobrindo novos sítios, figuras rupestres que foram comparadas pelos técnicos da UNESCO às pinturas das grutas francesas, sendo classificadas como obras-primas da humanidade. A quantidade de sítios, de pinturas, gravuras, material lítico e cerâmico demonstra uma presença antiga e contínua. Portanto, se enganam aqueles que pensam que estamos pesquisando para descobrir o mais velho ocupante da América. Se os sítios mais antigos tivessem 9.000 anos, continuaríamos com o mesmo programa.” (Borges, 2007, p.101)

3.1.6 Parceiros

Desde a década de 1980, Niéde já ministrava palestras em congressos e eventos de arqueologia com vistas à divulgação do patrimônio encontrado no Parque. Nessas ocasiões, convidava os participantes a conhecerem a região e organizava essas idas ao Parque.

Foi em 1986, fruto de reunião realizada em Campinas e promovida por Niéde com pesquisadores da UNICAMP, da FIOCRUZ e outra pesquisadora da França, Anne-

Marie Pessis, que se deu a criação da Fundação Museu do Homem Americano, com objetivo principal de iniciar de fato a proteção do Parque. A partir disso, e da presença constante de Niéde em Brasília, conseguiu-se que fosse feita a demarcação da área do Parque pelo então IBDF no mesmo ano de 1986.

Pode-se dizer que a FUMDHAM nasceu, portanto, já tendo como parceiras instituições brasileiras de referência em pesquisa, como FIOCRUZ e UNICAMP. Os pesquisadores de ambas faziam visitas ao menos anuais ao Parque, acompanhados de alunos e de outros pesquisadores. O governo francês, representado por diversos pesquisadores, entre eles a própria Niéde Guidon, pode ser considerado o primeiro parceiro internacional do Parque.

Naquela mesma reunião, em Campinas, o grupo criador da FUMDHAM resolveu criar o Projeto Educação, Saúde e Desenvolvimento Sustentável junto com o governo italiano através da Organização Não-Governamental *Fondazione Terra Nuova* de Cooperação Internacional. A indicação foi da já citada Cristina Pompa, antropóloga, e Fábio Parenti, arqueólogo, ambos pesquisadores italianos e membros da Fundação. Iniciava-se, então, a segunda parceria internacional desenvolvida pela FUMDHAM para benefício do Parque. Com isso, investiu-se em educação (construção de escolas) e saúde (construção de um Centro de Saúde com formação de diversos agentes locais – o Centro foi municipalizado posteriormente).

Através dessa parceria foi possível desenvolver estudo sobre a viabilidade da agricultura na região. Adauto Araújo, pesquisador que também participou do processo de criação da FUMDHAM e acompanhou a parceria desenvolvida com a Agência *Terra Nuova*, relata (em entrevista de 12 de novembro de 2009) que “pesquisadores italianos testaram plantas, não só com fins comestíveis, mas também com fins ornamentais.

Algumas até podiam ter alguma viabilidade, ocorre que a população local, que não tem nenhuma tradição nisso, não seria capaz de se sustentar. O isolamento entre os povoados daquela região era tão grande que mesmo entre eles havia divergência nos usos das plantas tidas como de uso medicinal.”

Há depoimentos de Niéde Guidon a esse respeito em entrevista ao Museu da Pessoa, em 2007:

“Eu sugeri ao INCRA, há dois ou três anos atrás, quando eles começaram a assentar gente aqui, eu disse: Olha, ao invés de botar uma pessoa, desmata tudo, toca fogo, planta, vem a seca, não tem nada. Por que vocês não ensinam a cultivar cactos? O cacto é uma planta, as plantas ornamentais, a caatinga tem umas trepadeiras lindíssimas que vivem na seca, estão acostumadas, o cacto dá na seca. O México como deserto planta cacto, exporta cacto. As floriculturas do Rio, de São Paulo compram cactos do México. Uns cactos em Paris *desse tamanho* valem sessenta, setenta euros! Então ensina a cultivar cactos, não precisa desmatar, não vai estragar a natureza e eles vão ganhar dinheiro vendendo cactos”.(Museu da Pessoa, 2007)

Mas a justificativa foi a de que era preciso plantar comida, pois tratava-se de agricultura familiar, para indignação de Niéde:

“Ele não pode plantar cactos, vender e ir ao supermercado comprar? Não tem que plantar comida! Eles plantaram e estão todos morrendo de fome. Quer dizer, é isso que eu digo, entende? Eu acho que, para o país crescer, nós precisaríamos que os políticos entendessem que eles podem ser muito *bam-bam-bam* pra política, mas que, para fazer algo que dê certo, precisa ter o conhecimento científico. Por que eles não fazem aquilo que um cientista diz? Por que eles não fazem estudo da região, da seca, dos problemas? É areia, o solo é pobre, não adianta. Nós fizemos esses estudos por três anos, mas eles não usam hoje isso, entende? Então eles querem agradar o povo logo, mas isso significa o quê? O povo pode estar contente, mas não vai para a frente. Enquanto se tentar a agricultura aqui na região, vai continuar a ser pobre, e os cactos poderiam ser uma grande saída.” (Museu da Pessoa, 2007)

Sobre a parceria com a Agência *Terra Nuova*, especificamente na área de saúde, o Centro, instalado em um dos povoados do entorno do Parque, fazia inicialmente atendimento diário de cerca de 500 pessoas (Figura 51), pois era o único atendimento de

saúde daquela região. A FIOCRUZ auxiliava no funcionamento do Centro transportando de carro, do Rio de Janeiro a São Raimundo Nonato, vacinas e geladeiras portáteis para as campanhas de vacinação infantil, que até então inexistiam no local - só mais tarde esse serviço passou a ser municipalizado. Pessoas dos diversos povoados buscavam atendimento no Centro. Com o passar do tempo e com o trabalho das agentes locais de saúde treinadas, que faziam diariamente visitas domiciliares, o número de atendimento no Centro foi reduzido.

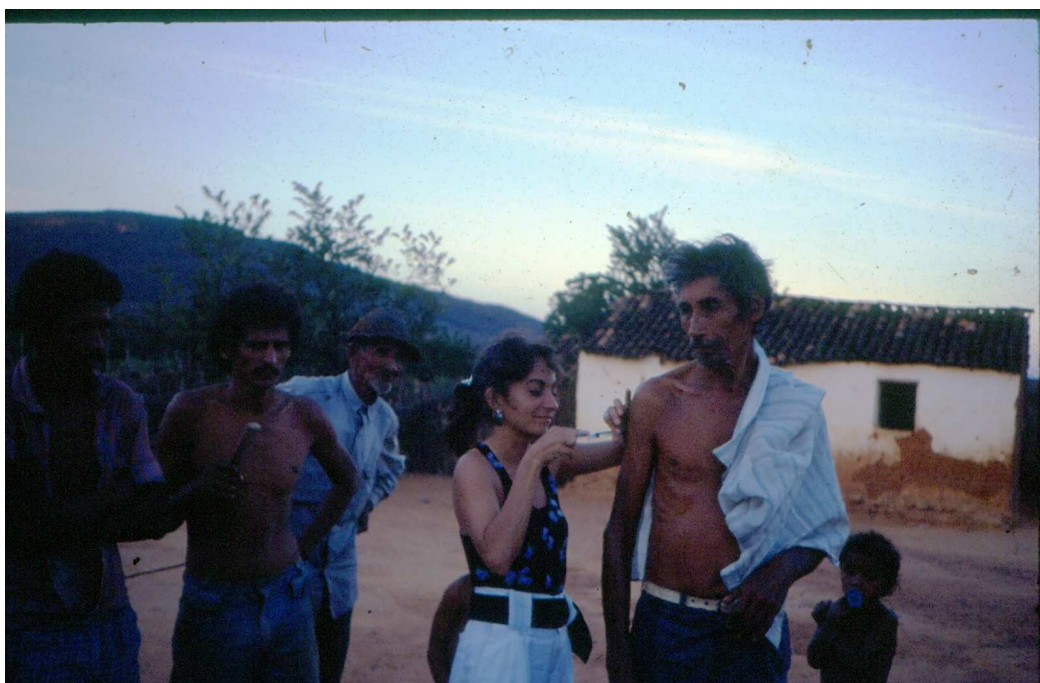


Figura 51) Trabalho de agentes locais de saúde- 1989- Foto Adauto Araújo

A equipe era constituída por um médico italiano, uma enfermeira brasileira e três agentes locais de saúde formadas pelo Projeto. Eles implantaram um programa de saúde da família (Figura 52). Com isso, os casos de morte de crianças por diarreia, o que era extremamente comum no início do Projeto, foram a zero, bem como os casos de morte por doenças imunoprevisíveis. O Projeto formou também 15 técnicos em exames laboratoriais.



Figura 52) Vacinação Infantil- 1989 - Foto Adatao Araújo

Em relação à área de educação (Figuras 53, 54 e 55), o Projeto previa a adoção, pela Cooperação Italiana, de cinco escolas pelo período de cinco anos, o que representou a construção desses prédios, desenvolvimento de projeto pedagógico – com formação de professores locais por pedagogos da UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) e aquisição de material didático. Eram os NAC's – Núcleos de Apoio à Comunidade, localizados na zona rural, em povoados do entorno do Parque: Sítio do Mocó, Barreirinho, Serra Vermelha, Alegre e Porteirinha. Começaram a funcionar em 1991 e eram escolas de horário integral – das 7h às 17h. As crianças recebiam refeições, banho, atendimento médico pela FIOCRUZ. Pelo período da manhã tinham aulas do currículo oficial, à tarde, praticavam esportes e aprendiam diferentes manifestações artísticas. Cerca de 200 crianças foram atendidas.



Figura 53) Crianças do Projeto de Cooperação Italiana – Acervo FUMDHAM



Figura 54) Crianças do Projeto de Cooperação Italiana – Acervo FUMDHAM



Figura 55) Música na Escola – Sítio do Mocó – Acervo FUMDHAM

Depois de cinco anos, essas escolas passariam à responsabilidade do governo estadual, o que, na prática, não ocorreu. Por determinado período, o Ministério da Educação assumiu as escolas e também o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - chegou a repassar recursos. No ano 2000, entretanto, foram fechadas a partir da decisão, a nível federal, de que a responsabilidade pelas escolas deveria ser das respectivas prefeituras. Com esse cenário, em 2001, a FUMDHAM criou o projeto Pró-arte FUMDHAM, já citado no capítulo anterior, como forma de suprir essa carência. Hoje, contudo, o Pró-arte enfrenta dificuldades para se manter, conforme relata Niéde em entrevista de 22 de novembro de 2010. A cada ano o programa se inscreve em editais privados em busca de patrocínio. Já foi contemplado por empresas como Oi e Banco Itaú, mas precisou reduzir o número de crianças atendidas, limitou a faixa etária e oferece apenas reforço escolar. Niéde, já em 2005, em

entrevista ao portal ambiental AmbienteBrasil já pregava: “O dia em que o turismo puder realmente funcionar graças ao aeroporto, as escolas reabrirão.”

“Sem aeroporto, todo nosso projeto de desenvolvimento autossustentável, buscando garantir recursos para manter o Parque, os sítios arqueológicos, nosso programa social de educação para as artes, nada vai poder ser mantido. Investimos muito para podermos entrar como sócios em empreendimentos turísticos, mas nada vai funcionar se o aeroporto não for construído.” (Niéde Guidon em entrevista de 13/11/2005 ao Portal AmbienteBrasil)

Niéde refere-se ao acordo de colaboração firmado em 2003 entre FUMDHAM e o grupo investidor italiano *Italian Leisure Group*. A previsão era construir um complexo hoteleiro com 30.000 leitos em quatro anos e outro projeto era desenvolver um parque temático – Arqueópolis. Esses projetos estão pendentes e condicionados à abertura e funcionamento do aeroporto.

Especificamente sobre infraestrutura, em 1992, a FUMDHAM decidiu prover o Parque de infraestrutura turística adequada. O programa consistia em duas etapas: a primeira previa a implantação de um sistema de logística e a construção de guaritas, lixeiras e estradas internas de acesso com o objetivo de que as pessoas pudessem visitar os sítios, que deveriam ser dotados de passarelas, a fim de evitar as quedas. A segunda etapa consistia na instalação de estrutura hoteleira. O início das obras da primeira etapa, de 1993 a 1997, foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo presidente, na época Enrique Iglesias, era amigo de Niéde. Após a visita de Iglesias ao local, o banco enviou técnicos que elaboraram um relatório reafirmando estudos feitos anteriormente de que a agricultura não poderia constituir-se como fonte de sustento para as pessoas da região, pois o solo era pobre, pedregoso e as chuvas eram escassas em vários meses do ano. Dessa forma, a infraestrutura turística para o Parque poderia melhorar a condição de vida da população local. Foi o BID então que financiou

as primeiras obras de estradas internas, guaritas e preparação dos sítios arqueológicos para acolher turistas, além da fábrica de cerâmica (Figuras 56, 57, 58 e 59) e da empresa de produção de mel. Parte do dinheiro foi doado e outra parte corresponde a um empréstimo que a Fundação paga até hoje. A apicultura foi desenvolvida sob o sistema de cooperativas: oferecimento de cursos, equipamentos e roupas adequadas com retorno financeiro do investimento nos cinco anos seguintes. Hoje, São Raimundo Nonato é o segundo maior município produtor de mel do Estado do Piauí. Em relação à cerâmica, atualmente há cerca de 40 pessoas que vivem dessa atividade. Os produtos são exportados para países como Itália, Estados Unidos e Espanha e também vendidos para empresas brasileiras sob venda dirigida ao menos quatro vezes por ano. Algumas dessas empresas: Tok Stok, Pão de Açúcar, Galeria Brasil, Armazém Cariri, Casa Vila Madalena, Borali etc.

Mas o BID não poderia financiar a infraestrutura hoteleira e Niéde resolveu então ir a Brasília, onde passou a ter reuniões frequentes com o ministro do Meio Ambiente e com o próprio Presidente da República. A partir desses encontros, ficou evidente a necessidade de construção de um aeroporto, pois, do contrário, nenhuma agência de turismo incluiria o Parque em seus roteiros. O governo federal seria então o responsável pela sua construção. Elizabeth Drévillon (2011) também descreve alguns detalhes da saga do aeroporto de São Raimundo Nonato, como será mostrado adiante.

Depois de muito insistir na construção desse aeroporto, em 1998, Niéde recebe a ligação do então vice-presidente da República, Marco Maciel, dizendo que o dinheiro para a sua construção, o equivalente a 15 milhões de dólares, havia acabado de ser liberado ao Estado Maior da Aeronáutica em Recife. Com essa notícia, a FUMDHAM resolve contratar um escritório suíço especializado em turismo com o objetivo de

responder as seguintes questões: quantos turistas poderiam ser atraídos por ano? Quantos hotéis deveriam ser construídos? Qual seria o montante do investimento necessário? Em quantos anos se daria o retorno do investimento da FUMDHAM? Depois de alguns meses, o estudo estava pronto. O Parque poderia acolher cerca de três milhões de turistas por ano e o retorno do investimento se daria em cinco anos. Quanto aos hotéis, seria aconselhável construir um hotel de luxo (quatro ou cinco estrelas) e dois outros de duas ou três estrelas para os orçamentos mais modestos. Para poder construir os hotéis era necessário adquirir os terrenos. Niéde e Anne Marie Pessis decidem adquiri-los. Contudo, a FUMDHAM não tinha condições de arcar com essa conta, de cerca de 650.000 dólares, que acaba sendo paga pelas duas.

Três meses depois da ligação de Marco Maciel, e ainda sem notícia dos 15 milhões de dólares repassados, Niéde volta a procurá-lo em Brasília. O vice-presidente confirma que o dinheiro já havia sido liberado para Recife. Niéde vai então ao Estado Maior da Aeronáutica em Pernambuco e é recebida pelo chefe do Estado Maior. Ela questiona por que os trabalhos de construção não haviam ainda começado, uma vez que o dinheiro já havia sido supostamente liberado. Ele confirma o repasse do dinheiro liberado por Brasília ao Governo do Piauí, que estava responsável por gerenciar a construção do aeroporto, e mostra inclusive os documentos que comprovam a operação.

“O fato de o dinheiro não ter sido investido no aeroporto não surpreendia Niéde, já que o governador do Estado (em 1998, Francisco de Assis Moraes Souza) defendia que aeroporto era coisa de rico e que os pobres precisavam mesmo era de uma estrada ligando São Raimundo Nonato a Caracol. Justamente esse era o ano que o governador estava concorrendo à reeleição. O governador decidiu usar o dinheiro para construir a estrada, mas no dia seguinte a sua reeleição os trabalhos foram paralisados e a estrada só foi concluída em 2009, durante o mandato de Wellington Dias (sucessor de Moraes Souza). Moraes Souza era conhecido como mão santa e sua esposa como mãe dos pobres ou Evita do Nordeste. Ele se considerava o protetor dos pobres e na verdade era um megalomaniaco muito influente que,

decidido em manter seu poder, fraudou as eleições em 2001 e sua eleição foi anulada pelo tribunal eleitoral.” (Drevillón, 2011, p.142, tradução nossa)

Naquele mesmo ano de 1998, Niéde volta a pressionar o governo federal para que cobre alguma atitude em relação ao Governo do Piauí. O presidente Fernando Henrique Cardoso inclusive faz uma visita ao Estado, com o objetivo de que o Piauí apoiasse o projeto do aeroporto, porém sem sucesso. Niéde volta a viajar regularmente à Brasília e pressiona o governo federal, mais uma vez, para que consiga o dinheiro para o aeroporto.

Suas tentativas não são em vão: em 2004 o governo federal liberou seis milhões de reais para a obra. Dessa vez, o então governador, Wellington Dias, faz a licitação da obra e a maioria das empresas oferece propostas na faixa de nove milhões de reais. Contudo, uma pequena empresa do Piauí é a vencedora, com a proposta mais barata, no valor de cinco milhões de reais. “Niéde já antecipa o insucesso: que tipo de empresa poderá construir um aeroporto internacional por esse preço?” (Drevillón, 2011, p.144, tradução nossa)

Depois de iniciar o desmatamento da área, a companhia começa a fazer os trabalhos de terraplenagem da pista de aterrissagem do aeroporto. Em três meses, após concluir os trabalhos de terraplenagem, a empresa pede um aditivo no valor de 12 milhões, que é negado pelo Estado. Dessa forma, ela abandona o canteiro de obras.

“Niéde desabafa: você compreende? Se você fizer as contas, entre 1998 e 2004, o governo federal liberou o equivalente a 15 milhões de dólares e mais seis milhões de reais, o que dá mais de 21 milhões. Eu não posso fazer acusações, mas eu posso perguntar. Onde foi parar o dinheiro? Toda vez que o governo federal liberou o dinheiro ele desapareceu. Aqui as pessoas dizem que o dinheiro evaporou e acham graça. Somente no dia que eles compreenderem que esse dinheiro lhes pertence, que são seus milhões, talvez aí eles não rirão mais.” (Drevillón, 2011, p.145, tradução nossa)

Em 2007, por meio do Ministério do Turismo, o governo federal liberou mais 12 milhões ao Estado do Piauí para as obras do aeroporto. Naquele ano, o governador do Estado garantiu que ele estaria pronto em 2008, pois estava convencido de sua importância para o Estado do Piauí. Drevillón (2011) relata que o aeroporto só deverá estar operacional em 2011, mas que, de certa forma, o governador cumpriu sua promessa, pois, em junho de 2009, aterrissou o primeiro avião de grande porte no aeroporto, transportando dezenas de cientistas para o já citado Congresso da Federação Internacional de Organizações de Arte Rupestre na Serra da Capivara. Havia uma pista internacional, mas não havia terminal para acolher os passageiros, tampouco zona *dutty free*, restaurantes ou banheiros.

De acordo com a matéria citada anteriormente e intitulada Aeroporto deve proteger a arqueologia – Serra da Capivara: maior acervo de pinturas rupestres do mundo aguarda os benefícios da renda do turismo, publicada no jornal Valor Econômico, em 25/03/2011, acredita-se que o desenrolar dessa história deve estar próximo. Se mais R\$5 milhões de uma emenda ao Orçamento da União apresentada pelo deputado federal Paes Landim (PTB-PI), aprovada em 2010, forem liberados conforme o previsto, o terminal de passageiros deve ser concluído em seis meses, quando finalmente o aeroporto de São Raimundo Nonato terá condições de receber voos regulares.



Figura 56) Cerâmica Serra da Capivara – identificação - Foto Adriana Martins



Figura 57) Cerâmica Serra da Capivara - Foto Adriana Martins



Figura 58) Cerâmica Serra da Capivara - Forno - Foto Adriana Martins



Figura 59) Cerâmica Serra da Capivara - Loja - Foto Adriana Martins

Hoje, São Raimundo Nonato é o principal município da região em razão do Parque, que é o único vetor de desenvolvimento.

“O problema principal é que podemos conseguir recursos junto a organismos internacionais para construir novas estruturas, abrir estradas, construir uma guarita. Mas nenhum organismo internacional financia os salários do pessoal necessário para a vigilância, manutenção, proteção e conservação das pinturas. Isso tem que ser financiado pelo governo do Brasil, pois o Parque e os sítios são um patrimônio da nação brasileira.” (Niéde Guidon em entrevista de 13/11/2005 ao Portal AmbienteBrasil)

Como consta no já citado Plano de Ação desenvolvido por IBERTUR e Universidade de Barcelona (2008), os recursos que, nos últimos anos permitiram a manutenção, vigilância e condução do Parque foram proporcionados principalmente pela Petrobras, assim como em diferentes medidas pela Embratel, Telemar, BNDES, Volkswagen, Bradesco, Chesf, Vale e Correios através de recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também financiaram várias obras e instalações.

CONCLUSÃO

O patrimônio arqueológico nacional nunca esteve no foco das atenções do governo no Brasil, mesmo durante o período de reforço na constituição do Estado Nacional, na década de 1930, quando temas como proteção de bens culturais e identidade nacional tiveram relevância. Nesse sentido, é interessante ter em mente que o patrimônio serve para unificar uma nação (Canclini, 1994), entretanto, as desigualdades na sua apropriação fazem com que constitua um espaço de luta material e simbólica entre as classes e grupos sociais, e como tal deve ser analisado. O Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) representa um claro exemplo disso.

O decreto de 20 de novembro de 1937 já definia patrimônio histórico e artístico nacional como conjunto de bens móveis e imóveis, entre eles os de excepcional valor arqueológico. Mas foi no exercício de tombamento que se pode verificar qual o real significado atribuído aos bens. O conjunto eleito representava um país extremamente católico, patriarcal e urbano, com destaque para Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, todos vinculados a importantes ciclos econômicos nacionais.

A descoberta do patrimônio arqueológico da região da Serra da Capivara, no Piauí, por pesquisadores brasileiros e franceses na década de 1970, despertou grande interesse entre estudiosos no Brasil e no exterior. O Parque foi criado por decreto em 1979, mas sua área só foi demarcada quase 10 anos depois, em 1987, quando técnicos

designados pelo governo federal chegaram ao local. Esse movimento, em prol da preservação do patrimônio cultural e natural daquela área, estava em sintonia com a consciência preservacionista surgida na sociedade brasileira na década de 1980 e cujas raízes não estavam na ação do Estado, mas sim na atuação da comunidade científica e de organizações não-governamentais. É também nesse período que surge a expressão “patrimônio cultural não-consagrado” para abranger a produção dos indígenas, dos negros e de outros grupos marginalizados. Porém, os bens tombados dentro dessa perspectiva foram muito poucos e o tombamento ainda permanecia como único instrumento para a preservação.

Não é de causar estranhamento, portanto, as declarações feitas pelos moradores da área hoje ocupada pelo Parque Nacional Serra da Capivara e relatadas pelas antropólogas Maria Cristina Pompa (1987) e Emília de Godoi (1998). Eles também desprezavam a herança indígena na sua ascendência. Os índios, ou caboclos brabos, como chamavam, habitavam os lugares selvagens, as tocas de onças, onde havia pinturas rupestres, ou seja, pinturas dos índios. Vitorino Dias, o vaquejador, foi quem exterminou os índios dali e começou a grande família que ali está até hoje. Daí o estranhamento desses moradores causado pelo interesse de tantos pesquisadores naquelas tocas, pinturas e vestígios materiais, como foi ilustrado no terceiro capítulo.

Caberia aqui, inclusive, utilizar-se novamente das palavras de Bourdieu (2001 *apud* Carvalho; Vieira, 2007) sobre capital simbólico e legitimidade. Segundo ele, a posição de cada ator no campo social é definida pela quantidade e valor do capital que detém e que pode ser convertido, no campo, em capital simbólico. Esse último, por sua vez, se caracteriza pelo reconhecimento desse recurso pelos demais atores sociais e pelo valor dado por esses atores a esse capital em particular. O Estado é reconhecido como

ator no campo social e goza de legitimidade ao construir uma identidade nacional composta por elementos urbanos, católicos e patriarcais, como foi feito durante os 31 anos (de 1936 a 1967) em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)).

Sem dúvida, o conceito de patrimônio foi ampliado desde a década de 1930 até os dias atuais, muito em razão da Constituição de 1988 e da criação do decreto número 3.551 de 2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como instrumento de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro. Ou seja, há, recentemente, um contexto favorável à maior abrangência tanto do conceito de patrimônio cultural como da ampliação das políticas públicas de preservação.

Tal cenário apresenta, desde a década de 1990, um novo ator no campo social: a iniciativa privada. Isaura Botelho (2001), citada nesse trabalho, ressalta alguns equívocos causados quando, por omissão ou por escassez de recursos, os poderes públicos deixam as decisões sobre o que se produz em termos de arte e cultura nas mãos dos setores de marketing das empresas. Com as leis de incentivo à cultura, especialmente a Lei Rouanet, o financiamento a projetos assumiu o primeiro plano do debate do país, quando deveria ser o contrário: a política pública é que deveria determinar como se daria o financiamento. Nessa lógica, beneficiam-se os projetos que oferecem maior retorno de imagem aos patrocinadores, como os de maior circulação (peças de teatro ou espetáculos de dança), os que atraem grande público (festivals, shows, orquestras), os mais bem localizados e de fácil acesso (museus ou centros culturais na região Sudeste do país), os que têm maior potencial de mídia (filmes, feiras, bienais). Esses são só alguns exemplos de uma lógica de financiamento a projetos

culturais cada vez mais estruturada no país. Os parques arqueológicos, no geral, não se enquadram em nenhuma dessas categorias, ou seja, têm pouco poder de atração para que empresas se interessem em patrocinar suas ações de pesquisa arqueológica e, menos ainda, em financiar suas atividades de manutenção. E este é justamente o ponto mais crítico do Parque Nacional Serra da Capivara: obter recursos para conservação dos mais de mil sítios arqueológicos já descobertos; para limpeza, segurança e conservação dos seus quase 130 mil hectares de área, com estradas internas, trilhas, guaritas. A responsabilidade legal sobre isso é do governo federal, pois trata-se de um parque nacional, e o governo, por sua vez, recorre às estatais: BNDES, Correios, Caixa e, especialmente, Petrobras, que patrocina as atividades de manutenção do Parque através de contratos anuais de patrocínio desde 2004. Mas nem por isso ele escapa da lógica capitalista de financiamento a projetos, tendo que recorrer à Empresa ou ao governo a cada ano para pedir renovação de contrato e sendo cobrado cada vez mais a oferecer retorno satisfatório de imagem.

A verdade é que, como ressaltou a coordenadora regional de Parnaíba/Piauí do Instituto Chico Mendes para Biodiversidade (ICMBio), Eugênia de Medeiros, em entrevista para essa dissertação, o orçamento destinado pela União para as Unidades de Conservação (entre elas os parques nacionais) é muito pouco e, no caso do PNSC, é gasto inteiramente com salários dos vigilantes, dos demais funcionários e com a manutenção do centro de visitantes. E os valores repassados pela Petrobras a esse projeto, através de seus contratos de patrocínio via Lei Rouanet, são integralmente destinados às atividades de manutenção na medida do mínimo necessário para que o Parque continue a existir. A situação é tão crítica que uma das ameaças apontadas pela Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável (IBERTUR) e

Universidade de Barcelona (2008) é a possibilidade de o Parque entrar para a lista dos sítios de Patrimônio da Humanidade em perigo, pela UNESCO, caso o governo do Brasil não garanta os recursos para sua manutenção e preservação.

Os poucos recursos públicos federais impede que o Parque consiga garantir sua manutenção e a perspectiva de aumento de seu número de visitantes – sob a ótica do turismo – se apresenta como possível solução. Tal caminho já deu origem a estudos, diagnósticos, campanhas de divulgação, mas também, como será visto, não foram capazes de conferir ao Parque Nacional Serra da Capivara os recursos para sua autossustentação. Apesar de todas essas dificuldades, e graças aos parceiros, em especial o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que contribuiu fortemente com o desenvolvimento da infraestrutura turística adequada, o Parque passou a ter capacidade para receber três milhões de turistas por ano. Entretanto, esse número fica em torno de 14 mil pessoas por ano. Não é possível falar disso sem mencionar as péssimas condições de acesso ao Parque por via rodoviária.

Há também argumentos de que o Parque é pouco conhecido porque é pouco divulgado. Nesse sentido, convém citar algumas campanhas realizadas pelo governo federal, já explicitadas nesse trabalho, como uma das ações derivadas do Plano Aquarela ou Plano de Marketing Turístico Internacional, entre elas o espaço *web* (www.braziltour.com/heritage) destinado a promover os lugares declarados como Patrimônio Cultural da Humanidade. O Parque Nacional Serra da Capivara aparece como sugestão de destino turístico, com imagens e textos sobre dias e horários de funcionamento e como chegar. O portal (último acesso em 14 de maio de 2011) informa:

“Para quem vai conhecer a Serra da Capivara de avião, a melhor maneira de chegar é pelo município de São Raimundo Nonato, que fica a apenas 30 km do parque. Ali há um campo de pouso habilitado para receber pequenos aviões. Vôos comerciais chegam diariamente ao aeroporto da cidade pernambucana de Petrolina, a 270 km do parque.

De carro, o trajeto deve ser feito pela BR-343 até a cidade de Floriano, seguindo pela PI-140, até São Raimundo Nonato. Para quem sai do Sul do país, o melhor caminho é por Petrolina/PE.”
(http://www.braziltour.com/heritage/html/pt/pc_des_chg_serradacapivara.ph)

O texto é honesto em dizer que trata-se de um campo de pouso em São Raimundo Nonato, já que não há terminal de passageiros ou banheiros para recebê-los, mas omite a informação de que a distância entre a cidade de Petrolina e o Parque é percorrida num tempo médio de sete a oito horas, de carro, em razão do péssimo estado de conservação da rodovia. Ou seja, mais do que o dobro do tempo que levaria numa estrada em boas condições. E a situação não é muito diferente para quem vem de Teresina. Síría Emerenciana Borges, que realizou pesquisa de campo em São Raimundo Nonato para a sua já citada dissertação de mestrado, fez a seguinte observação sobre a estrada São Raimundo Nonato – Teresina:

“Às 13:00h já estava dentro do ônibus retornando a Teresina. A estrada ruim, ônibus desconfortável, sujo e quase dez horas de viagem me fizeram perguntar: quantos turistas seriam capazes de visitar o Parque Nacional Serra da Capivara nessas condições?” (Borges, 2007, p.43)

Fato recente: em 2011 foi concluída nova estrada ligando Petrolina a São Raimundo Nonato passando pelos municípios de Afrânio e São João do Piauí, num total de 374 km. Trata-se de estrada (via BR 407 e PI 459) utilizada pela Vale, Companhia Mineradora, que possivelmente pressionou o governo para que a concluísse. Em junho a informação era de que os ônibus de linha partindo de Petrolina a São Raimundo Nonato ainda utilizavam a estrada antiga.

A questão é: resolve investir grandes montantes em divulgação, como os R\$8 milhões destinados em 2008 para o desenvolvimento da campanha “Se você é brasileiro está na hora de conhecer o Brasil” - cujo objetivo era alavancar o turismo interno brasileiro e tendo entre os destinos divulgados o PNSC, sem oferecer condições razoáveis de acesso a eles?

Ainda sobre o aeroporto de São Raimundo Nonato, não é raro ouvir comentários do tipo: “Que ideia maluca essa de ter aeroporto internacional no interior do Piauí.” Resta pensar: por que podemos ter aeroporto internacional na cidade de Pelotas ou de Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, mas não se poderia ter a mesma coisa no Piauí onde existe a maior concentração de sítios pré-históricos e o maior museu a céu aberto do mundo, para falar o mínimo? Isso leva a refletir novamente sobre a luta material e simbólica, citada por Canclini, derivada das desigualdades na apropriação do patrimônio de uma nação. E também leva a pensar em Bourdieu e questionar: o Piauí não tem capital simbólico suficiente para ser reconhecido no campo social como ator legítimo? Ou ainda: o patrimônio arqueológico brasileiro não poderia almejar o mínimo de reconhecimento e visibilidade? Mais sério do que isso: os moradores do sertão do Piauí que vivem na miséria, muitos deles sem acesso nem mesmo a saneamento básico, estão condenados a viver naquelas condições?

Nesse sentido, vale voltar aqui a Maria Cecília Londres da Fonseca (2003), uma das maiores analistas de patrimônio no Brasil, e lembrar que, em termos de política pública, é necessário ter como base critérios de representatividade para que diferentes grupos possam se reconhecer dentro de um conceito de identidade cultural brasileira, ou dentro de um conceito de nação; conceitos esses que políticas de patrimônio bem estruturadas deveriam levar em conta através do mapeamento de conteúdos simbólicos.

Do contrário, afirmações como a do ex-governador do Piauí, Francisco de Assis Moraes Souza, de que aeroporto é coisa para rico e que pobre precisa mesmo é de estrada, continuarão encontrando eco. É importante lembrar que, com esse argumento, ele, em 1998, utilizou o equivalente a 15 milhões de dólares destinados pelo governo federal para construção do aeroporto de São Raimundo Nonato para supostamente construir uma estrada entre os municípios de São Raimundo Nonato e Caracol. Certamente causa indignação saber que, além desses 15 milhões de dólares liberados pelo governo federal em 1998, outros seis milhões de reais foram repassados em 2004 e mais 12 milhões de reais foram destinados à construção desse mesmo aeroporto em 2007. Para que seja possível concluir o terminal de passageiros, ainda são necessários cinco milhões de reais de uma emenda ao Orçamento da União aprovada em 2010. Quantos aeroportos internacionais se poderia construir com R\$38 milhões – que é aproximadamente o valor já repassado pelo governo federal para a construção de um único aeroporto – num período de 13 anos (de 1998 até hoje)? Segue depoimento de Niéde Guidon:

“Eu devo reconhecer que eu não acreditava mais. Com esse aeroporto, assim que ele for terminado, nós poderemos finalmente fazer acontecer coisas concretas, pois veja você, o que é criminoso é fingir querer o desenvolvimento, dar às pessoas falsas esperanças. De fazê-los crer que com o biodiesel eles sairão da miséria. A única coisa que os políticos sabem fazer nesse país é ajudar os pobres a continuarem pobres. Ajudar os ignorantes a continuarem ignorantes. Com isso ninguém pode se contrapor a seus interesses políticos. Quem vai se rebelar? Ninguém. Aqui, as pessoas são totalmente submissas à autoridade, nós pagamos por anos de ditadura e lavagem cerebral. As pessoas aceitam as humilhações sem reclamarem.” (Drevillón, 2011, p.155, tradução nossa)

É preciso reverter a lógica de que os pobres tem de ser sempre pobres. Estudos de diversas organizações independentes, nacionais e internacionais, já concluíram que a única alternativa economicamente viável para aquela região de São Raimundo Nonato e

municípios vizinhos é o turismo através do Parque. Daí a necessidade de se investir em educação ambiental, educação patrimonial, infraestrutura e formação de pessoal.

Como também foi apontado pelo estudo desenvolvido pela Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável (IBERTUR) e Universidade de Barcelona, há diversos pontos fracos diretamente relacionados ao desenvolvimento do Parque e ainda não solucionados, como: indiferença e desconhecimento por parte da população local sobre o valor do Parque enquanto patrimônio mundial; pobreza das comunidades circundantes; escassa infraestrutura médica, de malha rodoviária e de serviços, entre outros. Contudo, é preciso ressaltar que, desde a década de 1970, muito já foi feito em termos de educação patrimonial e ecológica, primeiramente pelos pesquisadores da Missão Franco-Brasileira, e depois, e até hoje, pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), algumas vezes em parceria com o IPHAN, no sentido de conscientizar os moradores sobre a importância daquele bem patrimonial em especial para a melhoria de sua própria condição de vida.

Nesse sentido, o Parque é citado como o mais importante trabalho de turismo arqueológico no Brasil e como exemplo de sucesso de como o turismo ecológico pode e deve ser aproveitado como fonte geradora de cidadania cultural, saber e desenvolvimento socioeconômico (Bastos, 2006). Novamente é importante citar a antropóloga Cristina Pompa. Ela participou do trabalho de educação ecológica desenvolvida pela Missão Franco-Brasileira junto aos moradores do povoado Zabelê, na década de 1980, e testemunhou o quanto isso contribuiu para o sucesso da demarcação da área do Parque e do processo de indenização das famílias retiradas da área demarcada. Cristina Pompa (1987) explica que, enquanto era feito o trabalho de levantamento fundiário, os técnicos do IPARJ (Instituto de Pesquisa Antropológica do

Rio de Janeiro) e alguns membros da Missão desenvolveram ações preliminares de “educação ecológica”. “Pela primeira vez os camponeses puderam perguntar “O que é, afinal, esse Parque?” As demoradas e repetidas explicações serviram, em parte, para esclarecer as dúvidas e modificar a imagem que tinha se construído durante todos esses anos.” (1987, p.16) A autora se refere à desconfiança dos moradores em relação aos atores identificados como políticos, não só os candidatos a cargos públicos e seus ocupantes, mas também os órgãos públicos, como o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), à época responsável pela demarcação do Parque, e também o próprio IPARJ, designado pelo IBDF para aquela função e, portanto, reconhecido entre os moradores como agente político.

Muitos integrantes da Missão Franco-Brasileira, entre eles a própria Cristina Pompa e Niéde Guidon, foram os fundadores da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), criada em 1986, da qual Niéde é diretora-presidente. A FUMDHAM mantém acordo de cogestão do PNSC firmado desde 1988, primeiramente com o então IBDF, hoje IBAMA (órgão do Ministério do Meio Ambiente) cuja subdivisão responsável pelas Unidades de Conservação (entre elas os parques nacionais) é, desde 2007, o Instituto Chico Mendes para Biodiversidade.

A Fundação trabalhou, desde o começo, em duas frentes bem definidas: a pesquisa científica multidisciplinar e a valorização e integração da população local, num projeto baseado na autossustentação regional. Dessa forma, desenvolve, até hoje, pesquisas interdisciplinares que abrangem o estudo da interação homem-meio desde a pré-história aos dias atuais. A Fundação enfrenta dificuldades em manter seu programa de arte e educação (Pró-Arte FUMDHAM) criado em 2000 e destinado a crianças e jovens carentes. A cada ano o programa se inscreve em editais privados em busca de

patrocínio. Ele já foi contemplado por empresas como Oi e Banco Itaú, mas precisou reduzir o número de crianças atendidas, limitou a faixa etária e atualmente oferece apenas reforço escolar. Também o Festival Interartes, cuja primeira edição foi em 2003 e que já havia sido incorporado ao calendário pela população local como oportunidade de desenvolvimento, fonte de renda e valorização social, não consegue manter edições anuais por falta de patrocinador.

Mais uma vez cabe citar o estudo de IBERTUR e Universidade de Barcelona que traz informações relevantes, dessa vez, sobre recomendações para o Parque. Um dos itens recomendados é a revisão do plano de gestão do PNSC e elaboração de um planejamento turístico sustentável. A proposta é desenvolver medidas de preservação do patrimônio arqueológico e natural da área, aumentar a área de preservação permanente, evitar saturação turística, garantir conforto e comodidade aos visitantes, definir estratégias para melhorar as condições de vida da população e a educação de crianças e jovens, bem como gerar oportunidades de emprego. O plano deve também contemplar a regularização e o desenvolvimento do ecoturismo e de esportes de aventura. Isso implica na criação de circuitos relacionados com o turismo de natureza, que permita a observação e compreensão da flora e da fauna, com guias especializados, e estabelecimento de áreas preparadas para a prática de esportes de aventura. O estudo ressalta a necessidade de continuar e reforçar o programa integral de educação patrimonial a fim de sensibilizar a população a respeito do Parque.

Outro item que merece destaque é o desenvolvimento de um plano de renovação urbana e infraestrutura turística para São Raimundo Nonato e municípios vizinhos. Trata-se especificamente de acesso terrestre e aéreo, saneamento básico, telefonia móvel, conexão à *internet*, rede de hotéis, restaurantes, pontos de informação turística,

pontos de venda de produtos locais, hospitais e postos de saúde, bancos ou casas de câmbio, centros de entretenimento noturno, entre outros.

Por fim, as duas instituições espanholas sugerem uso mais expressivo da marca “Patrimônio Cultural da Humanidade” e ressaltam que a estratégia de turismo arqueológico deve ser elaborada a nível nacional e deve estar integrada ao Plano Nacional de Turismo Cultural. Pode-se acrescentar a isso a importância, como sugere Isaura Botelho (2001), de integrar ações interministeriais. No caso, seria necessário envolver Ministério da Cultura, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Reforma Agrária, em razão dos assentamentos já realizados, para dizer o mínimo. Nas palavras de Botelho: “A cultura exige a articulação política efetiva de todas as áreas da administração, uma vez que alcançar o plano do cotidiano requer o comprometimento e a atuação de todas elas de forma orquestrada.” (2001, p. 75)

Muito ainda há de ser feito para se alcançar o plano do cotidiano. Embora o PNSC seja referência internacional, cujos valores cultural, histórico e natural constituam importantes atrativos turísticos, eles não são plenamente internalizados como ganhos econômicos e sociais pela comunidade do entorno. (Oliveira Filho, 2007) Esse fato pode estar relacionado a diversos motivos. Um deles refere-se à prática de educação patrimonial na região. De acordo com pesquisa desenvolvida por Sírnia Borges (2007), com 525 alunos de escolas públicas municipais e estaduais de São Raimundo Nonato, o programa de educação patrimonial não é ação contínua e sistemática nas atividades escolares. Somam-se a isso todas as já citadas dificuldades enfrentadas pela FUMDHAM para a manutenção das atividades de reforço escolar e educação para as artes.

“Seria necessário que esses componentes do Patrimônio fossem percebidos como benéficos para a comunidade como um todo através de processos educativos. Informar a população local, sobretudo ao nível do ensino formal, abrir espaços de participação integrando os setores mais jovens, que são os mais permeáveis e que precisam de novas alternativas de atividades, é absolutamente necessário.” (Pessis&Martin, 2002 *apud* Borges, 2007, p.159)

Seguem alguns trechos das entrevistas realizadas por Sírnia Borges (2007, p.194):

Você conhece o Parque Nacional da Serra da Capivara?

Não, porque quando a escola marca a viagem ela não acontece. (Aplicação de Questionário, São Raimundo Nonato, 2006 Unidade Escolar Edith Nobre de Castro, aluno da 5ª série).

Caso queira fazer algumas observações:

A escola me levou para conhecer o Parque Nacional Serra da Capivara, mas na minha opinião, só foi mesmo para conhecer esses lugares, porque não recebi nenhuma aula sobre. (Aplicação de Questionário, São Raimundo Nonato, 2006 Unidade Escolar Epiácio Alves Pamplona, aluno da 7ª série).

Qual o seu conhecimento sobre o patrimônio arqueológico pré-histórico do Piauí?

Insuficiente informado e gostaria de me informar, porque a diretora da escola não se preocupa muito em que aprendamos sobre a nossa região. Às vezes promovem passeios ao Parque Nacional da Serra da Capivara, mas é só com o intuito de diversão. (Aplicação de Questionário, São Raimundo Nonato, 2006 Colégio Nossa Senhora das Mercês, aluno da 8ª série).

Outro motivo para que os atributos culturais, históricos e naturais do Parque ainda não tenham sido completamente internalizados pela população como ganho econômico e social é porque boa parte ainda espera ser diretamente beneficiada pela presença do Parque, como muitos já foram, ou seja, que ele seja efetivamente fonte geradora de renda e instrumento de melhoria da qualidade de vida. A FUMDHAM trabalha desde a sua criação com esse objetivo: geração de emprego e renda e desenvolvimento do turismo, tendo por base um projeto de autossustentação regional. Se em 2008 eram necessários 270 pessoas (conforme citação abaixo), hoje, o Parque, para poder funcionar

de modo adequado, precisaria de algo em torno de 400 funcionários (segundo Niéde Guidon em *talkshow* para o projeto Ver Ciência, em 05 de junho de 2011) e isso representa geração de empregos.

“Nós precisamos, para manter todos os funcionários, para manter toda a proteção e conservação, de R\$ 400 mil por mês. Com isso cria-se 270 empregos no Piauí, que é um estado onde a pobreza é muito grande, onde a seca não deixa a agricultura se desenvolver, e agora nós estamos entrando no terceiro ano de seca, então o turismo era uma solução.” (Depoimento de Niéde, em 29 de janeiro de 2008, no portal <http://portaldaclube.globo.com/noticia.php?hash=0b69e27b84260eb3e1be1c0923e6d421&id=8151&t=Parque%20da%20Serra%20da%20Capivara%20ser%E1%20fechado%20dia%2031>)

Em paralelo a isso, pela nova Lei das Unidades de Conservação⁷, cada Unidade terá que contar com um Conselho Consultivo que deverá envolver outras instituições e também a comunidade. Como o esforço da Fundação é conseguir fazer com que o Parque tenha condições de sobreviver no futuro através do turismo, “a ideia é sugerir que o conselho consultivo proponha uma taxa de turismo ao visitante do Parque e que essa taxa seja para o Parque. Isso só pode ser definido por lei estadual.” (Rosa Trakalo, assessora da FUMDHAM, em entrevista de 22 de outubro de 2009 para essa dissertação)

Mas o projeto de autossustentação elaborado pela FUMDHAM é mais ambicioso que isso. Como já mencionado, foram investidos pela FUMDHAM, através de Niéde Guidon e Anne Marie Pessis, 650 milhões de dólares na compra de terrenos para construção de hotéis e de um parque temático (Arqueópolis). Depois de tudo pronto, o retorno do investimento se daria em cinco anos, conforme estudo desenvolvido por um escritório suíço especializado em turismo.

⁷ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído, no Brasil, através da [Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000](#) e está se consolidando de modo a ordenar as áreas protegidas, nos níveis federal, estadual e municipal.

De tudo que já foi falado até agora, pode-se dizer, resumidamente, que o futuro do Parque Nacional Serra da Capivara está baseado em dois pilares: educação e infraestrutura. Por sua vez, esses dois pilares só serão suficientemente fortalecidos com investimentos (públicos ou privados) e ações interministeriais planejadas.

O que ainda resta perguntar: se nunca houve ações interministeriais planejadas, se os investimentos públicos nunca foram sequer razoáveis, se a educação é precária e se a infraestrutura ao entorno do Parque é deficiente, como explicar que o PNSC seja referência internacional em termos de patrimônio cultural e em termos de equipamentos (museu, laboratórios, infraestrutura turística)? Sem dúvida alguma, pode-se responder: graças ao empenho de Niéde Guidon e da FUMDHAM.

Como resultado de todo esse empenho, o Parque ganhou outro reconhecimento pela UNESCO em 2010, quando foi indicado como modelo de data base de arte rupestre para servir de referência nas Américas. Apenas três parques foram indicados no mundo. Na mesma oportunidade, Niéde recebeu medalha comemorativa pelos 60 anos da UNESCO, concedida a grandes personalidades do mundo. Também em 2010, o Parque recebeu do Governo da Itália o Selo de Ouro do *Heritage Internacional*.

O que fica de mais marcante, em última análise, é o exemplo de perseverança, de superação das dificuldades e de otimismo - de acreditar que é possível alcançar o melhor. Em última conversa com Niéde Guidon, em 05 de junho de 2011, ela surpreende mais uma vez. Quando perguntada sobre o aeroporto, mostra-se animada com a perspectiva da privatização dos aeroportos brasileiros. O governo pretende, a partir do segundo semestre de 2012, que os Aeroportos de Guarulhos, de Viracopos e de Brasília passem a ser administrados e operados por empresas privadas, sendo aberta a participação do capital estrangeiro

(http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110603/not_imp727356.o.php - acesso em 05/06/2011) Com base nisso, Niéde já tem advogados da FUMDHAM em São Paulo negociando com empresários estrangeiros e possíveis interessados na privatização do Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato.

Não é de estranhar o otimismo característico de Niéde e de sua equipe, como explicou Adauto Araújo, em entrevista de 12 de novembro de 2009 para essa dissertação. A realidade encontrada naquela região do Piauí na década de 1970 pelos integrantes da Missão Franco Brasileira era tão difícil (não havia água, não havia luz, não havia serviço público de saúde, era alto o nível de mortalidade infantil) que, se foi possível fazer tudo o que se fez até agora, é porque nada mais é impossível.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Rossano Lopes. *A arqueologia pública no Brasil: novos tempos Patrimônio: Atualizando o Debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, p. 155-168, 2006.
- BASTOS, Solange. *O paraíso é no Piauí – a descoberta da arqueóloga Niéde Guidon*. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2010.
- BORGES, Síría Emerenciana Nepomuceno. *Invenção do Patrimônio Mundial: Parque Nacional Serra da Capivara-PI*. Teresina. UFPI: 2007.
- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da Cultura e Políticas Públicas*. Vol. 15, nº 2. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas & BARBALHO, Alexandre (orgs). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, p. 95-115, 1994.
- CARVALHO, Cristina, VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. *O poder nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *O patrimônio natural do Brasil*. IPHAN, Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, 2004.
- DRÉVILLON, Elizabeth. *Le secret de la roche percée – Niéde Guidon: L'aventurière de la préhistoire*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2011.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 152-163, 1996.

- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO. Relatório de Atividades 2006-2007. São Raimundo Nonato, 2007.
- FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO. Relatório de Atividades 2008-2009. São Raimundo Nonato, 2009.
- FUMDHAM/IPHAN. Patrimônio Cultural: o que é, como preservar. São Raimundo Nonato, 2006. 40p.
- GAMBLE, Clive. *Arqueología Básica*. Barcelona: Ariel S.A, 2002.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, Ana Maria de & GODOI, Emília Pietrafesa de (orgs). *Além dos Territórios*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. *O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- LEVY, Claudia. *Gestão e Usos do Território: conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2006.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, p. 33-36, 1984.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- OLIVEIRA FILHO, Raimundo Coelho. *Valoração Econômica da Atividade Ecoturística no Parque Nacional Serra da Capivara – PI*. Teresina. UFPI: 2007.
- PESSIS, Anne-Marie Et al. Plano de Manejo Parque Nacional Serra da Capivara. Brasília: FUMDHAM, 1994.
- PESSIS, Anne-Marie. *Imagens da Pré-História. Parque Nacional Serra da Capivara*. FUMDHAM/PETROBRAS, 2003.
- POMPA, Maria Cristina. *Parque Nacional Serra da Capivara: um drama social*. Campinas: PPGAS/UNICAMP, 1987, 18 p.
- PORTELLA, Sérgio Luiz Dias. Patrimônio antropofágico: AM reflete MA. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

RED DE PATRIMONIO, TURISMO E DESAROLLO SOSTENIBLE & UNIVERSITAD DE BARCELONA. *Turismo arqueológico en el Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí (Brasil) – Estudio de demanda nacional e internacional*. Barcelona, 2008.

RIBEIRO. Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas & BARBALHO, Alexandre (orgs). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBINO, Silvana. *O mapa do Brasil passado*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 97-105, 1996.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Nasce a academia Sphan*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 77-95, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, Marise Campos de. *Uma visão da abrangência da gestão patrimonial*. Patrimônio: Atualizando o Debate. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, p. 139-154, 2006.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: FERREIRA Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v.2).

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS PARA ESTE TRABALHO

Rosa Trakalo, em 22 de outubro de 2009.

Adauto José Gonçalves de Araújo, em 12 de novembro de 2009.

Eugênia de Medeiros, em 24 de novembro de 2009 (via e-mail).

Niéde Guidon, em 24 de novembro de 2010.

Niéde Guidon, em 05 de junho de 2011.

Ernesto Viveiros de Castro (ICMBio), em 04/06/2011 (via e-mail).

OUTRAS ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS CONSULTADOS:

- COELHO, Nivaldo. Entrevista ao Museu da Pessoa, dezembro de 2007, disponível em: <http://www.museudapessoa.net/blogs/memoriadosbrasileros/index.php?i=48>
- GUIDON, Niéde. Entrevista ao Museu da Pessoa, dezembro de 2007, disponível em: http://www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente/depoimentoDepoente.do?action=ver&idDepoenteHome=10987&forward=HOME_DEPOIMENTO_VER_GERAL
- GUIDON, Niéde. Entrevista ao Portal Ambiente Brasil, novembro de 2005, disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/entrevistas/2005/11/13/21674-entrevista-exclusiva-niede-guidon.html>
- GUIDON, Niéde. Entrevista ao Portal da Clube, janeiro de 2008, disponível em: <http://portaldaclube.globo.com/noticia.php?hash=0b69e27b84260eb3e1be1c0923e6d421&id=8151&t=Parque%20da%20Serra%20da%20Cativara%20ser%E1%20fchado%20dia%2031>
- GUIDON, Niéde. *Talkshow* para Ver Ciência, junho de 2011, disponível em: <http://www.justin.tv/mostraverciencia>

FILME EM DVD

PIAUÍ Entocado – O Filme. Direção: Miguel Castro. Produção: Família Bastos Produções. Pesquisa: Solange Bastos. Música: Carlos Malta & Pife Muderno. Rio de Janeiro: Família Bastos Produções, c2010. 1 DVD (40 min.), widescreen, color.